



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE DIREITO – FD/UnB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD/ UnB

MICHELE ANDREZA LOPES CASTRO DA COSTA

**O DIREITO QUE NASCE NO SOL: Mobilização do Movimento das
Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos, no Sol Nascente/DF, à
luz do Direito Achado na Rua**

Brasília, 2025



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE DIREITO – FD/UnB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD/ UnB

MICHELE ANDREZA LOPES CASTRO DA COSTA

**O DIREITO QUE NASCE NO SOL: Mobilização do Movimento das
Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos, no Sol Nascente/DF, à
luz do Direito Achado na Rua**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para
a obtenção do grau de Mestre em Direito pela Faculdade de
Direito da Universidade de Brasília – UnB.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Sergio Escrivão Filho

Brasília, 2025



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE DIREITO – FD/UnB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD/ UnB

MICHELE ANDREZA LOPES CASTRO DA COSTA

**O DIREITO QUE NASCE NO SOL: Mobilização do Movimento das
Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos, no Sol Nascente/DF, à
luz do Direito Achado na Rua**

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. ANTONIO SERGIO ESCRIVÃO FILHO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE DIREITO – ORIENTADOR E PRESIDENTE

PROF. DR. JOSÉ GERALDO SOUSA JÚNIOR
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE DIREITO – MEMBRO INTERNO

PROFA. DRA. SABRINA DURIGON MARQUES
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
FACULDADE DE DIREITO – MEMBRA EXTERNA

PROFA. DRA. TALITA TATIANA DIAS RAMPIN
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE DIREITO – MEMBRA SUPLENTE

Brasília, 2025

DEDICATÓRIA

A felicidade não está na estrada que leva a algum lugar.
A felicidade é a própria estrada.
— Atribuída a Bob Dylan¹

Ao Bruno, meu companheiro de estrada há 25 anos. Em cada passo desta jornada, sua presença foi apoio e força. Caminhar ao seu lado torna tudo mais possível.

Ao Luiz Fernando, meu filho. Sua existência é o maior presente que Deus me concedeu. Vê-lo crescer e trilhar, com liberdade, o seu próprio caminho é minha maior realização.

¹ Frase amplamente atribuída a Bob Dylan, mas sem confirmação oficial em suas obras ou registros públicos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me sustenta e ilumina meus caminhos. À Maria Santíssima, que me acolhe com ternura e guia minha caminhada com amor.

Ao meu orientador, Escrivão Filho, pela generosidade intelectual e pela humanidade com que acompanhou este trabalho. Sua escuta atenta, confiança e sensibilidade fizeram desta pesquisa um processo de aprendizado e crescimento que levarei para a vida.

Aos militantes do MTD, que me acolheram com generosidade e me ensinaram que o direito se constrói na resistência diária. André, Nilson, Susy, Tarcísio e Tobias: obrigada por me permitirem acompanhar suas vivências e por confiarem em mim.

Às mulheres do Trecho III, especialmente da Fazendinha e da Chácara 84, que me mostraram, com generosidade e coragem, como a luta floresce mesmo onde tantas presenças faltam.

Em memória da minha mãe, Maria Auta; do meu avô Paulino; da minha avó Edith; e do meu sogro Castro. Guardo com afeto as lições, o amor e os exemplos que recebi de cada um.

À minha madrinha Zelda, que esteve presente em cada um dos meus sacramentos, com carinho e apoio que atravessam também a vida.

Ao meu esposo, Bruno, e ao meu filho, Luiz Fernando, por todo amor, presença e apoio generoso, que me deram força e serenidade para seguir com dedicação plena nesta caminhada. A vocês, minha família, dedico esta conquista, que é nossa.

PREFÁCIO

Disciplina é liberdade,
Compaixão é fortaleza,
Ter bondade é ter coragem.
— Renato Russo, Há Tempos²

A frase “Disciplina é liberdade”, mencionada certa vez pelo professor Escrivão Filho, acompanhou-me ao longo desta jornada e, em muitos momentos, fez-me refletir sobre seu verdadeiro significado. No início, eu a compreendia como método, organização e cumprimento de prazos. Mas, ao longo do caminho da pesquisa, percebi que disciplina também é persistência, flexibilidade e reinvenção. Não se trata apenas de rigor acadêmico, mas da disposição para enfrentar incertezas, reformular perguntas e encontrar sentido no processo.

A compaixão, por sua vez, revelou-se fundamental na escuta atenta das vozes e vivências que compõem este trabalho. Mais do que reunir dados, pesquisar o Sol Nascente e o MTD exigiu um olhar sensível para uma realidade que não se resume aos registros oficiais. A pesquisa tornou-se um encontro humano: cada relato compartilhado, cada resistência vivida, cada experiência narrada me levou a enxergar o direito sob outra perspectiva — não como algo abstrato, mas como prática concreta e presente na luta.

E, por fim, a coragem. Coragem para questionar verdades estabelecidas, buscar conexões entre o pensamento acadêmico e a realidade popular, e compreender que o Direito não está apenas nos tribunais e nos códigos, mas também nas ruas, nos movimentos e nas práticas de solidariedade que sustentam as lutas sociais. Coragem para reconhecer que o conhecimento não se constrói apenas nos livros, mas também nas trocas, nas experiências e na força que se renova a cada dia.

Este trabalho é, sim, uma análise sobre o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e suas estratégias de mobilização. Mas é também — e talvez, sobretudo — um relato de descoberta. Ao longo da pesquisa, fui sendo transformada. Aprendi com o MTD e com o Direito Achado na Rua. Revi concepções sobre a prática jurídica e descobri, de fato, o universo dos movimentos sociais — que até

² RUSSO, Renato. *Há tempos*. In: Legião Urbana. *As quatro estações*. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1989. [Faixa 1, Lado A. LP].

então me era desconhecido. Acompanhar suas práticas, escutar suas histórias e compreender seus modos de organização me levou a enxergar o direito por outros caminhos: aqueles que se constroem nas ruas, nas cozinhas populares, nas assembleias comunitárias, na partilha do que se tem e na invenção do que ainda não existe.

Mais do que estudar o MTD, fui me aproximando, pouco a pouco, do modo como ele cria sentidos, constrói vínculos e transforma territórios. Descobri, com o MTD e com o Direito Achado na Rua, que o direito pode nascer do chão da luta e da experiência coletiva. E encontrei, na escrita, uma forma de dizer o que às vezes cala em mim.

Que esta leitura possa provocar reflexões e incentivar novos olhares sobre a luta por direitos e a construção coletiva da justiça social.

RESUMO

A presente dissertação investiga como o Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD) mobiliza e adapta suas estratégias de luta no território do Sol Nascente, no Distrito Federal, e de que modo essas práticas contribuem para a construção e a defesa de direitos em contextos marcados por exclusão urbana e desigualdades estruturais. A pesquisa parte do referencial crítico do Direito Achado na Rua, articulando-o à dialética do concreto de Karel Kosík, à pedagogia freireana e às teorias dos movimentos sociais, com o objetivo de compreender o direito como prática social insurgente, forjada nas experiências coletivas das periferias urbanas.

Para compreender essa atuação insurgente, o trabalho parte de uma análise do território do Sol Nascente, cujas contradições evidenciam as formas de segregação espacial, precariedade urbana e violência estrutural que marcam a vida nas margens do Distrito Federal. O território, embora marcado por desigualdades históricas, revela uma práxis cotidiana de resistência, na qual moradores constroem formas coletivas de enfrentamento à exclusão. A partir da observação direta, das entrevistas e da análise documental, foram identificadas iniciativas como mutirões, redes de solidariedade, bioconstruções e mobilizações populares que reconfiguram o sentido de pertencimento e o próprio exercício do direito à cidade.

O campo empírico concentrou-se no Trecho III do Sol Nascente, uma das maiores favelas da América Latina, onde o MTD atua por meio de cozinhas comunitárias, atividades culturais, oficinas e formações políticas. Nessas experiências, o movimento atualiza repertórios históricos de luta popular, disputando sentidos de justiça e construindo vínculos comunitários. As práticas do MTD revelam um processo de reinvenção cotidiana do direito, ancorado no pertencimento, na solidariedade e na autogestão, no qual o direito não apenas é reivindicado, mas produzido como prática viva, coletiva e insurgente.

Palavras-chave: Direito Achado na Rua; Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD); movimentos sociais; práxis; Sol Nascente; mobilização popular.

ABSTRACT

This dissertation investigates how the *Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD)* mobilizes and adapts its strategies of struggle in the territory of Sol Nascente, in the Federal District of Brazil, and how these practices contribute to the construction and defense of rights in contexts marked by urban exclusion and structural inequalities. The research is grounded in the critical framework of *Direito Achado na Rua (Law Found on the Street)*, articulating it with Karel Kosík's dialectics of the concrete, Freirean pedagogy, and social movement theories, aiming to understand law as an insurgent social practice forged in the collective experiences of urban peripheries. To grasp this insurgent praxis, the study begins with an analysis of the Sol Nascente territory, whose contradictions expose forms of spatial segregation, urban precariousness, and structural violence that shape life on the margins of the Federal District. Despite being marked by historical inequalities, the territory reveals a daily praxis of resistance, in which residents collectively build ways to confront exclusion. Through direct observation, interviews, and document analysis, the research identified initiatives such as community efforts (*mutirões*), solidarity networks, bioconstruction practices, and grassroots mobilizations that reconfigure the sense of belonging and the very exercise of the right to the city.

The empirical fieldwork was conducted in Trecho III of Sol Nascente, one of the largest favelas in Latin America, where the MTD operates through community kitchens, cultural activities, workshops, and political education. These experiences update historical repertoires of popular struggle, disputing meanings of justice and building community bonds. The practices of the MTD reveal a continuous reinvention of law, grounded in belonging, solidarity, and self-management, in which law is not only claimed but produced as a living, collective, and insurgent practice.

Keywords: *Direito Achado na Rua; Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD);* social movements; praxis; Sol Nascente; grassroots mobilization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 SOL NASCENTE: FORMAÇÃO, EXCLUSÃO E CAMINHOS DE TRANSFORMAÇÃO.....	26
1.1 Segregação urbana e a formação do Sol Nascente.....	30
1.2 Resistência e solidariedade como potencial de transformação social no Sol Nascente.....	46
1.2.1 Entre a exclusão e a violência: dinâmicas da desigualdade no Sol Nascente.....	47
1.2.2 Resistência e mobilização no Sol Nascente: entre solidariedade e fragmentação...49	
1.2.2.1 Solidariedade e resistência no Sol Nascente: uma construção coletiva..51	
1.2.2.2 Fragmentação interna e hierarquias ocultas no Sol Nascente.....	55
2 MOVIMENTO POPULAR DAS TRABALHADORAS E DOS TRABALHADORES POR DIREITOS (MTD) NO BRASIL.....	60
2.1 Origem, trajetória e identidade política do MTD.....	69
2.1.1 Gênese e consolidação inicial do MTD.....	71
2.1.2 Reorganização estratégica e afirmação da identidade coletiva nos anos 2000.....	80
2.1.3 Ampliação de pautas e reconfiguração identitária a partir de 2015.....	85
2.2 Organicidade e estratégias de luta no MTD.....	89
2.2.1 Democracia ascendente e descendente: articulação entre bases e coordenação nacional.....	92
2.2.2 Formas de luta e estratégias de mobilização no MTD.....	94
2.2.3 Bases organizativas: princípios, valores e diretrizes do MTD.....	98
2.2.4 Entre o nacional e o local: tensões e adaptações na práxis organizativa.....	101
3 DIREITO QUE NASCE DA LUTA: O MTD NO SOL NASCENTE E A PRÁXIS POPULAR DO DIREITO ACHADO NA RUA.....	104
3.1 Solidariedade ativa como estratégia de mobilização popular.....	108
3.1.1 A Periferia Viva e a força da solidariedade organizada.....	116

3.1.2 Autogestão e alternativas populares: entre o cuidado e a construção de autonomia.....	123
3.2 Cultura, educação popular e produção de direitos: Polo de Cultura como práxis insurgentes.....	130
3.2.1 A periferia enuncia o direito: arte, memória e insurgência popular.....	134
3.2.2 Cultura e pertencimento: vínculos formativos e práxis insurgente no território..	136
3.3 Práxis jurídica insurgente no Sol Nascente: quando solidariedade, cultura e autogestão se fazem direito.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
APÊNDICES.....	159
Apêndice A: Exemplo de registro de campo.....	159
Apêndice B: Modelo de roteiro de entrevista utilizado na pesquisa.....	161
Apêndice C: Exemplo de transcrição e registro de entrevistas.....	163

INTRODUÇÃO

Onde começam as lutas por direitos quando o Estado se ausenta? No Sol Nascente, uma das regiões mais desiguais do Distrito Federal, os caminhos formais do sistema jurídico frequentemente não dão conta da urgência da vida cotidiana. Nesse contexto, a garantia de direitos não nasce dos códigos ou dos tribunais, mas da força coletiva daqueles que resistem. Entre vizinhos organizados, cozinha comunitária e mobilizações pela regularização fundiária e por condições dignas de moradia, emerge uma prática jurídica que escapa às estruturas institucionais do Estado.

A experiência no território ajuda a revelar o sentido de práxis: pensar criticamente a realidade e agir para transformá-la, como propõe Paulo Freire (1987, p. 40). Nessa mesma direção, Lyra Filho (1982b) compreende que o Direito não se resume às normas instituídas, ele nasce das práticas sociais e da luta dos oprimidos, sendo fundamental distinguir entre a forma jurídica e um conteúdo que, de fato, tenha potencial emancipador (p. 12; p. 56-57).

Karel Kosík (1969) chama atenção para o que ele chama de “pseudoconcreticidade”, uma aparência de realidade que, na verdade, esconde as contradições mais profundas da vida social. Para enxergar além dessas aparências, é preciso um olhar crítico que ligue as formas sociais à experiência vivida (p. 19). Para o autor, a práxis é esse movimento de transformação: uma ação humana que não se limita a interpretar o mundo, mas o reorganiza a partir de novas possibilidades históricas (p. 201-202). Essa ideia ajuda a compreender como, mesmo diante da exclusão, sujeitos coletivos nos territórios periféricos constroem caminhos alternativos para afirmar seus direitos.

A partir dessa lente, as formas de mobilização no Sol Nascente, embora aparentemente fragmentadas e atravessadas por tensões, podem ser compreendidas como processos ativos de reinvenção da vida, nos quais a produção de direitos se vincula diretamente ao enfrentamento das condições que os negam. Este trabalho visa compreender como essas experiências se constroem, como se transformam e o que revelam sobre as disputas em torno do direito.

Essa análise vai além da concepção tradicional do direito, reconhecendo que a luta por justiça se expressa nas formas de resistência que desafiam e reconfiguram sentidos já estabelecidos. Isso nos leva à necessidade de aprofundar a relação entre Direito, Política

e Movimentos Sociais, que constitui um eixo central para compreender os processos de mobilização popular em territórios periféricos.

A pesquisa se concentra na mobilização do Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD) no Sol Nascente/DF. Mais do que descrever suas ações, busca-se compreender como suas estratégias de resistência e organização contribuem para a construção de direitos, especialmente em contextos marcados pela negação institucional e pela desigualdade.

A análise desenvolvida neste trabalho parte da concepção crítica do Direito formulada por Roberto Lyra Filho, que o compreende como fenômeno social dinâmico, atravessado por contradições entre forças de dominação e de libertação. Em sua obra, o autor propõe uma leitura dialética do Direito, baseada nas lutas sociais e na transformação contínua das formas jurídicas ao longo do tempo (1982, p. 67-73).

Ao mapear os espaços em que o jurídico se manifesta no interior das estruturas sociais, Lyra Filho (1982) rejeita qualquer essencialismo normativo e propõe uma abordagem plural e crítica do Direito, vinculada às práticas sociais concretas e às condições materiais da vida (p. 74-79). A partir dessa crítica, torna-se possível compreendê-lo não apenas como ordenamento estatal, mas como campo em disputa, que também se realiza nas práticas de resistência, nas instituições insurgentes e nas formas organizadas de luta dos sujeitos coletivos por emancipação.

É a partir dessa perspectiva que este trabalho se aproxima do referencial do Direito Achado na Rua, uma proposta que retoma e atualiza a matriz dialética formulada por Lyra Filho para compreender o direito não como algo dado, mas como construção coletiva, viva, enraizada nas lutas sociais e nas experiências dos territórios populares.

Inspirada na crítica formulada por Lyra Filho (1982), essa abordagem entende o direito como práxis, um processo social em movimento, articulado a princípios de liberdade concreta e justiça construída na experiência histórica dos oprimidos (p. 86-88).

José Geraldo de Sousa Júnior desenvolve essa formulação crítica ao consolidar o projeto O Direito Achado na Rua. Para ele, o direito nasce da vivência concreta dos sujeitos coletivos, que se tornam protagonistas da produção de novos direitos nos espaços de reinvenção da vida e da participação democrática (Sousa Júnior, 2021, p. 87).

Como afirma Lyra Filho (1982), “o direito é processo, dentro do processo histórico: não é uma coisa feita, perfeita e acabada; é aquele vir-a-ser que se enriquece nos movimentos de libertação das classes e grupos ascendentes” (p. 67-68). Essa

compreensão permite ver o direito não como algo pronto ou limitado às instituições formais, mas como algo vivo, em disputa, que vai sendo construído nas práticas cotidianas de resistência, nos movimentos sociais, nas ruas e nas formas de organização popular.

Essa concepção crítica do direito, sustentada na experiência concreta e na luta por justiça, abre caminho para compreender como o MTD transforma a resistência cotidiana em processo de criação de sentidos jurídicos próprios. Nesse percurso, o diálogo com a teoria dos movimentos sociais enriquece a análise, oferecendo ferramentas para entender como essas disputas se articulam nos territórios periféricos.

Com esse aporte teórico, torna-se possível reconhecer as práticas do MTD como produtoras de sentidos jurídicos insurgentes, construídos e disputados historicamente nas margens urbanas, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais.

Autores como Charles Tilly (2008) contribuem com a noção de repertórios de ação coletiva, entendidos como os modos historicamente situados por meio dos quais os movimentos sociais expressam suas demandas e constroem sua presença pública (p. 3). Sidney Tarrow (2009), por sua vez, chama atenção para o papel das oportunidades políticas, aberturas e restrições no ambiente institucional e social que influenciam a capacidade de mobilização dos movimentos (p. 38-39). Já Snow e Benford (1988) introduzem o conceito de enquadramentos interpretativos (frames), que descreve como os atores coletivos constroem sentidos compartilhados sobre injustiças e delineiam narrativas mobilizadoras para a ação (p. 198-199).

Essas contribuições ajudam a compreender que as lutas por direitos não se resumem a respostas imediatas a carências pontuais, mas se manifestam em formas organizativas e estratégias que articulam o cotidiano às disputas simbólicas e políticas no espaço público. No caso do MTD, os repertórios acionados não se limitam à denúncia ou à reivindicação formal: envolvem práticas comunitárias, formação política e ações contínuas que fortalecem vínculos e produzem sentidos coletivos de pertencimento, dignidade e justiça. Durante o trabalho de campo, foi possível acompanhar, por exemplo, a Cozinha Popular Mara Maria de Jesus, as oficinas sobre o Plano Diretor participativo e as atividades das Caravanas de Direitos Humanos, experiências em que o movimento ativa a comunidade, compartilha saberes e afirma o direito como prática viva. Nessa dinâmica, os enquadramentos interpretativos operam como ferramentas de articulação identitária e elaboração de projetos políticos próprios.

Este trabalho se propõe a explorar como as ferramentas da teoria dos movimentos sociais, em diálogo com o referencial crítico de Lyra Filho e José Geraldo de Sousa

Júnior, podem contribuir para interpretar os sentidos de direito construídos nas periferias urbanas como expressões de práticas históricas que desafiam a lógica dominante e abrem espaço para alternativas jurídicas enraizadas nas experiências populares. Essa leitura encontra afinidade com a crítica de Kosík (1969), ao sugerir que as aparências imediatas da realidade social ocultam contradições profundas, que só podem ser desveladas por meio da práxis. (11).

É a partir dessa chave de leitura que se compreende o potencial analítico das categorias mobilizadas ao longo deste trabalho, as quais ajudam a evidenciar como o MTD atualiza práticas de luta já presentes na história popular, como as ocupações e as mobilizações comunitárias, e constrói alianças a partir das brechas políticas e das disputas por sentidos.

Será apresentado um panorama das contradições estruturais que atravessam o Sol Nascente, destacando como as desigualdades históricas e os processos de exclusão moldam o cotidiano dos moradores e criam o terreno sobre o qual se constroem as práticas de resistência. Nesse contexto, a atuação do MTD não se configura como uma resposta isolada, mas como parte de um movimento mais amplo, que afirma a vida e reivindica direitos nas margens urbanas de Brasília. Para compreender essas práticas, é necessário um caminho investigativo atento às contradições do território e aos sentidos que emergem da experiência coletiva. Este estudo busca compreender como essas estratégias são mobilizadas na prática, quais seus desafios e limites, e de que maneira contribuem para o fortalecimento da organização comunitária e para a construção de direitos.

Nesse horizonte, apresenta-se a seguir o percurso metodológico adotado, com o detalhamento dos procedimentos, da pergunta de pesquisa e da hipótese que orientam a investigação. Em vez de ser descrita em um capítulo apartado, a metodologia foi incorporada à introdução como parte orgânica da reflexão que estrutura toda a dissertação. Essa escolha reflete o esforço de integrar teoria, método e empiria desde o início, em sintonia com o caráter dialógico, situado e transformador que orienta este trabalho.

i. Caminho da pesquisa: Procedimentos metodológicos

Mais do que uma etapa isolada, a metodologia integra-se ao percurso reflexivo da pesquisa, sustentada pela escuta, reflexão e ação. Trata-se de uma escolha que enfatiza o caráter dialógico e transformador desta investigação. A abordagem adotada é qualitativa, dialética e participativa, fundamentada no referencial do Direito Achado na Rua e

articulada às contribuições da pedagogia de Paulo Freire, da dialética do concreto de Karel Kosík e da teoria dos movimentos sociais.

Antes de adentrar as análises que compõem o corpo da dissertação, apresenta-se o percurso metodológico construído em constante interação com o território e com as práticas do movimento, articulado a uma teoria voltada à transformação social. Essa integração entre teoria e empiria não se restringiu a uma opção estrutural, mas constituiu uma escolha epistemológica, compreendendo o conhecimento como um processo situado, relacional e dinâmico. Em sintonia com Paulo Freire (1987), entende-se a pesquisa não como etapa técnica ou neutra, mas como uma prática transformadora fundamentada na escuta, no diálogo e na ação coletiva.

Nesse contexto, a escolha do recorte investigativo, que se concentra na atuação do Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD) no Sol Nascente, revela-se relevante. Esta pesquisa se insere no campo do Direito e busca explorar um tema ainda pouco abordado: a mobilização do MTD, um movimento social popular de alcance nacional em territórios periféricos do Distrito Federal.

Reconhece-se a existência de trabalhos que tratam de movimentos sociais, contudo, não foram identificadas investigações que analisem especificamente o MTD a partir de uma perspectiva jurídica no contexto do Distrito Federal, em especial no que se refere às práticas concretas desenvolvidas em territórios historicamente marginalizados, como o Sol Nascente — uma das maiores favelas do Brasil, situada nas proximidades do centro político nacional.

Assim, esta pesquisa busca contribuir para o preenchimento dessa lacuna, oferecendo uma análise inédita e situada sobre a práxis do MTD na produção social de direitos, tensionando as fronteiras entre Direito, política e movimentos sociais.

Para compreender a trajetória nacional do Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD), foram consideradas produções acadêmicas localizadas por meio de buscas exploratórias em diferentes repositórios e fontes digitais. Embora não tenha sido adotado um protocolo sistematizado de revisão, os estudos identificados oferecem contribuições relevantes sobre a atuação do movimento em distintos contextos regionais. Patrícia Goulart (2003), por exemplo, aborda especificamente a experiência em Gravataí (RS), destacando a luta por moradia e trabalho no contexto de reforma urbana. Deise Luiza da Silva Ferraz e João Alberto Menna-Barreto (2006) analisam como o MTD no Rio Grande do Sul promoveu a formação de consciência de classe entre trabalhadores desempregados. Márcio de Aguiar Vasconcelos

Moneta (2010) explora a mobilização pelo trabalho autogestionário desenvolvida pelos grupos produtivos do MTD em Caxias do Sul (RS). Giuliana Franco Leal (2011) apresenta uma análise comparativa, investigando desafios e possibilidades da organização coletiva de desempregados em cidades como Campinas (SP) e Rio de Janeiro (RJ). Por fim, Hilário José Menezes (2019) discute o processo de territorialização das ações do MTD na interface campo-cidade, destacando a experiência singular em Santa Maria (RS), além de outras localidades. Assim, esses trabalhos possibilitam um olhar abrangente sobre a diversidade de estratégias e atuações do movimento.

A partir dessas leituras, foi possível acompanhar o processo histórico de reestruturação do MTD, incluindo sua transição de Movimento dos Trabalhadores Desempregados para Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos — uma mudança que revela não apenas uma atualização terminológica, mas também o alargamento da pauta e um significativo reposicionamento político do movimento. Embora fundamentais para compreender a dimensão nacional do MTD, os estudos consultados são pontuais e majoritariamente situados em campos disciplinares diversos, mas ausentes da abordagem jurídica, como a Psicologia Social, a Administração, o Serviço Social, as Ciências Sociais e a Geografia. Nesse sentido, tais referências foram essenciais não apenas para contextualizar o movimento em sua abrangência nacional, mas também para delimitar a originalidade da presente pesquisa, voltada à análise da atuação do MTD no Distrito Federal, com foco no território do Sol Nascente, a partir da perspectiva teórica do Direito Achado na Rua.

Como parte do processo metodológico, foi realizada uma busca no Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB), com foco na identificação de dissertações e teses que dialogassem com o objeto desta pesquisa, a partir dos seguintes eixos: Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD), Sol Nascente e Direito Achado na Rua. Para isso, utilizou-se palavras-chave específicas, combinadas por operadores booleanos e aplicadas aos campos de título, resumo e palavras-chave. Entre os termos destacados estão: “Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD)”, “Sol Nascente (DF)”, “Direito Achado na Rua” e “movimentos sociais”.

Em seguida, foi feita a análise dos resumos, com o objetivo de identificar produções com aderência direta ao recorte investigado: a atuação do MTD no Sol Nascente sob uma perspectiva jurídica vinculada à teoria do Direito Achado na Rua. Ainda que existam estudos sobre movimentos sociais e práticas jurídicas insurgentes, a

filtragem priorizou investigações que articulassem, de modo direto e simultâneo, os três elementos centrais desta proposta: o MTD, o território do Sol Nascente (DF) e o referencial do Direito Achado na Rua. Apenas trabalhos que mencionassem expressamente esses elementos foram considerados.

Após esse processo, apenas um trabalho da Faculdade de Direito da UnB retornou como resultado, por conter, em seu resumo e palavras-chave, a expressão “Sol Nascente (DF)”. Intitulado “A dimensão da saúde no direito fundamental ao trabalho digno: uma análise justrabalhista do trabalho na limpeza urbana do Distrito Federal”, de autoria de Helena Martins de Carvalho, o estudo analisa as condições de trabalho de coletores e varredores da limpeza urbana, com base em pesquisa de campo realizada na Usina de Triagem e Compostagem situada no Sol Nascente.

Embora aborde direitos coletivos de trabalhadores, o foco da pesquisa recai sobre uma categoria profissional formal e sobre relações laborais reguladas, sem estabelecer diálogo com a mobilização social ou com os movimentos populares enquanto sujeitos jurídicos coletivos — tampouco com o referencial do Direito Achado na Rua.

Assim, esta dissertação busca preencher uma lacuna ainda pouco explorada: a ausência de investigações jurídicas que articulem a atuação do MTD à mobilização popular no território do Sol Nascente, especialmente sob a lente do Direito Achado na Rua. Embora não se trate de um levantamento exaustivo, a amostra analisada reforça a relevância e a originalidade da proposta desenvolvida neste trabalho, ao adotar uma perspectiva jurídica situada e comprometida com a práxis popular.

Diante desse panorama, observa-se que tanto o MTD quanto o território do Sol Nascente permanecem, em grande medida, à margem das agendas tradicionais de pesquisa no campo jurídico. Ao propor uma análise centrada nos repertórios de mobilização e nas formas de atuação do movimento em um contexto marcado por desigualdades, esta dissertação pretende contribuir para ampliar o campo das investigações jurídicas comprometidas com práticas insurgentes e escuta do território. Trata-se de uma proposta situada que, ao deslocar a reflexão jurídica para territórios historicamente invisibilizados, reafirma o Direito Achado na Rua como uma lente de leitura crítica e ação transformadora.

A pergunta que orienta o estudo é: como o MTD mobiliza e adapta suas estratégias de luta por direitos no contexto do Sol Nascente, e quais os efeitos dessas estratégias na construção e na defesa de direitos? Parte-se da hipótese de que essas estratégias não são fixas, mas continuamente reelaboradas em diálogo com as transformações sociais e

urbanas do território. Essa dinâmica reflete uma práxis contínua, sensível às transformações do contexto e à adaptação às condições reais do território. À luz da dialética de Kosík (1969), trata-se de um esforço para ultrapassar a aparência imediata dos fenômenos e intervir sobre suas determinações estruturais.

Essa hipótese, inicialmente formulada com base nas primeiras leituras e observações exploratórias, foi sendo tensionada, enriquecida e reafirmada ao longo do trabalho de campo, à medida que as experiências vividas e as escutas realizadas revelaram a complexidade e a densidade das estratégias do movimento.

Para investigá-la, é necessário compreender como o movimento atua na prática e de que modo essa atuação se articula com processos mais amplos de disputa pelo direito. Em vez de recorrer exclusivamente ao sistema jurídico institucional, o MTD afirma sua atuação no plano da prática social, onde os direitos são disputados e produzidos na experiência vivida pela comunidade.

Essa escolha teórica não apenas orienta a análise posterior, mas também atravessa os procedimentos metodológicos adotados, à medida que a escuta das práticas do MTD busca perceber sentidos de direito em movimento. A investigação não se limita ao que o movimento expressa publicamente, mas se propõe a compreender os sentidos de justiça que emergem das vivências coletivas e da presença cotidiana no território, em diálogo com a proposta do Direito Achado na Rua.

Para Lyra Filho (1984), o direito não pode ser confundido com o conjunto de normas vigentes, pois se constitui como expressão da liberdade historicamente conquistada nas lutas sociais. Essa perspectiva alerta para o risco de que normas positivadas funcionem como instrumentos de manutenção das estruturas de dominação, mesmo quando revestidas de legitimidade formal (p. 14 e 18). Ao observar o MTD sob esse prisma, identifica-se estratégias de resistência que dialogam com essa visão crítica do direito, embora operem em contextos marcados por contradições e disputas. Os sentidos de justiça mobilizados pelo movimento estão em permanente construção, atravessados por enquadramentos interpretativos, oportunidades políticas e repertórios diversos.

É nesse horizonte que se insere o recorte empírico da pesquisa, voltado à observação direta das práticas do MTD no território. A investigação concentrou-se principalmente em sua atuação no Trecho III do Sol Nascente, onde o movimento mantém uma presença mais consolidada. Esse recorte territorial permitiu uma aproximação direta com suas práticas organizativas e repertórios de ação. Também foram observadas

mobilizações no Trecho II, que, embora menos frequentes, contribuíram para ampliar o olhar sobre o alcance do movimento na região.

O Trecho III, onde se concentra a atuação do MTD observada nesta pesquisa, é marcado não apenas pela ausência de infraestrutura básica e pelas condições precárias de habitação, mas também por uma exclusão política histórica que mantém a comunidade à margem das decisões públicas mais amplas. Nesse cenário, práticas como a da Cozinha Popular Mara Maria de Jesus³, espaço consolidado pelo movimento, representam não só formas de enfrentamento à insegurança alimentar, mas também núcleos de organização política e produção de sentidos coletivos de justiça.

Assim como a metodologia foi incorporada ao percurso reflexivo da introdução, o referencial teórico também não aparece isolado em um capítulo específico. Ele atravessa a dissertação como parte viva da análise, articulando-se com os dados e com a escuta do campo. Essa escolha acompanha o esforço de aplicar, também na forma como a pesquisa foi construída, os princípios do Direito Achado na Rua — tratando teoria e prática como dimensões inseparáveis da produção de conhecimento, e buscando concretizar, na escrita, aquilo que se constrói na práxis.

A estrutura da investigação se apoia em três elementos interligados: o território do Sol Nascente, enquanto espaço de desigualdade e mobilização; os sujeitos da pesquisa, especialmente os militantes do MTD e os moradores com quem o movimento atua; e as práticas concretas de organização, resistência e luta por direitos, que permitem compreender como o MTD produz sentidos de justiça a partir da vida comum. Esses elementos não se apresentam de forma isolada, mas se entrelaçam na escuta do campo e na construção conjunta do conhecimento.

Nesse sentido, a escolha do tripé formado por território, sujeitos e práticas dialoga diretamente com os fundamentos teóricos do Direito Achado na Rua, conforme

³ A Cozinha Popular Mara Maria de Jesus foi inaugurada pelo Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direito (MTD) em julho de 2024, no Trecho III do Sol Nascente, como parte de uma iniciativa voltada à segurança alimentar e à organização comunitária. O nome homenageia Mara Maria de Jesus, uma das primeiras moradoras da região e militante ativa do MTD, cuja trajetória de engajamento se entrelaça à própria construção da luta coletiva no território (Tobias, 2024; André, 2024). Mais do que um espaço de distribuição gratuita de refeições para pessoas em situação de vulnerabilidade, a cozinha se consolidou como ponto de articulação política, formação sociopolítica, empoderamento de mulheres e fortalecimento de redes de solidariedade. Para mais detalhes, ver: Brasil de Fato. **MTD-DF inaugura cozinha popular no Sol Nascente com distribuição de mais de 200 marmitas**. 15 jul. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/15/mtd-df-inaugura-cozinha-popular-no-sol-nascente-com-distribuicao-de-mais-de-200-marmitas>.

formulado por José Geraldo de Sousa Júnior (2021). Para o autor, a práxis jurídica emancipatória deve se sustentar na articulação entre: (i) o sujeito coletivo de direito, capaz de elaborar um projeto político de transformação social; (ii) a rua como lugar onde se formulam novas categorias jurídicas e práticas emancipadoras; e (iii) os direitos que se afirmam na experiência concreta dos grupos sociais, criando mediações entre as lutas cotidianas e os sentidos jurídicos emergentes da vida (p. 72-73). Ao considerar esses pilares como chaves teórico-metodológicas, esta pesquisa busca interpretar o direito como produção situada, marcada por conflitos e gerada a partir das margens.

Complementarmente, foram acompanhadas ações em espaços externos ao território, selecionadas por sua relevância na articulação política mais ampla do MTD. Essas atividades, embora realizadas fora do Sol Nascente, dialogam diretamente com as dimensões estruturantes já mencionadas e ampliam a compreensão sobre os modos como o movimento atua para construir alianças, fortalecer vínculos em rede e disputar sentidos de justiça em diferentes frentes. A investigação utilizou diferentes técnicas – observação direta, entrevistas semiestruturadas e análise documental – integradas em uma abordagem qualitativa dialógica.

A pesquisa foi concebida como um processo de aprendizado interativo e contínuo, no qual a escuta e o diálogo com o território não apenas forneceram dados, mas também influenciaram o próprio percurso investigativo. Esse movimento de abertura às transformações do campo reforça o caráter exploratório do estudo e permite que novos sentidos emergjam ao longo do processo. Em vez de oferecer respostas conclusivas, a proposta é provocar reflexões e ampliar os olhares sobre o papel dos movimentos sociais na construção de direitos a partir das margens.

O esforço analítico desta pesquisa concentra-se em compreender como o MTD mobiliza e adapta suas estratégias de luta por direitos no Sol Nascente, reconhecendo que, nesse território, o direito se constrói na prática coletiva e na disputa constante por justiça. Parte-se do entendimento teórico de que o direito produzido pelas classes populares não se confunde com o ordenamento jurídico estatal. Como afirma Lyra Filho (1984), trata-se de um “outro direito”, que emerge das experiências de luta e da práxis social, sem se curvar ao fetichismo do chamado direito positivo (p. 12).

Com base nesse referencial crítico, o percurso analítico da pesquisa organiza-se em três eixos articulados: (i) o exame do desenvolvimento histórico e das dinâmicas sociais do território, com atenção às estruturas que sustentam as desigualdades, à luz da dialética proposta por Kosík (1969), que convida a ultrapassar a aparência imediata dos

fenômenos sociais; (ii) a análise da origem, da organização interna e dos repertórios de ação do MTD, com base nas contribuições de Tilly, Tarrow e outros autores dedicados à compreensão dos movimentos sociais em contextos adversos; (iii) o diálogo entre essas práticas e o referencial do Direito Achado na Rua, buscando interpretar como a luta cotidiana por direitos revela processos de ressignificação jurídica e de reorganização política nos territórios periféricos.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de orientação dialética, que reconhece o conhecimento como processo situado e transformador, construído na relação entre pesquisador e território. A metodologia combina análise teórica e investigação empírica, em sintonia com a pedagogia crítica de Paulo Freire, para quem compreender é também um ato político, ético e pedagógico. Nessa perspectiva, a escuta atenta às vozes populares constitui elemento central da produção de saber.

A investigação combinou diferentes técnicas – observação direta, entrevistas semiestruturadas e análise documental – articuladas em uma abordagem qualitativa dialógica. A escuta atenta às práticas e narrativas dos sujeitos da pesquisa se materializou por meio da observação direta de atividades do MTD e da realização de entrevistas com militantes atuantes no Sol Nascente. Essa aproximação foi antecedida por uma imersão no campo, que permitiu acompanhar reuniões, oficinas, mutirões e espaços de formação política promovidos pelo movimento. O registro sistemático dessas vivências, feito em caderno de campo, serviu não apenas como ferramenta de documentação, mas como instrumento de elaboração reflexiva e preparação para a escuta ativa, sensível, crítica e aberta aos saberes populares como elementos legítimos na produção de conhecimento. Exemplos das transcrições dessas entrevistas estão descritos no Apêndice C.

A aproximação inicial com o campo foi fundamental para alinhar os instrumentos de pesquisa às dinâmicas concretas do movimento. Como destacam Boni e Quaresma (2005, p. 74), essa etapa contribui para uma compreensão mais profunda das interações sociais e da organização dos grupos pesquisados. Essa perspectiva dialoga com a abordagem defendida por Manzini (2003), para quem a entrevista não se limita a um procedimento técnico, mas constitui um processo de interação entre sujeitos, no qual se constroem sentidos compartilhados. Ainda segundo o autor, o roteiro semiestruturado deve ser flexível, a fim de permitir que os entrevistados expressem suas experiências de forma espontânea e situada (p. 154).

As entrevistas foram realizadas entre julho e agosto de 2024 com militantes e moradoras(es) do Sol Nascente que participam ou dialogam com o Movimento das

Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD), especialmente no Trecho III, onde a presença do movimento é mais consolidada. Ao todo, foram conduzidas oito entrevistas, com duração média de aproximadamente 1h05min, variando entre 45 minutos e 1h34min. As conversas ocorreram de forma híbrida: parte delas foi realizada presencialmente, no território, e outra parte por chamadas telepresenciais, por meio de plataformas como Teams, Google Meet e telefone, respeitando a disponibilidade e preferência dos(as) participantes.

Todas as entrevistas utilizadas nesta dissertação foram gravadas com autorização prévia dos(as) interlocutores(as). As gravações foram transcritas na íntegra e sistematizadas para análise. Uma das participantes optou por não ter seu nome divulgado; sua entrevista foi utilizada apenas de forma indireta, como subsídio à análise e à compreensão do contexto, sem trechos citados ou referência direta no texto. O Apêndice C reúne a tabela com os dados das entrevistas (nomes reais ou fictícios conforme autorizado, perfis, datas, locais, duração e autorizações), bem como um modelo da transcrição utilizada.

O roteiro das entrevistas foi estruturado a partir da proposta metodológica de Guazi (2020, p. 8), contemplando três blocos temáticos: (i) o contexto histórico e socioeconômico do Sol Nascente; (ii) a estrutura organizativa e as estratégias do MTD; e (iii) a relação entre prática e produção de direitos, à luz do referencial do Direito Achado na Rua. O modelo do roteiro encontra-se no Apêndice B.

O percurso metodológico desta pesquisa foi construído em etapas interligadas, iniciando-se em setembro de 2023, com a participação na mesa “A criminalização dos movimentos sociais”, promovida pela Assessoria Jurídica Universitária Popular Roberto Lyra Filho (AJUP) durante a Semana Universitária da Universidade de Brasília (UnB). A partir desse primeiro contato, teve início o acompanhamento contínuo das ações do MTD e a construção do caderno de campo, que se tornou ferramenta central de registro das observações e de elaboração reflexiva sobre as práticas e interações vivenciadas.

Durante o primeiro semestre de 2024, a atenção voltou-se à observação direta, com a participação em atividades promovidas pelo MTD no Trecho III do Sol Nascente, como oficinas, espaços de formação, reuniões e mutirões. Essa aproximação permitiu compreender as dinâmicas cotidianas do movimento e forneceu elementos concretos para a elaboração do roteiro das entrevistas e para a definição dos participantes, com base na técnica da bola de neve.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas entre julho e agosto de 2024 e complementadas por um retorno ao campo até novembro do mesmo ano. Esse retorno teve como objetivo preencher lacunas analíticas e aprofundar temas emergentes. Além das entrevistas formais, foram incorporadas interações informais como recurso metodológico complementar, incluindo conversas espontâneas durante atividades, eventos e visitas aos espaços do movimento e da comunidade. Essa abordagem dialoga com a perspectiva de Manzini (2003, p. 18), que destaca o valor dos diálogos exploratórios na captação de sentidos não previstos inicialmente.

O conjunto desses procedimentos, que incluiu observação direta, entrevistas e análise documental, possibilitou uma leitura crítica das estratégias do MTD, permitindo contrastar discursos e práticas e aprofundar a compreensão das formas de mobilização popular em contextos atravessados por desigualdades estruturais. Esse acompanhamento, concentrado principalmente no Trecho III do Sol Nascente e em algumas ações realizadas fora do território, permitiu uma leitura ampliada dos repertórios de ação do MTD e de suas estratégias organizativas, conforme sistematizado no Apêndice A.

Esse percurso investigativo se insere em uma proposta que busca contribuir para o campo das ciências sociais e do Direito ao explorar a interseção entre movimentos sociais e o referencial do Direito Achado na Rua. A análise das estratégias do MTD no Sol Nascente visa não apenas ampliar a compreensão sobre a atuação de movimentos populares em territórios urbanos periféricos, mas também revelar como essas práticas tensionam a legalidade formal, influenciam políticas públicas e provocam novas formas de pensar o direito. A experiência do MTD é tomada, aqui, como expressão de um processo coletivo de resistência e reinvenção da vida nas margens, em que a luta por justiça social se enraíza no cotidiano.

Essa leitura dialoga com os fundamentos do Direito Achado na Rua, referencial construído a partir das contribuições de Roberto Lyra Filho e José Geraldo de Sousa Júnior, que compreende o direito como fenômeno histórico e insurgente, constituído nas práticas sociais e continuamente em disputa. Ao recusar a ideia de um direito entendido como algo pronto, neutro e alheio às dinâmicas da vida social, Lyra propõe uma concepção de direito como processo histórico em constante construção, enraizado nas lutas dos espoliados. Como afirma o autor, “o Direito é o conteúdo. Ele se forma antes de ser condicionado na norma jurídica, e nem tudo que nela é posto será Direito legítimo” (Lyra Filho, 1982b, p. 49). Essa compreensão, que rompe com a identificação automática entre legalidade e legitimidade, é também expressa, como cita José Geraldo de Sousa

Júnior (2008), na seguinte formulação atribuída a Lyra: “o Direito não é; ele se faz, nesse processo histórico de libertação, enquanto desvenda progressivamente os impedimentos da liberdade não lesiva aos demais. Nasce na rua, no clamor dos espoliados e oprimidos” (p. 289).

Essa perspectiva se articula, ainda, com a leitura proposta por Karel Kosík (1969), cuja concepção da dialética do concreto convida a pensar a realidade para além de suas aparências imediatas, revelando as mediações históricas que estruturam as práticas sociais. É nesse cruzamento entre práxis e teoria crítica que esta pesquisa se ancora, reconhecendo nos movimentos sociais não apenas sujeitos de reivindicação, mas produtores de sentidos jurídicos insurgentes.

A adoção de uma abordagem qualitativa e dialética articula teoria e empiria como dimensões inseparáveis da análise, tratando a teoria não como corpo fechado, mas como ferramenta em movimento, continuamente tensionada pela realidade concreta. Unir prática e reflexão não é apenas um método, mas parte do próprio sentido do que se investiga, um movimento que pensa e age, que se forma e transforma junto com sua luta. Essa concepção se traduz nos mutirões de bioconstrução, nas cozinhas coletivas, nos espaços de formação e em tantas outras experiências em que a ação coletiva funda sentidos novos de justiça.

As teorias dos movimentos sociais, especialmente as contribuições de Tilly, Tarrow e Snow, são mobilizadas como lentes interpretativas, em diálogo com a experiência empírica. Seus conceitos, como repertório de ação, enquadramento e oportunidade política, não são aplicados como molduras rígidas, mas como instrumentos analíticos ajustáveis ao campo. Assim, a escuta do território e a vivência das contradições tornam-se caminhos legítimos para compreender os sentidos concretos da luta por direitos. É nesse percurso, ao acompanhar as estratégias do MTD, que esta dissertação busca, mais do que registrar práticas, compreender os sentidos que emergem no Sol, onde o direito se reinventa no coletivo, e a justiça, ainda que negada, insiste em nascer.

A análise propõe, portanto, uma leitura comprometida com a realidade social do Sol Nascente, articulando teoria crítica, práxis populares e escuta sensível como eixos centrais na produção de conhecimento jurídico a partir das margens. Ao final, as considerações retomam os principais achados sobre a atuação do MTD e abrem espaço para novas perguntas, reafirmando a pesquisa como processo vivo, que se transforma no próprio movimento de compreender e caminhar junto com o território.

Por isso, a definição dos procedimentos metodológicos nesta pesquisa reflete a necessidade de apreender a mobilização do MTD em sua complexidade viva, evitando reduções a esquemas analíticos fixos. A investigação se construiu como um processo em movimento, no qual a escuta do campo e os diálogos com os sujeitos da pesquisa não apenas trouxeram informações, mas também inspiraram novas perguntas e reorientaram as reflexões analíticas.

Esse percurso não seguiu um roteiro linear, mas foi ganhando forma na escuta e na convivência com o território, respeitando seus ritmos e contradições. A análise buscou interpretar os sentidos das práticas do MTD à luz das mediações históricas que as atravessam, assumindo um compromisso ético com os sujeitos envolvidos e com o horizonte de transformação social. O referencial adotado, baseado no Direito Achado na Rua, nas teorias dos movimentos sociais e na crítica proposta por Kosík, permitiu acompanhar essas práticas em sua densidade concreta, como expressões de uma práxis coletiva e insurgente.

Assim, ao caminhar com o território e seus sujeitos, esta pesquisa reafirma o compromisso de produzir conhecimento crítico, insurgente e situado, onde o direito não é apenas analisado, mas também reinventado na luta cotidiana por justiça.

1 SOL NASCENTE: FORMAÇÃO, EXCLUSÃO E CAMINHOS DE TRANSFORMAÇÃO

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano [...] constitui o mundo da pseudoconcreticidade. [...] O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde.”
— Karel Kosík, *Dialética do Concreto*, p. 11

O Sol Nascente vai além de um nome nas estatísticas; é um território vivido. Ele se reflete nas caminhadas diárias das crianças no campinho de terra, nas conversas informais entre mulheres nos quintais e nas mobilizações por transporte e infraestrutura. Suas ruas, que viram rios de lama na chuva e trilhas difíceis na seca, ilustram os desafios cotidianos dos moradores, como o acesso precário aos serviços básicos. A coleta de lixo, por exemplo, não atinge todas as áreas, já que os caminhões do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) não conseguem acessar certos trechos, forçando os próprios moradores a improvisar soluções. Assim, a paisagem do Sol Nascente não só revela desigualdades históricas, mas também o esforço contínuo por direitos ainda negados.

Caminhar pelo Sol Nascente é perceber que os efeitos da exclusão não se limitam à falta de asfalto ou transporte, mas também à fragilidade das políticas públicas, que aumentam as incertezas diárias dos moradores. Para muitos, a chegada à comunidade não foi uma escolha planejada, mas uma necessidade imposta pelos altos custos habitacionais no DF e em outras regiões. O território tornou-se um recomeço, onde cada construção improvisada carrega a marca de uma história de enfrentamento e persistência.

Embora Brasília tenha sido projetada para combater desigualdades, sua periferia, como Ceilândia, acabou por reproduzir lógicas excludentes. Ceilândia, criada para abrigar trabalhadores removidos do centro, tornou-se um ponto de partida para ocupações espontâneas, como o Sol Nascente, que se desenvolveu com pouca presença do Estado, reforçando as barreiras no acesso à cidade formal.

Atualmente, os relatos indicam que seus moradores enfrentam não apenas a falta de infraestrutura, mas também a constante necessidade de mobilização por reconhecimento e acesso a direitos básicos.

A exclusão territorial do Sol Nascente não é um desvio isolado, mas parte de um processo mais amplo de desigualdade urbana. Como afirma Tobias Pereira Soares Filho⁴, militante do MTD, "se tem asfalto, é porque a comunidade lutou. Se há posto de saúde, também foi pela luta" (Tobias, 2024). Para os militantes, cada conquista, da energia elétrica ao transporte, é vista como resultado da mobilização coletiva, e não uma concessão do Estado. O que parece improvisado é, na verdade, organização popular diante da ausência do poder público.

O que, aos olhos externos, pode parecer improvisado ou desordem é, nesse discurso, reivindicado como forma de organização popular diante dos vazios deixados pela ausência do Estado. Nesse sentido, a experiência cotidiana da comunidade é apresentada como campo de produção concreta de direitos, mesmo que esses nem sempre sejam oficialmente reconhecidos.

Essa percepção também surge das observações feitas em campo, especialmente nos espaços de convívio diário. Em pequenos comércios, como bares e mercadinhos, um café no balcão ou um refrigerante em uma mesa de esquina funcionam como espaços informais de troca, onde moradores compartilham impressões sobre a vida no território desde as dificuldades enfrentadas até as maneiras como cada trecho da comunidade se reconhece (ou se distingue) dos demais. Essas interações possibilitam acessar aspectos da vida comunitária que frequentemente escapam aos registros oficiais e às estatísticas formais.

No campinho improvisado, crianças jogam bola entre barrancos e ruas de terra, criando espaços de lazer onde o poder público não chegou. A experiência observada durante o período de chuvas reforça a vulnerabilidade estrutural do território: a água, embora alivie o calor seco do cerrado, arrasta a terra, invade casas e evidencia a fragilidade das construções. Esses elementos do cotidiano ajudam a compreender como a

⁴ Tobias Pereira é coordenador do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) no Distrito Federal, com atuação destacada na comunidade do Sol Nascente. Além de sua militância, Tobias também é professor, o que lhe proporciona uma visão aprofundada das necessidades educacionais e sociais da comunidade. Sua trajetória de engajamento começou no Levante Popular da Juventude, onde desenvolveu suas habilidades de articulação e organização. Posteriormente, ele se uniu ao MTD, onde intensificou sua luta especialmente pela regularização fundiária e melhoria da infraestrutura local. Tobias se destacou pela capacidade de articular diferentes movimentos sociais e pela atuação em ações de base, como a organização de assembleias comunitárias e a mobilização social em prol da implementação de políticas públicas efetivas na região. Sua atuação em educação popular tem sido fundamental para conscientizar e engajar os moradores do Sol Nascente em questões relacionadas aos seus direitos sociais e urbanos, contribuindo para o fortalecimento da comunidade. (Entrevista realizada pela autora com Tobias Pereira, coordenador do MTD/DF, em 17 de julho de 2024, online via Teams).

exclusão territorial se manifesta de forma concreta nas rotinas mais simples, tensionando constantemente os limites entre precariedade e resistência.

Diante dessas dificuldades, a coletividade tem construído respostas concretas para as ausências do Estado, seja por meio de mutirões para melhorar as casas, da articulação de redes de apoio entre vizinhos ou da mobilização por direitos básicos. Essas formas de enfrentamento não se limitam a ações organizadas, mas se expressam em gestos cotidianos de resistência. Um exemplo marcante é a mobilização das mulheres da comunidade Fazendinha, que reivindicaram transporte escolar para suas crianças. Andrea Lopes Mello, moradora do território, relata: “Elas vão para a escola andando a pé, de qualquer jeito. (...) Quando chove, piora. Tudo vira lama e fica impossível” (observação de campo, 2023a). Nice da Silva, líder comunitária e militante do MTD, complementa a crítica ao poder público ao afirmar: “A impressão que dá é que o GDF está fazendo de tudo para evitar que as mães do Sol Nascente consigam levar seus filhos à escola” (observação de campo, 2023a).

Embora o papel de movimentos sociais como o MTD seja relevante, os relatos indicam que as formas de resistência no território ultrapassam a organização formal e se enraízam nas práticas cotidianas da própria comunidade. As experiências dos moradores ilustram essas dinâmicas, que serão retomadas ao longo do capítulo.

Nesse contexto, de acordo com os militantes entrevistados, a atuação do MTD tem contribuído para impulsionar reivindicações concretas no território. Susana Rodrigues da Silva⁵, conhecida como Susy, militante do MTD/DF, descreve sua chegada ao bairro e a necessidade de adaptação à realidade periférica:

Chegamos aqui porque precisávamos de um lugar acessível para viver. Quando comecei a atuar no movimento, vi coisas que antes não conseguia enxergar, como as dificuldades de cada um do local e os direitos que tínhamos e não sabíamos. (Susy, 2024)

⁵ Susana Rodrigues da Silva é militante do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) no Distrito Federal, com uma atuação destacada como coordenadora na comunidade do Sol Nascente, onde reside há 13 anos. Durante a pandemia de COVID-19, Susi se engajou profundamente no MTD e inspirou o projeto "Periferia Sem Risco," que busca mitigar os impactos das enchentes na região. Sua própria experiência com as enchentes, que causaram grandes prejuízos à sua família, foi a motivação para essa iniciativa comunitária. Além disso, Susi é uma defensora da educação popular e da promoção da cultura local, acreditando no poder transformador da organização coletiva para enfrentar os desafios enfrentados pela comunidade. Sua militância no MTD continua a ser uma força motriz para as lutas por direitos no Sol Nascente. (Entrevista com Susi, 02 de julho de 2024).

Essas falas evidenciam não apenas os obstáculos enfrentados no acesso à moradia digna, mas também a capacidade de reorganização social característica das periferias, mostrando como a experiência militante pode ampliar a consciência sobre direitos e desigualdades.

A luta por direitos no Sol Nascente se manifesta tanto nas ruas quanto nas pequenas batalhas diárias: na busca por transporte, na reivindicação de saneamento básico e na criação de espaços de cultura e educação comunitária. A exclusão, nesse contexto, não se apresenta como um dado estático, mas é constantemente tensionada por uma população que resiste, se organiza e reivindica seu lugar na cidade.

Este capítulo dedica-se a compreender as formas de exclusão, resistência e organização no Sol Nascente, considerando sua formação e características demográficas. Serão abordados elementos como a localização da comunidade, os fluxos migratórios dos primeiros moradores e a diversidade racial, de gênero, idade e ocupação. Para além dos números e estatísticas, busca-se refletir sobre como a organização coletiva transforma esse espaço, ressignificando o próprio significado de viver na periferia.

A exclusão vivida no Sol Nascente não é um acaso, mas está associada a uma lógica urbana que historicamente reforça desigualdades. Enquanto a periferia convive com a precariedade e a ausência de infraestrutura, os bairros mais consolidados e as áreas centrais tendem a concentrar investimentos, serviços e melhores condições de vida. Como observam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não se reduz a um conjunto de políticas econômicas, mas constitui um sistema que atravessa as diferentes esferas da vida social. No Sol Nascente, essa racionalidade se expressa não apenas na carência de políticas públicas e na informalidade das relações de trabalho, mas também nas formas de resistência e reorganização coletiva construídas pelos próprios moradores.

A partir da dialética do concreto, desenvolvida por Kosík (1969), percebe-se que a precariedade não pode ser reduzida a uma simples condição de carência, mas deve ser compreendida como expressão das relações sociais contraditórias que estruturam a exclusão urbana. Essas relações não apenas limitam a vida cotidiana nas periferias, como também abrem possibilidades para formas de resistência e organização coletiva (p. 19). Se, por um lado, a exclusão territorial restringe o acesso a direitos e infraestrutura, por outro, pode desencadear práticas solidárias e reivindicatórias que reconfiguram o sentido de pertencimento e ação política. O Sol Nascente, nesse sentido, pode ser compreendido não apenas como um espaço de escassez, mas também como um território de disputa, invenção e transformação social.

1.1 Segregação urbana e a formação do Sol Nascente

A segregação urbana em Brasília não é um fenômeno recente; ela remonta à própria concepção da cidade. Desde sua origem, a capital foi projetada com uma separação espacial clara entre os espaços destinados às elites políticas e econômicas e aqueles ocupados pelos trabalhadores. Como observa Holston (1989), o Plano Piloto foi idealizado para acolher as classes dominantes, enquanto os operários da construção civil e outros trabalhadores foram deslocados para áreas distantes do centro. Em vez de romper com as desigualdades históricas, Brasília acabou por reproduzi-las, consolidando uma lógica de exclusão que se perpetua até os dias atuais (p. 94). Essa dinâmica se reflete na criação de setores privilegiados e na marginalização sistemática das classes populares, fenômeno que se intensificou em regiões como Ceilândia e, mais recentemente, no Sol Nascente.

Kosík (1969) observa que as contradições urbanas revelam relações sociais marcadas por desigualdades estruturais, e não apenas falhas de planejamento (p. 23). Essa leitura ajuda a compreender como, no caso de Brasília e Ceilândia, o deslocamento populacional reforçou processos de exclusão social. As chamadas soluções habitacionais, longe de resolverem o problema, muitas vezes apenas disfarçaram essas contradições. A experiência histórica de Ceilândia revela que as populações mais vulneráveis continuaram sendo negligenciadas em termos de infraestrutura e serviços, resultando em bairros marcados pela ausência de direitos básicos, como transporte, saneamento e educação.

A criação de Ceilândia nos anos 1970, oficializada pelo Decreto nº 77.570 de 1975, foi uma tentativa de realocar famílias removidas do centro de Brasília. Embora apresentada como resposta ao problema habitacional, a medida intensificou o deslocamento das populações para áreas ainda mais periféricas, ampliando o ciclo de segregação e dificultando o acesso a serviços públicos essenciais. O padrão de exclusão que marcou Ceilândia também se reproduziu no Sol Nascente, onde os problemas urbanos se intensificaram devido à falta de planejamento e ao suporte institucional insuficiente.

Brasília iniciou um ciclo de exclusão territorial que se desdobrou em Ceilândia e encontrou no Sol Nascente uma expressão ainda mais aguda. O crescimento desordenado, marcado pela baixa presença do Estado, reflete a continuidade das desigualdades. A vivência dos moradores revela como essa marginalização persiste, dificultando a construção de vínculos e de uma identidade coletiva no território. Como destaca Tobias, militante do MTD, os obstáculos econômicos e sociais enfraquecem os vínculos

comunitários, pois muitos moradores deixam a região assim que melhoram suas condições de vida. “Ceilândia já tem uma identidade forte. As pessoas, mesmo se começarem a ganhar melhor, ficam lá. No Sol Nascente, isso ainda não aconteceu. Quem ganha melhor, em geral, sai” (Tobias, 2024). Tobias reforça que essa identidade comum ainda está em processo de construção, em meio a um cenário de vulnerabilidades e deslocamentos constantes.

Essa exclusão também pode ser compreendida à luz das contribuições de Gladstone Leonel Júnior, Pedro Brandão e Magnus Henry da Silva Marques (2021), que analisam como o neoliberalismo atua não apenas por meio de políticas econômicas restritivas, mas como um dispositivo normativo mais amplo, instaurando o que os autores denominam de “pedagogia da submissão”. Ao transferir para o indivíduo a responsabilidade integral por sua existência e enfraquecer os laços comunitários, essa racionalidade aprofunda desigualdades históricas, despolitiza sujeitos e compromete a construção de formas coletivas de resistência (p. 262-263). Nessa perspectiva, a segregação urbana do Sol Nascente ultrapassa a ausência física do Estado e se revela como expressão de um processo contínuo de fragmentação social, simbólica e política.

Assim, a exclusão territorial no Sol Nascente não se limita à precariedade da infraestrutura ou à ausência de serviços públicos; ela reflete uma lógica mais profunda, que combina desamparo material e esvaziamento das relações coletivas. No entanto, esse cenário fragmentado também abriga potências de transformação, manifestadas na resistência dos moradores e em formas de reorganização do espaço e da vida comum, não como resposta isolada às adversidades, mas como expressão de uma práxis social em movimento.

Nesse cenário, o conceito de "direito à cidade", formulado por Lefebvre (2001), torna-se fundamental, ao propor que o acesso ao espaço urbano deve ser acompanhado da participação ativa nas decisões que moldam esse espaço. No caso do Sol Nascente, essa participação é dificultada por barreiras materiais e simbólicas, como a precariedade dos serviços e a baixa efetividade das políticas públicas. A precariedade habitacional, somada à ausência de saneamento e à infraestrutura deficiente, evidencia a persistência dessa exclusão urbana.

Dessa forma, o percurso do Sol Nascente dialoga com os padrões de exclusão observados em Ceilândia, mas carrega especificidades que tornam seus desafios ainda mais complexos e persistentes. A experiência anterior contribui para compreender parte do cenário atual, ao mesmo tempo em que evidencia os limites de respostas institucionais

que, mesmo formuladas como soluções, nem sempre enfrentam as causas estruturais da desigualdade. A vivência dos moradores mostra que, apesar dos discursos oficiais de inclusão, a marginalização continua a se renovar, assumindo novas formas e impondo obstáculos concretos ao direito à cidade.

Geograficamente, o Sol Nascente se estende por terrenos predominantemente planos, marcados por áreas de erosão e ocupações irregulares. Sua localização periférica em relação ao Plano Piloto evidencia a lógica de segregação socioespacial característica de Brasília, na qual as classes trabalhadoras são sistematicamente empurradas para zonas mais distantes. Segundo a Administração Regional do Sol Nascente/Pôr do Sol (2024), "a região era uma área rural até o início dos anos 1990, integrando os setores P Sul e P Norte de Ceilândia. A partir desse período, teve início o fracionamento irregular dos terrenos, processo que se intensificou na década seguinte, dando origem à expansão urbana desordenada da área" (Administração Regional do Sol Nascente, 2024). Como observa Sousa (2023), a constituição do Sol Nascente resultou de um processo de parcelamento informal de chácaras localizadas em área rural de Ceilândia, intensificado no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando a pressão por moradia acessível impulsionou a expansão desordenada do território, à margem do planejamento estatal, com construções precárias e escassez de infraestrutura básica (p. 67).

Até novembro de 2024, o Sol Nascente foi amplamente reconhecido como a maior favela do Brasil em número de domicílios, com uma estimativa inicial de 32.081 residências, segundo os dados preliminares do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023). A informação foi repercutida por diversos meios de comunicação, conferindo ao território não apenas visibilidade estatística, mas também um status simbólico significativo. O reconhecimento como maior favela do país, ainda que posteriormente revisto, ampliou o debate público sobre as desigualdades estruturais que marcam as periferias urbanas, evidenciando como a exclusão territorial e a precariedade das condições de vida seguem sendo desafios centrais nas margens da cidade planejada.

Com a atualização promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a partir de revisões metodológicas e complementações no levantamento, o território passou a ocupar a terceira posição em número de domicílios (21.889) e a segunda em população residente, com 70.908 pessoas (IBGE, 2024). Ainda assim, o lugar simbólico atribuído ao Sol Nascente permanece como expressão concreta das contradições estruturais que atravessam a formação socioespacial do Distrito Federal. O título de "maior favela do Brasil" não se restringe à sua dimensão física, mas revela disputas por

reconhecimento, visibilidade e acesso a direitos em um território historicamente marcado pela desigualdade.

Embora o Censo Demográfico ofereça um panorama nacional da ocupação territorial, possui limitações para captar as nuances locais e as dinâmicas vividas cotidianamente pela população. Por essa razão, este capítulo utilizará também a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), que oferece um retrato mais detalhado das condições de vida no Distrito Federal, permitindo compreender com maior profundidade as especificidades do Sol Nascente.

O Sol Nascente é dividido em três grandes trechos: Trecho I, Trecho II e Trecho III, cada qual com formas distintas de ocupação e diferentes níveis de infraestrutura. Segundo Sousa (2023), o Trecho I, o mais antigo, passou por intervenções como pavimentação e instalação de redes de água e esgoto, mas ainda enfrenta dificuldades de mobilidade e acesso a serviços públicos. O Trecho II, de menor densidade populacional, ainda conserva chácaras e apresenta forte engajamento comunitário. Já o Trecho III, mais recente, é caracterizado por ocupações espontâneas e vulnerabilidades mais acentuadas, como a ausência de equipamentos públicos e a ocorrência de processos de erosão (p. 30 e p. 116).

Essa fragmentação interna não se limita à falta de infraestrutura física: ela afeta diretamente a construção de uma identidade coletiva entre os moradores. O que poderia parecer apenas um conjunto de dificuldades pontuais, na verdade, reflete dinâmicas sociais mais profundas, sustentadas por desigualdades históricas. Como discute Kosík (1969), as aparências frequentemente ocultam os mecanismos que organizam a realidade. Nesse sentido, a precariedade no Sol Nascente não se resume à ausência de recursos, mas revela um padrão duradouro de segregação urbana (p. 11).

Segundo Sousa (2021, p. 67), o processo de formação do Sol Nascente está diretamente relacionado à ausência de políticas habitacionais eficazes. Foi nesse vazio que se consolidou o fenômeno da autoconstrução, no qual os próprios moradores, em sua maioria migrantes, ocuparam os lotes e ergueram suas moradias. A atuação do Estado ocorreu de forma tardia, apenas após a consolidação da ocupação, buscando então regularizar a posse e integrar minimamente o território ao planejamento urbano oficial.

A migração para o Sol Nascente foi, para muitos, impulsionada pela esperança de conquistar a casa própria, ainda que em condições precárias. Como aponta Holston (1989), a conformação de áreas periféricas como essa revela um modelo de cidade que

desloca sistematicamente as classes trabalhadoras para zonas invisibilizadas, mantidas à margem do planejamento urbano formal (p. 94).

Frente à ausência do Estado, os próprios moradores desenvolveram estratégias de sobrevivência, como os mutirões de bioconstrução. Esses mutirões envolvem a construção coletiva de moradias, utilizando materiais sustentáveis e técnicas ecológicas adequadas à realidade local. Mais do que suprir uma carência habitacional, fortalecem o senso de pertencimento e ação coletiva. André Júnio Tavares Barbosa⁶, coordenador do MTD/DF, relembra sua primeira experiência em um desses mutirões, ainda em 2017:

Meu primeiro contato com o território foi em um mutirão de bioconstrução do MTST, em 2017, no Trecho II. Essas ruas não eram asfaltadas, os loteamentos que surgiram lá recentemente não existiam, e não havia equipamentos públicos nem os prédios que existem hoje. Foi um dos meus primeiros contatos com a militância, e o mutirão focava na produção de casas populares com a participação direta da comunidade. (André, 2024)

Esse tipo de ação não se limita à construção de casas: é uma forma concreta de resistência à negligência estatal, baseada na solidariedade e na mobilização coletiva. Diante da ausência de políticas públicas eficazes, os moradores passaram a assumir, por conta própria, parte das responsabilidades pela organização do território.

Conforme indicam os relatos e práticas observadas em campo, o que, à primeira vista, pode parecer desordem urbana revela-se, na verdade, uma forma de reorganizar a vida cotidiana com os meios disponíveis, frente à ausência histórica do Estado. Como destacam Escrivão Filho e Sousa Júnior (2016), a violação de um direito raramente ocorre de forma isolada: ela desencadeia efeitos em cadeia sobre outros direitos, evidenciando a interdependência entre eles (p. 41). No caso do Sol Nascente, a precariedade na moradia repercute no acesso à saúde, na mobilidade urbana e na possibilidade de participação política efetiva. A resistência dos moradores, expressa em práticas como os mutirões de bioconstrução, exemplifica o que se entende por práxis: não se trata apenas de reagir às condições adversas, mas de transformar ativamente a realidade. Como aponta Kosík (1969), a práxis é o processo em que o “pensamento comum” emerge do cotidiano e se

⁶ André Júnio Tavares Barbosa é arquiteto e coordenador do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) no Distrito Federal, com atuação nos trechos 2 e 3 do Sol Nascente. Iniciou sua militância no Levante Popular da Juventude e, em 2017, teve o primeiro contato com o território em mutirões de bioconstrução. Aproximou-se do MTD por meio de ações de solidariedade na pandemia, consolidando-se como militante a partir de 2020. Atua em projetos como a Cozinha Popular Mara Maria de Jesus e o mapeamento de áreas de risco, com foco em educação urbanística, economia solidária e fortalecimento do direito à cidade. (Entrevista realizada pela autora com André, coordenador do MTD/DF, em 17 de julho de 2024, online via Teams).

concretiza na forma de ação, moldando a maneira como as pessoas lidam com sua existência e com os obstáculos que enfrentam (p. 19). Nesse sentido, ao construir suas casas, organizar mutirões ou se articular politicamente, os moradores do Sol Nascente não apenas enfrentam a escassez de recursos, mas também afirmam um modo próprio de existir e de lutar por dignidade.

Susy relembra as dificuldades enfrentadas ao chegar no Sol Nascente e a resistência cotidiana necessária para sobreviver em condições adversas:

Na verdade, eu cheguei aqui no Sol Nascente pela oportunidade de ter uma casa própria, porque a gente morava de aluguel e, na época, a gente teve uma pessoa que nos ofereceu esse local onde eu moro hoje por um preço que foi viável para a gente pagar. (...) Morando de aluguel, não tinha como construir, porque o dinheiro do aluguel já ajudaria na construção. Então, já tinha um barracinho aqui dentro de um cômodo. (...) Era uma cerca de arame na frente, a porta sem segurança nenhuma, a rua mais alta do que o barraco. Nesse caso, quando chovia, por várias vezes eu me lembro de ter chegado do serviço após um pé d'água, e quando eu abri a porta, a casa estava cheia de lama. Aí eu me sentava na cama, porque era um cômodo só, então era quarto e cozinha nesse cômodo, e aí eu me sentava em cima da cama e chorava porque eu estava tão cansada. (...) Meu marido chegava, via a situação e falava: "Um dia a gente consegue, vai dar tudo certo. (Susy, 2024)

A experiência de Susy não é apenas um exemplo individual, mas reflete uma exclusão mais ampla, em que as dificuldades materiais, como a falta de moradia adequada, encobrem problemas sociais e econômicos mais profundos. A vivência de Susy é semelhante à de outros moradores, como Michelle Oliveira Ferreira⁷, moradora do Sol Nascente, que destaca a importância da casa própria como um dos poucos alívios em meio à realidade desafiadora da comunidade: "O principal aspecto positivo é que aqui a gente não paga aluguel. Só isso já é um grande alívio. A gente tem nossa casa, mas ao mesmo tempo tem muitos desafios. Aqui não tem esgoto, não tem asfalto, e a água e a luz são gambiarras (...) por isso, às vezes fico com medo de fazer melhorias na casa" (Michelle, 2024).

⁷ Michele Oliveira Ferreira é moradora do Sol Nascente, onde vive com seu esposo e quatro filhos desde 2012. Ela chegou à comunidade devido à impossibilidade de continuar pagando aluguel no Setor P Norte, em Ceilândia. A precariedade da infraestrutura, a falta de regularização fundiária e os desafios cotidianos da vida no Sol Nascente moldam sua experiência na busca por condições melhores para sua família. Durante a pandemia, ela também recebeu apoio do Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD), que distribuiu cestas básicas e cestas verdes para a comunidade. (Entrevista realizada pela autora com Michelle Oliveira Ferreira, moradora do Sol Nascente, Trecho III, em 15 de agosto de 2024, via telefone).

Nilson Alexandre da Silva⁸, militante do MTD no DF, observa que a comunidade cresceu de maneira caótica, sem conexão entre os diferentes trechos ocupados, o que dificultou tanto a mobilidade quanto a organização da própria comunidade. Ele relata as dificuldades observadas na Chácara 84 do Trecho III: “Aqui, quando chove, parece que tudo vai desmoronar. A terra cede, os barracos ficam instáveis, e ninguém sabe quando as coisas vão piorar. A infraestrutura aqui não existe; cada um tenta sobreviver do jeito que pode.” (Nilson, 2024)

Essa fragmentação interna não afeta apenas o acesso a serviços básicos, mas também limita as possibilidades de desenvolvimento local e geração de renda no próprio território. A ausência de infraestrutura e planejamento urbano dificulta a instalação de atividades produtivas, o que força parte significativa da população a buscar trabalho em outras regiões do Distrito Federal. Essa realidade será aprofundada na próxima seção.

No Sol Nascente, além da luta por moradia, o cotidiano revela outras formas de enfrentamento à exclusão social. Diante da escassez de oportunidades formais, muitas mulheres assumem o trabalho autônomo como estratégia de sobrevivência.

Susy menciona que, para garantir alguma renda, cuidava de crianças em casa:

Foi a única maneira de garantir alguma renda, já que não tinha como sair para trabalhar fora por causa do meu filho. Quando voltei para o Sol Nascente, eu não tinha uma renda estável e comecei a olhar crianças para conseguir dinheiro e pagar as contas. (Susy, 2024)

Ao cuidar das crianças como estratégia de sobrevivência, Susy não apenas contorna a exclusão do mercado formal: ela reorganiza ativamente sua vida, transforma sua realidade diária e revela, na prática, o que Kosík (1969) entende como práxis — a superação da aparência e o desvelamento da realidade concreta por meio da ação consciente.

Embora esse trabalho tenha possibilitado o sustento da família, ele também revela uma dimensão mais profunda do sistema econômico. A partir da leitura de Kosík (1969), entende-se que a realidade cotidiana frequentemente oculta os conflitos estruturais por

⁸ Nilson Alexandre da Silva é artista popular e coordenador do Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD) no Distrito Federal, com atuação também no Sol Nascente. Ingressou no movimento durante a pandemia de COVID-19, em 2020, e, desde então, tem articulado ações comunitárias voltadas à segurança alimentar, à agroecologia e à cultura. Sua trajetória se destaca pela atuação no teatro, especialmente com bonecos mamulengo, profundamente inspirada na cultura popular nordestina. Integra o Latera (Laboratório de Teatro em Reforma Agrária), onde desenvolve práticas teatrais voltadas à mobilização social, à formação política e à valorização das expressões culturais do povo. (Entrevista realizada pela autora com Nilson Alexandre da Silva, coordenador do MTD/DF, em 12 de agosto de 2024, online via Google Meet).

trás das aparências. A informalidade do trabalho de Susy é um exemplo disso, mas sua prática vai além da simples adaptação, é uma forma de práxis, uma ação que transforma a realidade concreta e aponta para caminhos de reorganização social.

Nesse ponto, é importante fazer uma distinção: como discutem Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não atua apenas como política econômica, mas como racionalidade que molda subjetividades, deslocando a função social do Estado e promovendo a responsabilização individual diante das crises coletivas. Ao transformar cada sujeito em “empresário de si”, essa lógica torna legítima a precariedade e invisibiliza as estruturas que a produzem.

Contudo, é precisamente nesse contexto de vida esvaziado de garantias que práticas como a de Susy emergem como gestos de reorganização da existência, não como reprodução da lógica neoliberal, mas como deslocamento silencioso de sua normatividade. Segundo Kosík (1969), a práxis não se resume à ação técnica ou à adaptação: “na práxis se realiza a abertura do homem para a realidade em geral” (p. 205).

Assim, ao cuidar de crianças, Susy não apenas executa um trabalho ela instaura, a partir de sua realidade concreta, um outro modo de estar no mundo. Essa capacidade de gerar sentido, de organizar o cotidiano com base em experiências próprias e não apenas reagir a elas, insere sua prática no campo da práxis transformadora. Kosík acrescenta que “na práxis, o homem ultrapassa a sua própria finitude e se põe em contato com a totalidade do mundo” (p. 206), o que nos permite compreender essas experiências não como fragmentos isolados, mas como parte de uma luta mais ampla por reconhecimento, autonomia e vida digna.

Ao observar a experiência vivida de mulheres como Susy sob essa lente, torna-se possível enxergar para além da precariedade: vê-se a criação ativa de um mundo. Não se trata apenas de resistir ou sobreviver, mas de afirmar, a partir do concreto, o direito de existir plenamente — mesmo quando o Estado falha, mesmo quando o sistema exclui. É nessa tensão entre opressão e criação que a práxis se revela em sua potência.

Como Kosík (1969) argumenta, a realidade concreta não pode ser compreendida apenas por suas manifestações imediatas, mas exige um olhar que ultrapasse as aparências e desvele os mecanismos que a estruturam. No Sol Nascente, essa realidade se desenrola em uma dinâmica de exclusão e resistência, na qual a luta por moradia, infraestrutura e dignidade revela as contradições mais profundas da sociedade brasileira.

Esse processo de marginalização está diretamente associado às transformações econômicas iniciadas nos anos 1990, que empurraram as camadas mais vulneráveis da

população para áreas periféricas, acentuando a precariedade e a fragmentação urbana (Dardot; Laval, 2016). À luz de uma visão dialética, como propõe Kosík (1969), percebe-se que essa realidade não é um somatório de carências pontuais, mas uma totalidade contraditória que articula o visível e o oculto, o vivido e o estruturante. A “práxis cotidiana visual”, como ele define, permite romper com a aparência e acessar a substância da vida social, revelando que as dificuldades enfrentadas pelos moradores não são circunstanciais, mas expressão de um processo histórico que molda as periferias como lugares de descarte e de reinvenção da existência (Kosík, 1969, p. 205–206).

O desenvolvimento desordenado do Sol Nascente expõe a exclusão espacial e a ausência de planejamento urbano que marcam a história da periferia no Distrito Federal. Nascido de ocupações irregulares e da escassa presença do Estado, o território é, ao mesmo tempo, lugar de negação de direitos e de invenção de possibilidades. A resistência dos moradores se manifesta em práticas cotidianas que vão desde a autoconstrução de moradias até redes de solidariedade e cuidado, configurando formas de reorganização social em um ambiente marcado pela precariedade. Assim, o Sol Nascente se transforma em um espaço onde a marginalização convive com a práxis coletiva de transformação, expressando, como afirma Kosík (1969, p. 204), uma “ação concreta que transforma a realidade e funda sentidos, mesmo em contextos adversos”.

Essa ambivalência entre exclusão e resistência torna-se ainda mais evidente diante da racionalidade neoliberal, que desloca a responsabilidade social para o indivíduo e aprofunda as desigualdades estruturais. Como será discutido a seguir, os impactos dessas políticas sobre o cotidiano da população evidenciam como as formas de opressão contemporâneas não apenas desorganizam o território, mas também desafiam seus moradores a reorganizá-lo por meio da práxis.

i. Desafios sociais e o impacto das políticas neoliberais no Sol Nascente

A realidade do Sol Nascente vai além da escassez de serviços essenciais, como moradia e saúde, e reflete um sistema abrangente de exclusão que permeia áreas como o trabalho, a educação e outras esferas da vida social. Trata-se de um processo interdependente e contínuo de opressão, no qual também se forjam resistências, reorganizando cotidianamente as formas de viver e de lutar por dignidade.

Como discutem Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não se restringe a um conjunto de políticas econômicas, mas opera como uma racionalidade que penetra as

estruturas sociais e redefine os padrões de conduta. Nessa lógica, transfere-se ao indivíduo a responsabilidade por suas próprias condições de existência, enquanto o Estado abdica de seu papel de garantidor de direitos fundamentais. Essa normatividade impõe uma reorganização social baseada na competição e na precarização das relações, estimulando um modelo de subjetividade centrado na autogestão da escassez e na maximização de esforços individuais. Nesse cenário, a sobrevivência passa a ser naturalizada como uma escolha pessoal, ocultando as estruturas que a tornam necessária.

O Sol Nascente tem uma população estimada em 108.713 habitantes, com idade média de 29,5 anos, segundo a PDAD 2021 (CODEPLAN, 2022), atualizada com dados da PDAD-A 2024 (IPEDF, 2024). Esse dado reforça o predomínio de uma população jovem em crescimento e, ao mesmo tempo, evidencia a ausência de políticas públicas eficazes voltadas a esse grupo etário. Sem programas de capacitação adequados e políticas educacionais inclusivas, os jovens continuam enfrentando dificuldades extremas para romper o ciclo da pobreza. Tobias, militante do MTD, observa: “Aqui, a maioria é de jovens, e isso traz uma energia diferente, mas também muitos desafios. A falta de oportunidades aqui dentro nos obriga a buscar fora, o que nem sempre é viável” (Tobias, 2024).

No âmbito do trabalho, a PDAD 2021 (CODEPLAN, 2022), com dados atualizados pela PDAD Ampliada de 2024 (IPEDF, 2024), aponta que 57,2% da população em idade ativa (14 anos ou mais) está empregada, enquanto 6,1% permanecem desocupada. Entre os ocupados, apenas 13% conseguem se manter profissionalmente dentro da própria região, enquanto 25% precisam se deslocar diariamente até Ceilândia. Esse dado reforça a dependência de outras áreas e os impactos concretos do deslocamento, ainda mais agravados pelo fato de que 46% utilizam ônibus — muitos enfrentando trajetos que ultrapassam uma hora.

Essa precariedade se agrava diante da ausência de equipamentos públicos básicos na região. Tobias ressalta que “o Sol Nascente é a segunda maior favela do país, mas não tem escola, posto de saúde, quadra, praça... A Rocinha tem tudo isso. [...] O problema ali é a ausência de equipamentos públicos” (Tobias, 2024).

Mesmo dentro do território, existem desigualdades marcantes. Nilson, também militante do MTD, destaca as condições ainda mais precárias da Chácara 84, no Trecho 3, que está fora da poligonal urbana: “Ali onde a gente atua ainda é muito pior. [...] Ali não chega carro de lixo, não tem luz elétrica da CEB, não tem água encanada da Caesb. [...] Nós funcionamos ali tudo no gato” (Nilson, 2024).

No campo da educação, os dados da PDAD 2021 (CODEPLAN, 2022) indicavam que 37% das pessoas com 25 anos ou mais haviam concluído o ensino médio e apenas 7% possuíam ensino superior completo — índices próximos aos registrados anteriormente. Esses dados revelam a persistência de um cenário de difícil acesso à educação superior e de baixa qualificação formal, o que limita as possibilidades de inserção profissional e mobilidade social.

A fala de Michelle, moradora da comunidade, expressa de forma sensível os obstáculos enfrentados pelas famílias:

Minha filha queria fazer um curso de informática, mas aqui no Sol Nascente não tem esses cursos. Acabei encontrando uma oportunidade fora, mas isso significa tempo e dinheiro que a gente muitas vezes não tem. E com meus outros filhos é a mesma coisa, preciso pensar em como oferecer algo melhor para eles, mas sem apoio fica difícil. A gente quer melhorar, mas parece que tudo depende só de nós. E às vezes não dá. (Michelle, 2024)

Essa ambivalência entre iniciativas de resistência e a contínua precariedade revela o esgotamento das promessas estatais de inclusão e o fortalecimento de formas próprias de organização.

A escassez de oportunidades locais, como a mencionada por Michelle, está intrinsecamente relacionada às condições laborais e à necessidade de deslocamento diário para outras regiões. Segundo a PDAD 2021 (CODEPLAN, 2022), 46% dos trabalhadores utilizavam o ônibus como principal meio de transporte, mas apenas 23,8% gastavam até 15 minutos no trajeto. Embora os dados da edição anterior indicassem que 46% levavam mais de uma hora para chegar ao trabalho, os números atualizados pela PDAD-A 2024 (IPEDEF, 2024) sugerem uma leve melhora. Ainda assim, persiste um deslocamento significativo, concentrado sobretudo em Ceilândia (25%), o que reforça a dependência de outras regiões e as dificuldades estruturais do próprio território.

A diversidade racial e cultural segue como um traço constitutivo do território. De acordo com a PDAD-A 2024 (IPEDEF, 2024), 56,3% dos moradores se autodeclararam pardos, 14,6% pretos e 27,5% brancos. Esses dados confirmam a predominância da população negra (67,9%, considerando pretos e pardos), mantendo o perfil racial já identificado nas edições anteriores.

Em relação ao gênero, as mulheres representam 50,8% dos moradores, o que reafirma o equilíbrio demográfico, embora os desafios enfrentados por elas revelem assimetrias estruturais no acesso a direitos e oportunidades. Quanto aos arranjos domiciliares, a pesquisa confirma a continuidade da predominância de famílias

monoparentais chefiadas por mulheres, presentes em 17,5% dos domicílios, proporção semelhante à registrada anteriormente.

Em termos de ocupação, a PDAD-A 2024 (IPEDF, 2024) aponta que 73,8% dos trabalhadores declararam ser empregados no setor privado (exceto doméstico), e 71,4% possuem carteira assinada. Esses números revelam um leve avanço na formalização em comparação com os dados da PDAD 2021 (CODEPLAN, 2022), quando 61,5% atuavam no setor privado e 32,9% exerciam atividades como autônomos. No entanto, o predomínio dos setores de comércio, serviços por aplicativos e construção civil continua indicando uma vulnerabilidade estrutural nas formas de inserção produtiva, ainda que a edição atual não detalhe os ramos de atividade com a mesma precisão da anterior.

Em relação à escolaridade, 37% das pessoas com 25 anos ou mais possuem ensino médio completo (IPEDF, 2024). A edição atual, contudo, não informa diretamente os percentuais de ensino superior completo ou de analfabetismo. Por isso, os dados da PDAD 2021 (CODEPLAN, 2022) seguem sendo relevantes para a análise, indicando que, à época, apenas 8% haviam concluído o ensino superior e 12% não possuíam escolaridade formal.

Também não foram atualizados os dados sobre insegurança alimentar. Em 2021, ela afetava 50% dos domicílios do Sol Nascente, sendo 13% em situação grave (CODEPLAN, 2022). Assim, os dados anteriores permanecem como referência válida e necessária para compreender a gravidade das condições alimentares enfrentadas por parte significativa da população local.

O cenário do Sol Nascente ilustra com clareza a racionalidade neoliberal descrita por Dardot e Laval (2016), na qual a responsabilidade pelas condições de vida é transferida ao indivíduo, enquanto o Estado se retrai de seu papel de garantidor de direitos fundamentais. Essa lógica, pautada na competitividade e na maximização individual, desestrutura os mecanismos de apoio coletivo, precariza as relações sociais e aprofunda desigualdades já enraizadas.

No território, essa racionalidade se manifesta de forma concreta na escassez de políticas públicas voltadas à inclusão educacional, profissional e habitacional. Atingindo especialmente a juventude e as mulheres chefes de família, como os próprios dados evidenciam.

A partir da lente dialética de Kosík (1969), é possível compreender que essas dificuldades visíveis como a informalidade do trabalho, os baixos índices educacionais e o deslocamento diário são expressões concretas de contradições mais profundas, muitas

vezes ocultas pelas aparências. A realidade cotidiana, longe de ser neutra ou espontânea, é estruturada historicamente, o que exige uma análise que ultrapasse a superfície dos fenômenos e considere a totalidade das relações sociais (Kosík, 1969, p. 12).

Nesse mesmo sentido, Quijano (2005) oferece uma leitura crítica sobre as marcas coloniais que ainda organizam a sociedade latino-americana. A marginalização enfrentada pelos moradores do Sol Nascente não se limita à esfera econômica: ela está ligada a uma lógica de poder que racializa e subalterniza populações inteiras, negando-lhes acesso a recursos, ao conhecimento e à cidadania plena. No contexto do Distrito Federal, essa exclusão se materializa em uma cidade planejada que expulsa e oculta, reforçando um modelo de periferização com raízes coloniais e expressão neoliberal.

Essas condições continuam a evidenciar as disparidades econômicas que afetam a comunidade, refletindo as desigualdades estruturais presentes em muitas periferias urbanas brasileiras. Embora haja iniciativas em andamento para melhorar a qualidade de vida no Sol Nascente, os moradores ainda enfrentam grandes desafios relacionados ao acesso a serviços básicos e à infraestrutura adequada.

Contudo, como observam Dardot e Laval (2016), a lógica neoliberal enfraquece as estruturas coletivas e naturaliza a responsabilização individual, agravando as tensões internas e comprometendo os laços de solidariedade. Essa ambivalência entre o esforço comunitário e o desgaste provocado pela precariedade das condições de vida é uma das marcas das periferias urbanas, nas quais formas de resistência convivem com a exaustão cotidiana.

Ao analisar o impacto das políticas neoliberais em conjunto com o histórico de exclusão herdado, fica evidente que a resistência dos moradores, mesmo diante das adversidades, revela tanto uma capacidade de união quanto as tensões internas geradas pela precariedade. A diversidade cultural e o senso de comunidade, como aponta Tobias, frequentemente promovem solidariedade: “Mesmo diante das dificuldades, a coletividade permanece como força mobilizadora para a melhoria das condições de vida” (Tobias, 2024). No entanto, a escassez de recursos e oportunidades também alimenta conflitos cotidianos, que intensificam a violência não apenas em sua expressão física, mas também simbólica.

A exclusão territorial, aliada à resiliência da comunidade, mostra que as desigualdades vão além da ausência de serviços e infraestrutura. Elas se manifestam como violências complexas, que atravessam o cotidiano sob múltiplas formas — do silenciamento institucional à invisibilidade social. Essas condições aprofundam as

vulnerabilidades da população e, ao mesmo tempo, reforçam a urgência da resistência e da transformação coletiva da realidade.

A análise das condições do Sol Nascente evidencia a convergência entre as formulações de Dardot e Laval (2016), Quijano (2005) e Kosík (1969), oferecendo uma leitura articulada da realidade vivida na comunidade. De um lado, as políticas neoliberais transferem ao indivíduo a responsabilidade por sua própria sobrevivência, estabelecendo uma lógica de exclusão que opera de forma cotidiana. De outro, a herança histórica de marginalização, como observa Quijano, reforça e perpetua desigualdades estruturais que racializam e subalternizam.

Contudo, como destaca Kosík (1969), as contradições presentes nessa realidade concreta não devem ser encaradas apenas como obstáculos. São também sinais de movimento e possibilidade. A dialética propõe que a realidade não é estática, mas moldada pelas práticas humanas, e é justamente nessas tensões que reside o potencial de transformação (p. 19).

Assim, a luta dos moradores do Sol Nascente contra as dificuldades não é um simples reflexo de falhas individuais, mas um processo contínuo de resistência coletiva. As adversidades enfrentadas, em vez de paralisarem a comunidade, alimentam a busca por formas mais justas de organização social e superação das condições impostas. Kosík (1969), ao tratar da realidade concreta, ressalta que a práxis emerge justamente das tensões que compõem a vida cotidiana.

Nesse sentido, é nas contradições do espaço vivido que a práxis ganha forma e, no caso do Sol Nascente, ela se expressa na resistência, na solidariedade e no esforço coletivo de reconfigurar, com dignidade, a própria existência.

Se, por um lado, o cotidiano da exclusão revela os efeitos da racionalidade neoliberal sobre a vida nas periferias urbanas, por outro, a análise das políticas públicas e da regularização fundiária no Sol Nascente permite compreender como essas estruturas institucionais também atuam, ou falham, no enfrentamento dessas desigualdades.

ii. Políticas públicas e a questão da regularização fundiária

O Sol Nascente exemplifica como a ausência de políticas públicas coordenadas aprofunda a precariedade em regiões que se expandem de forma acelerada e sem planejamento. A falta de saneamento, eletricidade regularizada e transporte público revela a desconexão entre as intenções formuladas pelo poder público e a realidade concreta

vivida pelos moradores, que frequentemente precisam improvisar soluções para enfrentar os desafios cotidianos.

Durante o governo Dilma Rousseff, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), regulamentado pelo Decreto nº 6.025/2007, e a Lei nº 11.977/2009, que instituiu o Programa Minha Casa, Minha Vida, buscaram promover a regularização de áreas ocupadas e a melhoria da infraestrutura urbana. Embora essas iniciativas tenham gerado alguns avanços, como a pavimentação de determinadas áreas, enfrentaram obstáculos significativos, especialmente no que diz respeito ao saneamento básico. A pavimentação do Trecho II, por exemplo, só foi concluída em 2019, trazendo melhorias para a circulação e o cotidiano dos moradores, mas sem resolver as carências estruturais mais profundas.

Em 2014 saiu um PAC da Dilma, mas ele só se concretizou em 2019, com a divisão mais clara dos trechos 1, 2 e 3, o que foi bacana para a regularização fundiária e para as reformas habitacionais, caminhando para estruturas mais consolidadas. Mas foi só em 2019 que o asfalto do Trecho II saiu, transformando a vida das pessoas. (Tobias, 2024)

Esses avanços, embora importantes, muitas vezes encobrem problemas mais profundos. A ausência de infraestrutura adequada, como o acesso regular à energia e ao saneamento, evidencia desigualdades persistentes que continuam a comprometer a qualidade de vida da população. A Lei Complementar nº 785/2008, por exemplo, representou um marco inicial ao buscar a legalização da posse dos terrenos e melhorias em infraestrutura. No entanto, mesmo com sua implementação, o crescimento desordenado da área seguiu pressionando os recursos disponíveis e desafiando a efetividade das políticas públicas.

A Lei Complementar nº 785/2008 representou um marco inicial no processo de transformação do Sol Nascente em uma Região Administrativa de Regularização de Interesse Social, visando à legalização da posse dos terrenos e à melhoria da infraestrutura, especialmente em áreas críticas como saneamento básico, pavimentação e fornecimento de eletricidade. Em 2017, a Lei Complementar nº 935 formalizou a separação do Sol Nascente em relação a Ceilândia, com o objetivo de proporcionar uma gestão mais próxima das necessidades locais. Posteriormente, em 2019, a criação da Região Administrativa Sol Nascente/Pôr do Sol foi consolidada pela sanção da Lei nº 6.359 pelo governador Ibaneis Rocha, buscando ampliar a capacidade institucional para responder às demandas da população. Contudo, apesar dessas iniciativas, o crescimento

desordenado persistiu, pressionando os recursos disponíveis e contribuindo para consolidar a região como uma das maiores ocupações irregulares do país.

Apesar das tentativas de implementação de políticas públicas, a urbanização desordenada, somada à falta de investimentos adequados em infraestrutura básica, continuou a impactar a qualidade de vida dos moradores, refletindo a persistente desigualdade enfrentada pela população local.

A situação se agrava nos trechos do Sol Nascente que permanecem fora da poligonal de regularização. Esse cenário, somado à erosão das casas devido à falta de planejamento adequado para conter as chuvas, revela um padrão de abandono. A descrição de Nilson, militante que atua na Chácara 84, exemplifica as consequências dessa invisibilidade:

Quando chove, foi criada uma rua reta, uma descida. Se você olhar, não se faz rua daquele jeito quando é planejado, porque senão a chuva vai cair, vai levar tudo, vai virar um corredor de água ali. Ali é um corredor de água, então cada dia que passa a erosão ali vai ficar mais forte. Aquelas casas provavelmente não vão ficar ali. Nós não estamos vendo o governo, o governo que estou falando é o GDF, pensar em políticas públicas de moradia para o povo do Sol Nascente, Trecho III, especificamente para a chácara 84, que é onde a gente atua. Você vê que não tem políticas públicas de moradia.” (Nilson, 2024)

A observação de Nilson revela como a ausência de políticas públicas adequadas se materializa de forma concreta nas áreas não incluídas nos processos de regularização fundiária, onde os moradores seguem enfrentando riscos diários e invisibilidade institucional.

A frase foi simplificada para melhorar a fluidez, mantendo a clareza e o foco nas falas dos moradores, sem perder a ênfase na manifestação da precariedade. Como Nilson observou, “a água corre pelas ruas levando a terra embora e ameaçando as casas. Parece que a qualquer momento tudo vai desmoronar” (Nilson, 2024). A ausência de um sistema adequado de drenagem e a carência de saneamento básico não são apenas problemas técnicos, mas refletem o abandono contínuo dessas áreas, que são as mais expostas a desastres ambientais.

A falta de políticas públicas eficazes obriga a comunidade a encontrar soluções improvisadas para problemas básicos. “Aqui, a gente tem que cavar poço, puxar energia de qualquer jeito,” comentou Susy, destacando como os próprios moradores se veem forçados a garantir sua sobrevivência em um ambiente que carece de serviços públicos essenciais.

Embora existam tentativas formais de regularização fundiária e urbanização, os relatos evidenciam que tais políticas não conseguiram responder às demandas concretas da população. A precariedade persiste como condição estrutural, dificultando não apenas a vida cotidiana, mas também os processos de resistência e mobilização local.

Dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD 2021), divulgada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN, 2022), e atualizados pela PDAD Ampliada de 2024 (IPEDF, 2024), confirmam esse cenário: o crescimento desordenado do Sol Nascente aprofundou desigualdades sociais já existentes. Ainda que os levantamentos indiquem aumento populacional e carência persistente de serviços como saneamento e energia regularizada, a análise revela que as medidas adotadas foram insuficientes para enfrentar as raízes da exclusão urbana.

A formação do Sol Nascente, marcada pela autoconstrução, ausência histórica do Estado e resistência cotidiana, evidencia como as periferias urbanas se organizam à revelia das promessas de universalização dos direitos. A segregação socioespacial, longe de ser um fenômeno pontual, revela a permanência de uma racionalidade que, como analisam Kosík (1969) e Quijano (2005), articula exclusão material e apagamento simbólico dos sujeitos periféricos. Ainda assim, a vida que pulsa no território, entre mutirões, redes de solidariedade e práticas insurgentes, expressa uma práxis concreta de reexistência. É nesse entrelaçamento entre exclusão e potência que se desenha o cotidiano do Sol Nascente, onde a negação de direitos convive com o esforço coletivo por reorganizar o mundo vivido. Em seguida, o texto se volta às práticas cotidianas de resistência e solidariedade que emergem no Sol Nascente como respostas à exclusão social e à precariedade, frequentemente agravadas pela ausência ou insuficiência de políticas públicas.

1.2 Resistência e solidariedade como potencial de transformação social no Sol Nascente

Dando continuidade à análise das desigualdades estruturais e da exclusão territorial que marcam o Sol Nascente, este tópico volta-se às estratégias de resistência desenvolvidas pela comunidade diante dessas adversidades. A partir das observações realizadas em campo, é possível perceber que a realidade local, embora atravessada por violências simbólicas e institucionais, também abriga formas cotidianas de enfrentamento, nas quais sobressaem gestos de solidariedade, práticas de cooperação e

iniciativas de mobilização. Mesmo em um contexto de fragmentação social e precariedade, essas ações expressam um potencial significativo de transformação, ao reconfigurarem as relações comunitárias e afirmarem, por meio da prática, a busca por uma vida mais justa e digna.

1.2.1 Entre a exclusão e a violência: dinâmicas da desigualdade no Sol Nascente

A desigualdade interna e a exclusão territorial no Sol Nascente são traços marcantes da realidade observada, especialmente no Trecho III, onde as condições de vida se mostram significativamente mais precárias. A ausência de planejamento urbano contribui para uma desconexão tanto física quanto social entre os diferentes trechos da comunidade. Segundo Nilson, militante do MTD, "o Sol Nascente é dividido em três trechos, que praticamente não se comunicam entre si. O Trecho I não se conecta diretamente ao Trecho II, e o Trecho II também não se conecta ao Trecho III" (Nilson, 2024).

Essa fragmentação territorial, ainda que não tenha sido deliberadamente planejada, reforça um isolamento interno que ultrapassa a geografia e atravessa também as relações sociais. De acordo com Nilson, "no Trecho I, há moradores que se percebem como superiores aos do Trecho II, e no Trecho II, alguns também expressam um sentimento semelhante em relação ao Trecho III" (Nilson, 2024). Essa percepção evidencia como as divisões internas são atravessadas por sentidos simbólicos de hierarquia e status, refletindo formas sutis, porém persistentes, de exclusão. Nilson complementa ainda que, mesmo dentro do Trecho III, "dependendo da localização, os próprios moradores de algumas quadras se veem como superiores em relação a outras áreas do mesmo trecho" (Nilson, 2024).

Tais fragmentações, embora enraizadas em aspectos concretos — como a precariedade da infraestrutura e a ausência de serviços públicos —, também revelam camadas simbólicas de exclusão que se reproduzem no cotidiano. Nesse sentido, a realidade do Sol Nascente expressa, de forma localizada, uma lógica histórica mais ampla de segregação urbana, na qual a desigualdade se atualiza por meio de processos que tendem a naturalizar a distância entre grupos que compartilham o mesmo território, mas nem sempre o mesmo sentimento de pertencimento.

A criminalização da pobreza, segundo relatos dos moradores, também se manifesta nas interações cotidianas com o sistema de justiça. Segundo Nilson, nas

periferias a atuação policial frequentemente ignora garantias legais mínimas. Em suas palavras: "No Sol Nascente, eles não precisam desse papel. Eles vão chegar, vão descer o pau em quem estiver dentro de casa" (Nilson, 2024).

Essa percepção dos moradores sugere uma desconexão entre o discurso jurídico-formal dos direitos e a realidade vivida nas periferias urbanas. Essas práticas são frequentemente interpretadas pelos moradores como parte de um padrão mais amplo de seletividade e violência institucional, contribuindo para a sensação de abandono pelo Estado. Essas falas também indicam que, segundo os militantes, a marginalização dos moradores não decorreria apenas da ausência de políticas públicas, mas também da atuação ativa de mecanismos de controle e repressão.

Essa seletividade, relatada pelos militantes, também aparece no tratamento dispensado aos jovens periféricos, especialmente negros. Nilson narra o caso de um jovem entregador que, ao ter seu celular roubado, expressou uma visão punitivista. Segundo ele: "Na cabeça desse cara, bandido bom é bandido morto. Ele pensa que o cara tinha que morrer, porque a única coisa que ele tinha era o celular de renda, e agora nem isso ele tem mais" (Nilson, 2024). Essa frustração revela, segundo o entrevistado, como algumas pessoas das classes populares podem acabar reproduzindo discursos violentos, em linha com o argumento de Kosík (1969).

Nilson também destaca a percepção de uma disparidade racial nas abordagens policiais relacionadas ao tráfico de drogas. Em suas palavras: "Um menino branco pode estar com meio quilo, um homem branco rico pode estar com 40 quilos de cocaína dentro de um helicóptero, e ninguém vai ser preso por isso. Mas se eu for preso com dois baseados, vou pagar por aquilo, preso, vou ter que provar que não sou traficante" (Nilson, 2024). Esse depoimento sugere uma crítica ao racismo estrutural que, segundo ele, poderia influenciar as práticas policiais e judiciais.

Ao discutir a naturalização da violência nas áreas mais vulneráveis, Nilson menciona como as reações da comunidade frequentemente revelam resignação, justificativas fatalistas ou mesmo religiosas diante de episódios dramáticos. Segundo ele, algumas pessoas da comunidade chegam a culpar as próprias vítimas ou atribuem essas situações ao plano divino, expressando, em sua visão, uma aceitação preocupante diante da violência cotidiana. Essa postura sugere, ainda segundo o entrevistado, uma aceitação da violência como parte inevitável da vida na periferia, refletindo processos mais amplos de exclusão social (Nilson, 2024).

Essas percepções revelam um cenário de normalização da violência, onde tragédias passam a ser vistas com indiferença ou resignação, contribuindo para uma sensação generalizada de negligência institucional e exclusão. Essa realidade dialoga com o que Kosík (1969) destaca sobre como a sociedade pode apresentar uma imagem distorcida da realidade, ocultando os mecanismos estruturais de marginalização e afastando, dessa forma, as comunidades periféricas dos direitos e das proteções mais básicas.

A marginalização no Sol Nascente é reforçada por um ciclo de exclusão, seletividade legal e violência institucional. Nilson observa que a vulnerabilidade dos moradores aumenta conforme se afastam das áreas mais centrais: "Quanto mais vai descendo, mais vai faltando acessos" (Nilson, 2024). A precariedade da infraestrutura, aliada à violência cotidiana, cria um ambiente de controle social que dificulta tanto a resistência quanto a mobilização dos moradores.

A análise dessas condições revela como diferentes formas de exclusão se conectam. A falta de integração entre os espaços, somada à precariedade na infraestrutura e à marginalização social, reforça um cenário de desigualdade que se mantém ao longo dos anos. Essas dinâmicas podem ser observadas na prática concreta da vida no Sol Nascente, onde as populações mais vulneráveis continuam a enfrentar os impactos de políticas urbanas que falham em integrá-las de forma justa. A vivência dos moradores revela, assim, contradições e injustiças profundas que perpetuam sua condição de exclusão.

1.2.2 Resistência e mobilização no Sol Nascente: Entre solidariedade e fragmentação

No Sol Nascente, as casas improvisadas, as ruas sem pavimentação e as soluções informais para a falta de serviços públicos revelam as contradições estruturais que marcam a vida na comunidade. Entretanto, destaca-se especialmente a emergência de redes de apoio como respostas às carências compartilhadas pelos moradores, indicando importantes práticas de solidariedade cotidiana. Esses laços refletem formas de resistência nas quais, segundo os próprios moradores, a união prevalece diante das dificuldades cotidianas. Entretanto, tais esforços ocorrem em um contexto em que forças mais amplas, como o neoliberalismo, promovem uma lógica de competição interna, enfraquecendo a coesão social e criando tensões que dificultam o apoio mútuo, conforme observa Wendy Brown (2019).

De acordo com Escrivão Filho e Sousa Junior (2016), os direitos humanos se constituem por meio de práticas dinâmicas e coletivas, que se desenvolvem no cotidiano. No Sol Nascente, atos de cooperação, como o compartilhamento de recursos e o apoio em momentos de crise, são respostas às pressões que procuram desarticular esses laços. Esses gestos cotidianos demonstram como, ao invés de ceder ao isolamento, os moradores constroem novas formas de colaboração, transformando as relações sociais e reafirmando a luta pela dignidade.

As redes de apoio cotidianas também são destacadas pelos moradores como essenciais à resistência coletiva. Susy, por exemplo, relata como a comunidade se mobiliza em momentos críticos:

Teve uma chuva muito forte e a água entrou na minha casa. Foi um desespero grande. Eu perdi a despesa de dois meses, sofá, guarda-roupa, e até hoje não consegui repor tudo. Só consegui salvar um sofá. Nesse dia, eu vi que existiam famílias em situações muito piores que a minha. Quando olhei ao redor, a água estava por toda parte, até o pezinho do bebê que estava no conforto já estava na água. Liguei para os vizinhos e eles vieram com rodos e enxadas para ajudar. Aqui, a gente sobrevive assim, na base do apoio mútuo. Sem essa união, não teria como continuar. (Susy, 2024)

Essas redes de ajuda mútua atuam como respostas à ausência do Estado, sendo frequentemente descritas pelos moradores como cruciais para sua sobrevivência cotidiana. Tobias, militante do MTD, compartilha sua percepção sobre as soluções improvisadas encontradas pela comunidade:

Aqui no Sol Nascente, quando falta luz, a gente puxa um gato; quando falta água, a gente cava um poço. Não tem outra solução. Nós mesmos temos que nos virar porque o governo não está presente. As pessoas se ajudam do jeito que podem, improvisam soluções para sobreviver. A gente já sabe que não pode esperar pelo Estado. Tudo aqui funciona na base da solidariedade e da criatividade, mas isso cansa. A luta é diária, e sem essa união entre os moradores, seria impossível resistir. (Tobias, 2024)

Embora pareçam soluções temporárias, essas práticas revelam a capacidade de adaptação e resistência da comunidade diante da exclusão estrutural. A cada imprevisto, a coletividade reafirma seu direito de lutar por uma vida mais digna. A resistência aqui não se faz em grandes manifestações, mas em pequenos gestos cotidianos que transformam as condições de vida.

Essas ações cotidianas exemplificam como a vida no Sol Nascente se torna um campo de ressignificação. Ao enfrentar os desafios diários, os moradores constroem formas de organização que desafiam as limitações impostas. Essas respostas práticas, que

muitas vezes surgem da necessidade imediata, também criam condições para a transformação social ao reconfigurar as estruturas do cotidiano.

Susy também compartilha a experiência de sua família na construção de sua casa. Mesmo sem infraestrutura básica, eles persistiram, improvisando maneiras de acesso à água e superando limitações: “No início, não tínhamos nem casa direito, era apenas um barraco de um cômodo. As condições eram terríveis, mas fomos nos adaptando, construindo aos poucos. Cada passo foi uma vitória, um jeito de dizer que, apesar de tudo, a gente ia continuar.” (Susy, 2024).

Essas práticas cotidianas, mais do que simples respostas às condições precárias, sugerem possibilidades de subverter limitações impostas, abrindo caminho para novas formas de organização social. À medida que a comunidade se fortalece, essas iniciativas locais demonstram a capacidade de mobilização diante das contradições da vida cotidiana.

Com o tempo, os moradores passaram a se articular junto a movimentos sociais em torno de demandas mais amplas, como a regularização fundiária e a melhoria da infraestrutura. A falta de água encanada e saneamento básico deixou de ser um problema individual para se tornar uma questão coletiva que exigia soluções estruturais. A chegada de organizações externas e o fortalecimento das lideranças locais, como Susy, consolidaram um movimento de resistência mais coeso: “Foi com essas pequenas mobilizações que a gente começou a ganhar força.” (Susy, 2024).

Portanto, a mobilização comunitária no Sol Nascente não deve ser vista apenas como um evento isolado ou restrito às fases iniciais de ocupação. Ela é parte de um processo contínuo de resistência que fortalece a luta coletiva. Como será tratado no próximo capítulo, o MTD viria a encontrar, assim, um terreno fértil para suas ações, potencializando iniciativas já existentes e organizando a luta por direitos de forma mais estruturada.

A resistência observada no Sol Nascente, portanto, ultrapassa uma simples reação imediata às dificuldades, refletindo potencialidades coletivas capazes de transformar as condições estruturais de exclusão. Essas práticas cotidianas não apenas respondem às adversidades, mas revelam a capacidade da comunidade de se reorganizar e resistir ativamente, criando oportunidades para novas formas de organização social.

1.2.2.1 Solidariedade e resistência no Sol Nascente: Uma construção coletiva

A luta pela sobrevivência no Sol Nascente é marcada pela solidariedade entre os moradores, que, ao se unirem em momentos de crise, demonstram uma resistência coletiva essencial para enfrentar a ausência de políticas públicas. Escrivão Filho e Sousa Junior (2016) argumentam que os movimentos sociais emergem como “uma potência de solidariedade ético-política na luta contra-hegemônica pelos direitos humanos” (p. 103). Assim, a solidariedade vai além da ajuda emergencial e se transforma em uma base fundamental para a resistência ativa e coletiva, fortalecendo os movimentos sociais na busca por direitos.

As iniciativas coletivas, como os encontros e atividades promovidos pelos movimentos sociais, mostram como essas ações se estruturam para enfrentar as injustiças e buscar mudanças profundas. Nessas ocasiões, os moradores compartilham experiências e criam redes de apoio mútuo, superando as divisões internas. Como discutido por Escrivão Filho e Sousa Junior (2016), a solidariedade desempenha um papel central na luta por justiça social, atuando como uma força unificadora que conecta indivíduos e comunidades na busca pela melhoria das condições sociais e pelo reconhecimento de direitos.

A mobilização da comunidade do Sol Nascente ocorre não apenas nas práticas cotidianas de sobrevivência, mas também em ocasiões estruturadas de participação coletiva, como nas oficinas de planejamento urbano e nas reuniões de direitos. Um exemplo claro desse tipo de mobilização foi observado em 28 de outubro de 2023, na oficina sobre o Plano Diretor do Distrito Federal, denominada “Que futuro queremos para o Sol Nascente?” (observação de campo, 2023b), promovido pelo MTD nas instalações do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Universidade de Brasília (UnB), em Ceilândia/DF. A oficina reuniu moradores, militantes do MTD, assistentes sociais, estudantes, defensor público e parlamentares para discutir o futuro do Sol Nascente. Durante este dia, foram abordadas questões essenciais para o território do Sol Nascente, englobando temas como infraestrutura, trabalho, educação, saúde, mobilidade, lazer e cultura.

Durante a oficina, além de discutir a necessidade urgente de regularização fundiária e melhorias na infraestrutura, os moradores do Trecho III fortaleceram seus laços comunitários ao compartilhar preocupações sobre a falta de asfalto e o escoamento inadequado da água, problemas que afetam diretamente suas condições de vida. Ao dividirem suas experiências, expressaram suas dificuldades e refletiram sobre como essas reivindicações se conectam à luta por direitos mais amplos. Ao longo das discussões na oficina, foram mencionados diversos desafios enfrentados pela comunidade, como a falta

de acesso à saúde de qualidade, destacando-se a carência de equipes de saúde da família e de um Caps no Sol Nascente, além da necessidade de espaços de lazer para crianças e jovens, como parques infantis e quadras esportivas (observação de campo, 2023b).

Essa colaboração vai além da simples denúncia, construindo alianças duradouras com potencial de provocar mudanças estruturais significativas. Outro momento importante foi a Caravana de Direitos Humanos do Distrito Federal e Entorno, realizada em dezembro de 2023. Organizada pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e outras entidades, essa caravana teve como objetivo discutir o direito à cidade, com foco nas principais dificuldades enfrentadas pela comunidade do Trecho III do Sol Nascente (observação de campo, 2023a). O evento, que aconteceu na Cozinha Popular do MTD no Trecho III, contou com a participação de moradores locais, AJUP/DF, parlamentares, membros da defensoria pública e outros movimentos populares que integram a Rede de Proteção Popular⁹.

A situação de vulnerabilidade no Trecho III do Sol Nascente é agravada pela falta de regularização fundiária e pela ausência de investimentos públicos na região. Susy, militante do MTD, expressou o sofrimento dos moradores: "Estamos vivendo em uma área esquecida, sem saúde, sem lazer, sem emprego, sem educação. Quando chove, as casas são invadidas pela água, e a comunidade sofre com o descaso do poder público" (observação de campo, 2023a).

Cláudia Ferreira de Oliveira, também moradora da comunidade, relatou que um familiar com mobilidade reduzida não conseguiu obter uma cadeira de rodas, além da falta de home care, o que deixou o familiar isolado e sem assistência (observação de campo, 2023a). Essas histórias evidenciam as dificuldades enfrentadas pela comunidade em acessar serviços de saúde e outros direitos básicos.

A moradora do Trecho III, Andrea, ressaltou o impacto das más condições das vias no transporte escolar das crianças, dificultando o acesso à educação (observação de campo, 2023a). A participação das crianças na Caravana trouxe um aspecto sensível e humano à discussão, com elas pedindo paz e melhores condições de lazer e educação,

⁹ A Rede de Proteção Popular é uma articulação composta por movimentos sociais e entidades de direitos humanos que atuam de maneira colaborativa para defender os direitos das populações vulneráveis. Entre os movimentos que integram a rede estão o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Coletivo Aroeira, o Vida e Juventude e o Família Hip Hop. Eles organizam ações conjuntas, como a Caravana de Direitos Humanos, que articula debates e atividades voltadas para temas como direito à cidade, regularização fundiária e políticas públicas em áreas periféricas, como o Sol Nascente.

evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas que ofereçam oportunidades para o futuro da comunidade (observação de campo, 2023a).

Esses eventos, como as oficinas e caravanas, ilustram a capacidade dos moradores em construir formas de resistência diante das adversidades. No entanto, apesar dos esforços comunitários e das alianças criadas, a mobilização enfrenta desafios internos significativos. A organização de protestos e mobilizações encontra dificuldade em engajar amplamente os moradores. Embora existam momentos em que os moradores se unem para pressionar autoridades, a participação nos protestos ainda é pontual e envolve apenas uma parcela da população. Essa transição da mobilização para os protestos revela uma fragmentação interna que pode ser atribuída a diversos fatores, como a vulnerabilidade socioeconômica dos moradores, que muitas vezes precisam priorizar a sobrevivência imediata em detrimento do engajamento político. Além disso, as diferentes realidades vividas dentro da própria comunidade, como os contrastes entre os trechos I, II e III, reforçam as divisões internas, dificultando a construção de uma unidade de ação.

Fatores culturais, como o senso de pertencimento ao território, também podem ser explorados como ferramentas para fortalecer os laços comunitários e engajar um número maior de moradores nas ações coletivas. Kosík (1969) lembra-nos que essas contradições são parte da realidade concreta, e superá-las depende da capacidade de promover uma ação coletiva que envolva diversos setores da comunidade.

Essas ocasiões de participação comunitária demonstram que a ação dos moradores transcende a simples resposta às adversidades imediatas. Ao se envolverem nos debates e negociações sobre seus direitos, os participantes constroem novas formas de organização social, resultando não apenas em mudanças no ambiente físico, mas também no fortalecimento pessoal e comunitário. Cada ato de envolvimento, seja nos protestos ou nas discussões sobre melhorias na infraestrutura, representa uma evolução nas condições de vida e na percepção de direitos. Esse processo de mobilização comunitária destaca a capacidade dos indivíduos de tomar as rédeas de suas realidades e promover transformações coletivas em direção à dignidade e à cidadania plena.

A solidariedade e a resistência no Sol Nascente demonstram que, quando uma comunidade se une para lutar por direitos, essas forças se tornam o alicerce para uma mobilização mais eficaz. A práxis transformadora que surge dessa união é capaz de enfrentar tanto os desafios cotidianos quanto as estruturas de opressão, criando caminhos para a conquista de uma vida mais justa e digna para todos.

1.2.2.2 Fragmentação interna e hierarquias ocultas no Sol Nascente

Embora o Sol Nascente seja marcado por importantes práticas de solidariedade e resistência comunitária, também é possível identificar divisões internas que podem impactar a coesão das ações coletivas. Como em muitas comunidades periféricas, as hierarquias sociais e os preconceitos internos podem ser tão opressivos quanto as exclusões externas. Nilson, militante do MTD, descreve com clareza como essas divisões aparecem nas interações cotidianas entre moradores:

Você vê isso claramente em diálogos, quando você para, toma um refrigerante junto com aquele povo nos barzinhos ali e troca essa ideia. Eles perguntam: 'Tu moras onde aqui? Tu moras lá embaixo, na chácara 84? Deus me livre', como se fosse uma ofensa para eles. (Nilson, 2024)

Esse exemplo de Nilson evidencia como as hierarquias internas, baseadas na localização geográfica, criam barreiras entre os moradores e prejudicam a solidariedade. A segregação, de acordo com onde a pessoa mora no Sol Nascente, reflete as desigualdades espaciais que, embora aparentem ser internas, estão enraizadas nas exclusões externas que afetam a comunidade. Essas divisões reproduzem internamente o que o Estado negligente e as forças econômicas já impõem de fora: a marginalização de grupos vulneráveis, exacerbada pela precariedade habitacional.

Mesmo em uma comunidade que compartilha a experiência da precariedade, surgem preconceitos baseados na localização geográfica ou nas condições habitacionais. Essas fragmentações, como as relatadas por Nilson, são resultado de um processo de exclusão que age tanto externamente quanto internamente, criando divisões dentro da própria comunidade e dificultando a solidariedade necessária para enfrentar o abandono estatal.

No entanto, essa fragmentação interna não acontece por acaso. Ela reflete uma dinâmica mais ampla de exclusão social e precarização, imposta de fora, que pressiona a comunidade e cria tensões internas. "Aqui, a gente briga entre nós, enquanto o governo continua ignorando as nossas necessidades", observa Nilson (Nilson, 2024). Quando os moradores direcionam sua frustração para conflitos internos, acabam perdendo de vista a verdadeira origem de seus problemas: o sistema econômico e político que marginaliza a comunidade como um todo. Tais divisões internas acabam desviando a atenção das causas estruturais mais profundas da marginalização, relacionadas ao sistema econômico e político que oprime a comunidade.

Essas hierarquias e divisões internas revelam uma aparência superficial que esconde problemas mais profundos. As melhorias visíveis, como ruas asfaltadas e soluções temporárias para infraestrutura, funcionam como "remendos" que mascaram a exclusão contínua enfrentada pelos moradores. No caso do Sol Nascente, essas divisões internas e hierarquias camuflam as verdadeiras injustiças que precisam ser enfrentadas para uma transformação real. Susy também reflete sobre como essas divisões internas afetam diretamente a mobilização comunitária:

Aqui, às vezes, a gente não sabe contra quem lutar. Parece que é todo mundo contra todo mundo, e enquanto isso, nada muda de verdade. A gente briga entre a gente mesmo, briga vizinho com vizinho, todo mundo se culpando e, no fim, o que a gente devia lutar junto, a gente não luta. E as coisas continuam assim, paradas. (Susy, 2024)

Essa fala de Susy demonstra como as divisões internas, agravadas pelo abandono do Estado, fragmentam a comunidade e dificultam a mobilização coletiva. O individualismo e a competição, características atribuídas às políticas neoliberais por Dardot e Laval (2016), parecem penetrar nas relações internas da comunidade, potencialmente enfraquecendo a capacidade coletiva de lutar por mudanças. As pessoas passam a se culpar mutuamente, e a luta por direitos se esvazia, perpetuando o controle social e a desigualdade.

Para transformar essa realidade, a comunidade precisa reconhecer essas divisões internas como um reflexo das forças externas que continuam a marginalizar o território e, com isso, unir suas forças em torno de um objetivo comum. A superação dessas barreiras pode ser facilitada pela criação de espaços de diálogo e por práticas que incentivem a cooperação, permitindo, assim, que os moradores reconheçam a conexão entre suas lutas individuais.

Práticas inclusivas, como reuniões em que todos possam participar igualmente das decisões, projetos comunitários e o fortalecimento de redes de solidariedade, podem ser caminhos para fortalecer a união e a cooperação entre os moradores. Essas iniciativas podem reduzir o isolamento, permitindo que a comunidade veja que as divisões internas são o reflexo de problemas estruturais externos. Além disso, ao reforçar os laços de cooperação, a comunidade pode se organizar para lutar de forma mais eficaz por seus direitos e reivindicações.

Essa questão da organização coletiva também dialoga diretamente com o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), que será explorado

no capítulo seguinte. As divisões internas não apenas enfraquecem a coesão social, mas também a capacidade de resistir e se organizar coletivamente. A superação dessas tensões internas é fundamental para que a comunidade consiga se mobilizar de forma mais unida e eficaz em prol de seus direitos.

Assim, conectar a luta contra as divisões internas com o fortalecimento de uma resistência coletiva permitirá que os moradores do Sol Nascente se organizem melhor contra a marginalização e os desafios socioeconômicos que enfrentam.

Entender os desafios que estão escondidas sob as aparências superficiais é essencial para promover uma transformação social verdadeira. No Sol Nascente, essa mudança começa quando os moradores percebem que seus desafios diários não são problemas isolados, mas parte de uma opressão sistêmica que atinge a todos. As divisões sociais e geográficas que fragmentam a comunidade não surgem do nada; elas são parte de um sistema maior que reforça a desigualdade e a exclusão.

Essas divisões sociais e geográficas, tão presentes no Sol Nascente, não surgem isoladamente. Elas são resultado de um contexto maior de exclusão e de um sistema que perpetua desigualdades e enfraquece os laços de solidariedade entre os moradores. O individualismo e a competição, que marcam as relações econômicas e sociais em um contexto mais amplo, também se manifestam dentro da comunidade, tornando mais difícil a organização coletiva. As divisões internas, muitas vezes vistas como desorganização, acabam sendo uma forma de controle que enfraquece a comunidade e a impede de reagir de maneira mais efetiva às condições de exclusão. Somente quando essas divisões são vistas como parte de um problema maior, a comunidade pode se organizar de maneira mais eficaz e unida para enfrentar os desafios estruturais.

Esse entendimento permite que a comunidade se fortaleça para enfrentar os desafios estruturais que mantêm a marginalização. Ao se organizarem em torno de objetivos comuns, os moradores não apenas respondem às dificuldades imediatas, mas também passam a desafiar diretamente as estruturas responsáveis pela sua exclusão.

1.3 Sol Nascente: Contradições e potenciais de transformação social

Ao longo deste capítulo, percorremos a história do Sol Nascente, explorando as dinâmicas que moldaram essa comunidade e os desafios enfrentados cotidianamente por seus moradores. Da ausência de políticas públicas adequadas às primeiras manifestações de organização comunitária, o processo de construção social deste território reflete, em

grande medida, a luta pela sobrevivência diante de condições adversas. Porém, além dessas dificuldades, o Sol Nascente se mostra como um espaço fértil de resistência e potencial transformação.

Conforme observado, as carências estruturais – como saneamento básico, fornecimento de eletricidade regular e transporte público – revelam falhas persistentes tanto na ação estatal quanto nas políticas neoliberais que relegam comunidades periféricas a uma posição de exclusão. Contudo, é justamente nessas lacunas que a resistência emerge. A comunidade do Sol Nascente, em vez de se posicionar apenas como vítima das circunstâncias, demonstra, por meio de suas vivências cotidianas, um potencial significativo de transformação.

Susy reflete: "A gente tem que se organizar para sobreviver, porque, se depender do governo, a gente não sai do lugar" (Susy, 2024). Sua fala evidencia não apenas a falta de apoio institucional, mas também a importância da organização comunitária, que, apesar dos desafios, surge da necessidade de sobrevivência. Com a presença de movimentos sociais como o MTD, essa organização pode ganhar maior estrutura e alcance, ampliando suas possibilidades de transformação.

A análise aqui desenvolvida sugere que o Sol Nascente não pode ser compreendido unicamente como um território de exclusão e marginalização. Inspirando-se na discussão sobre a realidade concreta proposta por Kosík (1969), é possível identificar contradições estruturais que, ao mesmo tempo em que reproduzem opressão, também abrem espaço para novas formas de organização social. Nas lutas diárias por infraestrutura e por direitos fundamentais, surgem brechas para a construção de algo maior. É nessa dialética entre o visível e o estrutural que se encontra o potencial transformador da comunidade.

Ainda que a organização comunitária esteja em um processo contínuo de consolidação, a presença do MTD pode contribuir significativamente para fortalecer essa luta. No Sol Nascente, a resistência que já existia é potencializada por práticas coletivas que começam a articular demandas por justiça e igualdade de maneira mais estruturada. Essa conexão entre o cotidiano da luta por moradia e infraestrutura, e o papel dos movimentos sociais, revela que as adversidades não paralisam a comunidade; pelo contrário, impulsionam novas formas criativas de resistência.

Conforme refletido por Escrivão Filho e Sousa Junior (2016), a luta por direitos humanos carrega o mesmo espírito de liberdade tão poeticamente capturado por Cecília Meireles: "Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém

que explique, e ninguém que não entenda”¹⁰. Essa ideia de liberdade se manifesta nas ações dos moradores do Sol Nascente, que, diante das adversidades, encontram na luta por direitos uma forma concreta de buscar dignidade e justiça.

Portanto, o Sol Nascente, apesar de suas muitas contradições, desponta como um espaço de potencial transformação. A luta por dignidade e justiça, expressa tanto nas ações espontâneas da comunidade quanto na articulação com movimentos sociais como o MTD, evidencia que esse território não pode ser reduzido à imagem de uma periferia marginalizada. Aqui, onde as desigualdades são mais visíveis, também surgem as sementes de uma transformação concreta e possível.

Kosík (1969) demonstra que, ao desvendar as contradições que estruturam a realidade, abre-se o caminho para algo novo. No caso do Sol Nascente, essas contradições revelam a capacidade da comunidade de reconstruir seu próprio conceito de cidadania a partir das lutas cotidianas por direitos. A realidade concreta, longe de ser apenas um cenário de exclusão, torna-se um espaço onde as desigualdades podem ser enfrentadas e superadas por meio da mobilização coletiva. A compreensão dessas contradições permite não apenas reconhecer os desafios, mas também vislumbrar as possibilidades de transformação social, que se forjam não apenas no discurso, mas nas práticas cotidianas de resistência. Assim, ao expor suas contradições estruturais, o Sol Nascente revela-se um espaço potencialmente capaz de gerar transformações concretas, nas quais os moradores exercem ativamente seu protagonismo na luta por dignidade e justiça.

¹⁰ A citação de Cecília Meireles – “Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique, e ninguém que não entenda” – foi utilizada como epígrafe no capítulo 1 de Escrivão Filho, A. e Sousa Junior, J. G. (2016). Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos. Belo Horizonte: D’Plácido Editora, p. 13. A frase pertence ao “Romanceiro da Inconfidência”, publicado em 1953.

2 MOVIMENTO POPULAR DAS TRABALHADORAS E DOS TRABALHADORES POR DIREITOS (MTD) NO BRASIL

Meu Direito

Tenho fome de direito a terra
 Tenho sede de direito a água
 Tenho ânsia por igualdade
 Vontade de universidade, moradia, cidade
 Desejo cultura, educação e verdade
 Mas a tudo me negam propriedade!
 Não sei se tenho tantos direitos
 Ou se o tal "Direito" não tá certo...
 Sei é que não acho casa para morar,
 Escola boa pros meus menino estudar,
 Casa decente pra morar, trabalho pro bem viver,
 Espaços para opinar, poder realmente dizer!
 Mas não tenho medo não. Garanto que sou feliz!
 Só assim descobri que o que preciso mesmo é criar:
 A gente não pode esperar o que do céu não vai cair!
 Por isso eu grito, canto, combato, negócio,
 Me junto com outras, movimento, reviro, mereço,
 Conquisto: sei que o povo tudo conquistará!
 Luto pelo dia que teremos muito mais
 Do que esses direitos tão formais.
 Esse é o meu direito de mudar,
 Que nenhum código vai me tirar:
 Direito de criar mundo novo
 Pra que toda gente possa amar!
 — Guebo¹¹

Segundo a Cartilha Nacional de Apresentação do MTD, o movimento tem como objetivo maior construir e colocar em prática o Projeto Popular para o Brasil, uma proposta que visa reunir organizações e movimentos sociais na mobilização popular para a construção de alternativas políticas alinhadas às demandas das classes populares (MTD, [s.d], p. 8-9). Esse projeto, porém, não é homogêneo, sendo moldado pelas condições locais e pela dinâmica dos territórios, com o movimento se adaptando às necessidades e desafios específicos de cada comunidade. Esse projeto se insere na tradição das lutas populares brasileiras, que historicamente buscaram enfrentar desigualdades estruturais por meio da organização coletiva. No entanto, a trajetória do MTD não se dá sem desafios.

¹¹ O poema "Meu Direito", de autoria de Guebo, integra a seção de poesias da cartilha de apresentação do Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD). Embora não haja informações adicionais sobre a trajetória de Guebo, sabe-se que ele foi militante do movimento em Minas Gerais. A cartilha, publicada como ferramenta pedagógica e de formação, reflete os valores e as aspirações do MTD, alinhados à luta por direitos, igualdade e transformação social. O poema encontra-se na página 58 da cartilha (Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, s/d).

A partir dos anos 1990, a implementação de reformas neoliberais transformou profundamente o cenário político e econômico, impondo novos obstáculos à mobilização popular. Como apontam Dardot e Laval (2016), a retração do Estado e a fragmentação dos laços sociais dificultam a construção de espaços organizativos duradouros.

Em territórios marcados pela precarização urbana, como os que o MTD busca alcançar, fatores como a informalidade no trabalho, a sobrecarga da jornada, a insegurança habitacional e a insegurança alimentar frequentemente impõem limites à participação ativa da comunidade. Essas condições não apenas dificultam o envolvimento popular no movimento, mas também impactam a própria capacidade do MTD de manter a mobilização a longo prazo. Quando a sobrevivência cotidiana se torna a prioridade, as demandas organizativas podem parecer secundárias, criando uma tensão constante entre a urgência das necessidades diárias e as estratégias de mobilização coletiva. Isso evidencia que a questão não é apenas de percepção, mas um reflexo estrutural da precarização.

O poema "Meu Direito", presente na cartilha de apresentação do MTD, sintetiza simbolicamente essa perspectiva ao afirmar que "A gente não pode esperar o que do céu não vai cair!" (MTD, [s.d], p. 58). Esse trecho, que expressa a urgência da ação popular, ilustra a concepção do movimento sobre a necessidade de mobilização ativa, mas também reflete as contradições estruturais que limitam essa mobilização, especialmente em territórios marginalizados. Embora o poema expresse a concepção do MTD sobre a necessidade de mobilização ativa, essa resistência não ocorre sem contradições. Na prática, os desafios estruturais impõem limites concretos à organização popular, o que levanta a questão: até que ponto as ações do movimento conseguem efetivamente enfrentar as estruturas neoliberais?

A participação popular não ocorre de maneira homogênea e depende de fatores como o contexto socioeconômico, o grau de enraizamento comunitário e a presença de militantes capazes de dinamizar as ações do movimento. Como Touraine (2006) destaca, essa mobilização coletiva também é influenciada pelas identidades coletivas que os movimentos sociais constroem, o que é essencial para entender o engajamento das comunidades com o MTD. Em comunidades onde as redes de apoio são mais frágeis e as dificuldades materiais mais severas, como a insegurança alimentar e a sobrecarga de trabalho, o engajamento tende a ser mais desafiador. Diante disso, até que ponto os limites institucionais e políticos dificultam essa resistência? A construção de um senso de comunidade e pertencimento torna-se essencial para consolidar a luta coletiva e ampliar

a base militante, garantindo que as estratégias do MTD alcancem efetivamente aqueles que mais necessitam.

De acordo com a cartilha, "nosso movimento busca construir uma sociedade diferente, na qual os valores da solidariedade, respeito, alegria e justiça se tornem uma realidade" (MTD, [s.d], p. 19). O poema e a própria narrativa do movimento enfatizam a luta coletiva e a solidariedade como princípios fundamentais para a transformação social. No entanto, essa transformação não se dá apenas pela reafirmação discursiva da necessidade de mobilização, mas pela capacidade do movimento de articular estratégias que superem os desafios estruturais que limitam o engajamento popular. A precarização do trabalho e a informalidade, por exemplo, frequentemente colocam os trabalhadores em jornadas exaustivas, restringindo sua disponibilidade para a participação ativa em reuniões e ações coletivas. Assim, a mobilização popular no MTD não pode ser compreendida de forma linear, mas como um processo em constante disputa e adaptação às condições concretas dos territórios onde atua.

Essa concepção de mobilização dialoga com a teoria de Alain Touraine (2006), para quem os movimentos sociais não são apenas respostas a crises imediatas, mas processos que constroem identidades coletivas e desafiam as formas amplas de dominação. Como enfatiza o autor, "o essencial, aqui, é reservar a ideia de movimento social a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada" (p. 18). No caso do MTD, a narrativa do poema não apenas denuncia desigualdades estruturais, mas também fortalece o pertencimento coletivo e a resistência, conectando experiências individuais a uma luta mais ampla.

A consolidação desse processo, contudo, não ocorre sem desafios. A luta por direitos no campo popular exige do movimento a adaptação contínua de suas estratégias diante dos obstáculos políticos e materiais. Assim, embora o MTD se identifique como agente de transformação social, sua atuação é constantemente tensionada por limitações externas e pela necessidade de adequação às condições concretas. O poema, nesse sentido, não apenas comunica um ideal, mas também expressa um compromisso coletivo, reafirmando o papel da mobilização e da solidariedade na sustentação de sua atuação.

Dessa forma, ainda que o MTD reforce a importância da luta coletiva, sua capacidade de articulação está em permanente negociação com os desafios estruturais que enfrenta. A mobilização, portanto, não pode ser compreendida como um processo homogêneo ou linear, mas como uma construção contínua que precisa lidar com a precarização e a desmobilização popular.

A compreensão do MTD como agente de transformação social se intensifica quando analisada à luz das reformas neoliberais implementadas no Brasil nas décadas de 1990 e 2000. Tais mudanças reconfiguraram o espaço político e social ao promoverem a redução do papel do Estado, privatizações e cortes em programas sociais. Para Luiz Carlos Bresser-Pereira (1996, p. 269-275), tais reformas faziam parte de um projeto de modernização do Estado, impulsionado pela crise fiscal e pela busca por maior eficiência administrativa. No entanto, ao transferirem responsabilidades públicas para o setor privado, essas mudanças acabaram por restringir o alcance das políticas sociais e aprofundar desigualdades estruturais.

Como consequência, a classe trabalhadora passou a enfrentar um cenário de precarização crescente. A expansão da informalidade e da flexibilização das relações laborais não apenas enfraqueceu garantias sociais, mas também redefiniu os desafios enfrentados pelos trabalhadores na luta por melhores condições de vida. Essa realidade coloca novos obstáculos ao MTD, que busca resistir a essa precarização e reintegrar valores como solidariedade e justiça social em meio a esse processo de transformação. Esse fenômeno não se limita ao Brasil, mas faz parte de uma transformação mais ampla na organização do capitalismo contemporâneo.

Pierre Dardot e Christian Laval (2016) argumentam que o neoliberalismo não se restringe a um conjunto de políticas econômicas, mas opera como uma racionalidade política global, reorganizando as relações sociais a partir da lógica da concorrência e da mercadorização da vida (p. 14-17). A precarização do trabalho analisada por Antunes pode ser compreendida dentro dessa dinâmica, na qual os trabalhadores são incentivados a internalizar a lógica do mercado e assumir individualmente os riscos de sua sobrevivência. Essa racionalidade neoliberal impacta não apenas políticas estatais, mas também a maneira como os sujeitos percebem a si mesmos e se organizam, enfraquecendo os laços coletivos e deslocando para os indivíduos a responsabilidade pelo bem-estar social.

Diante desse cenário, O MTD se apresenta como uma força de resistência que busca resgatar os laços comunitários e coletivos, mobilizando trabalhadores e trabalhadoras para reivindicar direitos historicamente conquistados pelas lutas sociais e garantidos pelo Estado, como moradia, saúde, educação e infraestrutura. No entanto, a capacidade de efetivar essas reivindicações se esbarra nas dificuldades estruturais, como a precarização das condições de trabalho e a falta de apoio institucional, que limitam a articulação de soluções efetivas. Esse paradoxo entre o discurso de resistência e as

limitações práticas é uma característica do movimento. Segundo a Cartilha Nacional de Apresentação do MTD, o movimento nasce em resposta à desigualdade social e à retirada de direitos promovida pelas políticas neoliberais, defendendo a necessidade de um "Projeto Popular para o Brasil" que promova justiça social e ampliação de direitos (MTD, [s.d.], p. 6, 9). Ao atuar na organização popular e na luta por serviços básicos, o MTD se contrapõe à racionalidade neoliberal descrita por Laval e Dardot, que naturaliza a concorrência e mina a solidariedade como princípio social. Enquanto a lógica neoliberal tende a fragmentar os sujeitos e transformar direitos em mercadorias acessíveis apenas a quem pode pagar, o MTD reafirma a necessidade de um modelo de sociedade baseado na cooperação e na justiça social. Dessa forma, suas ações não apenas questionam a precarização e a flexibilização das relações de trabalho, mas também desafiam a concepção de mundo imposta pelo neoliberalismo, ao apostar na construção de redes de solidariedade e na mobilização coletiva como instrumentos de transformação social.

A relevância nacional do MTD é refletida em sua organização, que estrutura suas ações em práticas solidárias e na mobilização comunitária. Segundo Tobias Pereira, um dos coordenadores do movimento no Distrito Federal, o objetivo central da organização é "construir um projeto popular para o país, onde o povo caiba", enfatizando que as demandas devem partir das comunidades e refletir a realidade concreta de cada território (Tobias, 2024). Essa formulação integra o discurso interno do movimento, que se apresenta como um agente de transformação social e mobilização coletiva. Além da luta pelo direito à cidade, o MTD pauta questões como moradia, educação, cultura, alimentação, igualdade racial e os direitos das mulheres. Essas pautas são trabalhadas por meio de iniciativas como cozinhas populares e a formação de agentes locais, que, segundo o movimento, fortalecem a organização e consolidam um projeto coletivo. No entanto, como será analisado ao longo deste capítulo, a efetivação dessas propostas enfrenta desafios práticos impostos pelo contexto de vulnerabilidade e pelas limitações estruturais que condicionam sua atuação.

Essa abordagem evidencia, na análise deste trabalho, como o movimento busca demonstrar seu compromisso com a justiça social, enraizado na realidade das periferias. No entanto, a construção de soluções concretas não é isenta de obstáculos. A fala de Tobias, "quando você constrói soluções concretas, cria confiança, e a partir de resultados concretos, consegue avançar na mobilização" (Tobias, 2024). quando você constrói soluções concretas, cria confiança, e a partir de resultados concretos, consegue avançar na mobilização", reflete uma estratégia discursiva que, embora poderosa, esbarra nas

limitações materiais e institucionais que dificultam sua concretização em larga escala. A análise das práticas do MTD revela que a mobilização é uma construção constante, repleta de desafios que exigem adaptações e negociações.

O MTD estrutura-se a partir dos Grupos de Base, que desempenham um papel central na mobilização e no fortalecimento da luta coletiva. De acordo com a Cartilha Nacional de Apresentação do MTD, esses grupos são "um espaço de confiança, onde todos devem e podem participar. É o espaço de formação, acolhida, pertencimento, divisão de tarefas e de convivência solidária (sociabilidade)" (MTD, [s.d], p. 25). A cartilha enfatiza que a atuação do movimento está profundamente enraizada nos territórios, fortalecendo laços comunitários e ampliando a capacidade de mobilização popular. Para tanto, o documento do MTD propõe que os militantes devem "identificar os problemas do território onde vivem e propor formas coletivas de resolver os problemas identificados" (MTD, [s.d], p. 20).

Entretanto, a efetivação desse modelo organizativo não ocorre automaticamente. Conforme indicam as observações em campo, a mobilização enfrenta desafios concretos, especialmente em territórios marcados por desigualdades estruturais e descrença na organização coletiva. Em algumas comunidades, a exaustão gerada por longas jornadas de trabalho e pela insegurança material limita o engajamento ativo dos moradores. Além disso, experiências passadas de mobilização frustrada podem gerar desconfiança em relação à eficácia das ações coletivas. Dessa forma, o fortalecimento dos Grupos de Base não depende apenas da proposta organizativa do MTD, mas também da capacidade do movimento de adaptar suas estratégias às realidades concretas dos territórios onde atua. Como observam Tilly (2008) e Tarrow (2009 [1998]), os movimentos sociais precisam constantemente negociar suas estratégias diante das condições estruturais e das possibilidades de mobilização, ajustando seus repertórios de ação para responder às dinâmicas políticas e econômicas que moldam o contexto local.

Dessa forma, o MTD busca não apenas mapear e responder aos problemas dos territórios onde atua, mas também fortalecer a capacidade de organização local, criando laços de pertencimento e resistência que consolidam a luta coletiva. A Cartilha Nacional de Apresentação do MTD indica que a atuação territorial do movimento visa "aumentar nossa capacidade de diálogo, apoio e mobilização territorial - envolver muita gente" (MTD, [s.d], p. 25). Esse enunciado sugere um processo de fortalecimento da participação popular baseado na adesão espontânea dos moradores às atividades do movimento. No entanto, as dinâmicas observadas em campo apontam que essa mobilização enfrenta

desafios concretos, especialmente diante do cotidiano exaustivo da classe trabalhadora. Muitas vezes, os moradores retornam de deslocamentos longos e jornadas intensas sem disposição para participar ativamente de reuniões e encontros. Esse contexto exige dos militantes estratégias constantes de aproximação, escuta ativa e identificação de lideranças locais que possam atuar na dinamização das atividades organizativas do movimento.

Esse esforço contínuo de engajamento se reflete na própria estrutura do MTD, que reconhece a importância dos chamados "grupos de estrelinhas", nos quais militantes mais engajados assumem o papel de mobilizadores dentro dos territórios. Segundo a cartilha, esses grupos são responsáveis por organizar atividades e incentivar a participação de outros moradores, ampliando a base da luta popular (MTD, [s.d], p. 25). Entretanto, a formação dessas lideranças não ocorre de maneira automática. Como indicam as análises apresentadas no Capítulo 1 sobre o contexto do Sol Nascente, bem como as observações realizadas em campo, o envolvimento comunitário é atravessado por fatores como descrença política, desgaste com promessas não cumpridas e dificuldades concretas do dia a dia, que reduzem a disponibilidade dos moradores para integrarem-se a iniciativas coletivas.

A necessidade de engajamento contínuo e a superação de desafios não são exclusivas do MTD, mas representam um aspecto estrutural dos movimentos sociais. Como destaca Maria da Glória Gohn (1997), os movimentos sociais desempenham um papel central na transformação das relações sociais, emergindo como "fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais" (p. 227). Segundo a autora, essas mobilizações não apenas articulam demandas coletivas, mas também se transformam em resposta às mudanças estruturais e conjunturais da sociedade, funcionando como indicadores de processos de mudança social (p. 228-229). Além disso, Gohn (1997) aponta que os movimentos sociais constituem espaços para a construção de identidades e promoção de transformações culturais e políticas (p. 243). A institucionalização de determinados movimentos, longe de representar o fim das lutas sociais, configura-se, segundo a autora, como uma etapa dentro de um ciclo contínuo de reivindicação e adaptação às novas realidades (p. 326-327). Essa dinâmica demonstra que a atuação dos movimentos sociais se reconfigura continuamente, ajustando-se a novas demandas e desafios.

A teoria das oportunidades políticas, conforme proposta por Charles Tilly (2008), oferece uma chave analítica essencial para entender como os movimentos sociais identificam e respondem às oportunidades de reivindicação, baseando-se em uma análise

das condições políticas e sociais que podem tanto facilitar quanto dificultar a mobilização popular. De acordo com Tilly (2008), as estruturas de oportunidades políticas são compostas por fatores cruciais como mudanças na abertura do regime, a coesão da elite nacional, a estabilidade dos alinhamentos políticos, a disponibilidade de aliados e a repressão ou facilitação do regime quanto às formas de reivindicação possíveis (p. 12).

Nesse contexto, os repertórios de ação coletiva são construções históricas que refletem as interações entre os movimentos sociais, seus opositores e o Estado. Esses repertórios consistem em um conjunto de práticas, moldadas ao longo do tempo, que são utilizadas para expressar reivindicações, desafiar autoridades e mobilizar apoio. Vale destacar que esses repertórios não são estáticos; ao contrário, eles se adaptam conforme as condições do contexto político e as oportunidades identificadas pelos movimentos (Tilly, 2008, p. 8-11).

No entanto, no caso do MTD, a dinâmica de suas ações está longe de ser determinada unicamente por uma análise das oportunidades externas. As dificuldades estruturais e a precarização das condições de vida das comunidades, aliadas à adaptação das táticas do movimento, revelam que as estratégias do MTD são mais complexas do que a simples identificação de oportunidades. O movimento lida com contradições internas e externas, o que exige ajustes contínuos, como a reorganização de suas práticas diante dos desafios impostos pelas condições de precarização e desmobilização social.

Na obra *Para Mapear o Confronto Político*, Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly (2009) reforçam que os repertórios de protesto não são estáticos, mas sim continuamente adaptados às conjunturas políticas e sociais (p. 17-22). O próprio Tilly (2008) ilustra essa evolução ao comparar as práticas do século XVIII, como a queima de figuras e invasões de campos, com as do século XIX, caracterizadas pelo surgimento de greves, manifestações organizadas e campanhas políticas. Essas mudanças demonstram como os movimentos sociais ajustam suas estratégias em resposta às dinâmicas estruturais e conjunturais de seu tempo, adequando-se tanto às condições de disputa política quanto às formas de repressão estatal (2008, p. 9-11).

O caso do MTD insere-se nesse processo de transformação e ressignificação dos repertórios de ação coletiva. O movimento não apenas resgata práticas históricas, mas também as reformula para enfrentar desigualdades sociais e políticas contemporâneas. Como enfatiza a cartilha do MTD, sua atuação busca construir alternativas enraizadas na solidariedade e na organização popular. No entanto, essa reformulação não ocorre de maneira linear, pois as práticas históricas devem ser constantemente adaptadas às novas

realidades sociais e econômicas, o que exige uma revisão contínua dos repertórios de ação. Essa adaptação é um desafio central no processo de mobilização popular, que precisa lidar com a instabilidade do contexto atual. No entanto, ao longo deste estudo, será analisado em que medida essa formulação discursiva se concretiza na prática e quais os desafios estruturais que influenciam sua efetivação. O conceito de *frame alignment*, descrito por David Snow e Robert Benford (1988), ajuda a compreender como o MTD alinha suas narrativas às experiências dos territórios, conectando suas reivindicações locais a um horizonte político mais amplo. Além disso, as noções de "táticas" e "estratégias", propostas por James Jasper (1997) e Federico Rossi (2017), fornecem ferramentas analíticas para examinar como o movimento organiza suas ações diante das oportunidades e desafios impostos pelo contexto socioeconômico.

Diante desse quadro, torna-se essencial considerar como as condições políticas e econômicas moldam a mobilização do MTD e influenciam suas práticas organizativas. Sidney Tarrow (1998), ao desenvolver a teoria das oportunidades políticas, argumenta que os movimentos sociais identificam e respondem a brechas no sistema político, transformando conjunturas favoráveis em estratégias de ação coletiva. No caso do MTD, observa-se uma atuação que combina presença territorial com articulação nacional, refletindo sua capacidade de adaptação estratégica diante dos contextos históricos e institucionais.

Segundo o próprio movimento, o MTD se define como uma organização popular e nacional, com atuação articulada em diversos territórios (MTD, [s.d.], p. 7). Essa autodefinição sugere um projeto político de longo prazo, distinto de mobilizações mais pontuais, como os protestos que marcaram a resistência à Reforma da Previdência, instituída pela Emenda Constitucional nº 103/2019. Embora tais manifestações tenham revelado importantes expressões de descontentamento social, tratava-se de ações reativas a uma agenda específica. Já o MTD se estrutura como um movimento permanente, com o objetivo declarado de consolidar processos de transformação social duradouros.

Para aprofundar essa análise, o capítulo será dividido em dois eixos principais. O primeiro aborda sua trajetória histórica, explorando a origem do movimento e as transformações que enfrentou no Brasil, especialmente em resposta às mudanças estruturais e conjunturais. O segundo examina sua organização interna e seus repertórios de ação coletiva, destacando as formas de luta, estratégias e táticas que sustentam sua mobilização em escala nacional. Nesse processo, a organicidade do movimento se revela como um elemento essencial, articulando participação comunitária e diretrizes políticas.

Ao investigar como o MTD estrutura sua atuação e adapta suas práticas diante dos desafios e oportunidades políticas, busca-se compreender as dinâmicas que contribuem para sua consolidação como um movimento social popular de alcance nacional.

2.1 Origem, trajetória e identidade política do MTD

A origem do MTD está diretamente vinculada ao contexto de precarização social e desigualdade exacerbada nas décadas de 1990 e 2000, impulsionada pelas reformas neoliberais no Brasil. O movimento surge como uma resposta à crise do trabalho formal, ao desemprego estrutural e à informalidade crescente, que caracterizam a classe trabalhadora popular em áreas urbanas marginalizadas como o Sol Nascente. Essas condições de vida, em grande parte, moldam a prática do movimento, que se adapta constantemente às especificidades de cada território. Essa flexibilidade é central na teoria dos movimentos sociais, particularmente na noção de repertórios de ação coletiva (Tilly, 2008), onde as estratégias de mobilização são constantemente ajustadas às realidades locais. No caso do MTD, os Grupos de Base desempenham um papel essencial na articulação da resistência local, refletindo a dinâmica de adaptação dos repertórios às condições materiais de cada comunidade.

Bresser-Pereira (1996) distingue duas abordagens reformistas no período: de um lado, as reformas neoliberais, que propunham a redução do papel do Estado na economia e nos serviços públicos, por meio de privatizações e da desregulamentação do mercado; de outro, um modelo de inspiração social-democrata, que buscava preservar os direitos sociais, mas redefinindo o papel estatal. Nesse segundo modelo, a execução de serviços públicos passou a ser, em alguns casos, transferida para organizações privadas ou entidades não estatais, sob novas formas de governança e coordenação estatal (p. 273-275).

Embora tenha buscado maior eficiência e menor burocracia, a adoção de mecanismos inspirados na gestão privada criou desafios para políticas sociais dependentes da intervenção estatal (Bresser-Pereira, 1996, p. 285-287). O autor alerta que essa transição, ao tornar o setor público mais suscetível às dinâmicas de mercado, pode comprometer a universalização de serviços essenciais e aprofundar desigualdades estruturais.

Se Bresser-Pereira (1996) analisa os impactos das reformas sob uma perspectiva institucional, Dardot e Laval (2016) ampliam essa compreensão, demonstrando como o

neoliberalismo transcende o campo econômico e se impõe como uma lógica de organização social, que estrutura as relações em torno da concorrência e da lógica empresarial, promovendo a internalização dessas normas no comportamento dos indivíduos (p. 52-54). A partir dessa lógica, a desigualdade social se intensifica, impactando diretamente comunidades vulneráveis e criando cenários que favorecem o surgimento de resistências coletivas.

A precarização do trabalho resultante desse modelo teve impactos diretos sobre a classe trabalhadora. Como observa Ricardo Antunes (2009), esse processo não apenas ampliou o desemprego estrutural, mas também desarticulou formas tradicionais de proteção coletiva, forçando os trabalhadores a internalizarem a lógica do mercado e a assumirem individualmente os riscos de sua sobrevivência (p. 247-251). No Brasil, esse cenário deslocou milhões de pessoas para a informalidade, tornando o trabalho precário a principal realidade dos setores populares.

Diante desse cenário de desestruturação do mercado de trabalho e enfraquecimento das formas tradicionais de organização sindical, diferentes setores populares buscaram novas estratégias de resistência coletiva. Como apontam Moneta (2012) e Goulart (2003), movimentos sociais urbanos se reorganizaram por meio da articulação entre sindicatos, pastorais sociais e organizações comunitárias, estruturando novas práticas de luta em resposta à precarização do trabalho e ao crescimento do desemprego estrutural (Moneta, 2012, p. 18-27; Goulart, 2003, p. 141).

Nesse contexto, emergiu o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), unificando iniciativas dispersas em torno do desemprego estrutural e da informalidade urbana. A fundação formal do movimento ocorreu simbolicamente com a ocupação de um terreno público de 21 hectares em Gravataí (RS), em 22 de maio de 2000, envolvendo cerca de 200 famílias de trabalhadores desempregados oriundos de cidades como Canoas, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Alvorada, Viamão e Estância Velha. Durante essa ocupação, os participantes inscreveram as iniciais "MTD" em uma lona preta, marcando a formalização da identidade coletiva do movimento (MTD, [s.d.], p. 11; Zerbielli, 2005, p. 27-28; Camp, 2007 apud Moneta, 2010, p. 18).

Essa ocupação não foi um evento isolado, mas resultado de processos anteriores de mobilização iniciados ainda nos anos 1990, envolvendo pastorais sociais da Igreja Católica, setores da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e movimentos de luta por moradia, que já realizavam ações descentralizadas de apoio a trabalhadores desempregados (Moneta, 2010, p. 18; Goulart, 2003).

Após esse marco inicial, o MTD passou a se definir não apenas pela resistência, mas pela construção do "Projeto Popular para o Brasil", uma proposta política ampla que busca unir diferentes movimentos sociais e organizações em torno de alternativas políticas alinhadas às demandas das classes populares (MTD, [s.d.], p. 29; Moneta, 2012; Goulart, 2003).

A partir dessa ocupação, de acordo com a cartilha do MTD, o movimento passou a expandir sua atuação para outras regiões do Rio Grande do Sul e posteriormente para estados como Bahia, São Paulo, Minas Gerais e o Distrito Federal. No entanto, como demonstram Moneta (2012) e Goulart (2003), essa expansão ocorreu dentro de um cenário mais amplo de reorganização dos movimentos sociais urbanos, que já articulavam redes de mobilização coletiva para enfrentar os impactos da crise do trabalho formal.

Moneta (2012) reforça que a ocupação de Gravataí foi resultado de um processo contínuo de organização de trabalhadores desempregados, estruturando redes de mobilização coletiva que vinham se intensificando desde os anos 1990 (p. 18). Esse marco consolidou o MTD como uma organização estruturada, tornando-se um sujeito político ativo. Goulart (2003) enfatiza que a ocupação de Gravataí não foi apenas um ato isolado de resistência, mas o ápice de um processo organizativo mais amplo. (Goulart, 2003, p. 141).

É nesse contexto que ganham forma as experiências que precederam a formalização do MTD, cuja gênese está profundamente marcada pelas práticas de resistência urbana e pela articulação de diferentes redes populares.

Neste tópico, propõe-se uma análise do processo de reestruturação do MTD a partir de três momentos centrais: a constituição de sua identidade coletiva inicial, a reorganização nos anos 2000 e as transformações posteriores a 2015, que culminaram na ampliação das pautas e na reformulação de sua identidade. A análise parte da fase fundacional do movimento, com ênfase nos elementos que estruturaram sua organização e formas de atuação; segue com a investigação das dinâmicas de reorganização ocorridas na década de 2000; e conclui com o exame das mudanças mais recentes, marcadas pela revisão estratégica e pela expansão das frentes de luta.

2.1.1. Gênese e consolidação inicial do MTD

A trajetória do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) não começa na ocupação de 2000, mas se construiu gradualmente ao longo da década de 1990,

por meio da mobilização de trabalhadores desempregados no Rio Grande do Sul. Moneta (2012) destaca que pastorais sociais ligadas à Igreja Católica, setores sindicais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e movimentos de luta por moradia já realizavam ações voltadas a essa base social desde meados da década de 1990. No entanto, essas iniciativas ocorriam de forma descentralizada, sem uma articulação unificada (p. 18). O MTD, portanto, não surgiu como um evento isolado, mas como fruto de um longo processo de organização coletiva que se consolidou na ocupação de 2000.

Entre 1994 e 1997, surgiram núcleos urbanos nas periferias do Rio Grande do Sul, especialmente em Porto Alegre e nas regiões metropolitanas, que mobilizavam trabalhadores desempregados em torno de demandas locais. Segundo Leal (2011), esses espaços permitiram que o desemprego fosse percebido como uma questão política, criando uma base de resistência organizada (p. 651). A crise do trabalho formal, intensificada pelo fechamento de fábricas nos setores calçadista e metalmecânico, agravou esse cenário, tornando a organização coletiva uma resposta cada vez mais necessária para os trabalhadores afetados, como apontam Ferraz e Menna-Barreto (2012) (p.p. 194-197).

Foi nesse contexto que o MTD começou a se consolidar como um movimento próprio, agregando experiências dispersas e reorganizando-se em torno da necessidade de uma resposta estruturada ao desemprego estrutural e à precarização do trabalho. Segundo a narrativa do próprio movimento, ele se inspirava em repertórios de luta pela terra, como as ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), mas, ao mesmo tempo, desenvolveu estratégias próprias voltadas para a realidade urbana. Goulart (2003) observa que essa reorganização não foi homogênea em todo o país. Em algumas regiões, os Núcleos de Base operavam como espaços de formação política e inserção dos trabalhadores no movimento, enquanto em outras, funcionavam mais como redes de solidariedade e assistência mútua (p. 142). Essa variação refletia tanto as particularidades locais quanto a necessidade de adaptação às dinâmicas institucionais e comunitárias existentes.

Segundo a cartilha do MTD (s.d.), a fundação formal do movimento é simbolicamente associada à ocupação de um terreno público. O movimento, conforme descrito pela própria organização, surgiu como uma resposta direta à miséria e ao desemprego, destacando que a organização dessas lutas só se concretizou formalmente em 2000, com a ocupação do terreno em 22 de maio daquele ano (MTD, p. 10-11). Esse evento é visto pelo MTD como um marco importante, consolidando o movimento

enquanto uma organização nacional. No entanto, como foi indicado por Moneta (2012), a organização do movimento já estava em curso ao longo da década de 1990, com processos de mobilização que antecederam esse evento (p. 18).

No entanto, a ampliação do movimento não ocorreu em um cenário estável. O período foi marcado pela ascensão do neoliberalismo, que aprofundou a flexibilização dos direitos trabalhistas e impulsionou novas formas de precarização do trabalho (Antunes, 2009, p. 247-251). Segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não se restringe a uma política econômica, mas reorganiza as relações sociais, promovendo uma lógica competitiva e individualista (p.p. 14-17).

Nesse contexto, os trabalhadores desempregados se viram diante de um desafio duplo: lutar por condições dignas de sobrevivência e resistir ao desmonte dos direitos sociais. O MTD, então, precisou se reorganizar para responder a essa nova conjuntura. A necessidade de repensar sua estrutura organizativa e expandir sua pauta tornou-se cada vez mais evidente, preparando o terreno para sua reestruturação nos anos 2000.

Embora a ocupação de 2000 tenha sido um marco importante na formalização do MTD, sua identidade organizativa já vinha sendo construída ao longo da década anterior, influenciada por diversas experiências de luta. Como explica Tobias, militante do MTD, a estrutura organizativa do movimento não se restringe às referências rurais, mas se insere em um campo mais amplo de organização popular, que inclui experiências urbanas, comunitárias e partidárias:

Fazemos parte de um mesmo campo, o chamado “campo do projeto popular”. O Levante Popular da Juventude, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) também seguem modelos semelhantes. Além disso, buscávamos referências em outras experiências. O PT, em sua origem, adotava uma democracia ascendente baseada em núcleos de base e na estrutura de comitês populares. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), de onde viemos, também possuem uma estrutura semelhante. Outras experiências latino-americanas influenciaram esse processo, o que explica as semelhanças entre os diferentes movimentos (Tobias, 2024).

A fala de Tobias reforça que, embora o marco oficial do nascimento do MTD tenha sido em 2000, o MTD se constituiu a partir da interação com diferentes espaços de organização popular. Sua identidade foi moldada pelo diálogo com movimentos de esquerda, comunidades religiosas e experiências partidárias. Enquanto a cartilha enfatiza sua autonomia e autogestão, a literatura acadêmica e a entrevista de campo evidenciam

sua inserção em redes políticas e institucionais mais amplas, que influenciaram sua estrutura organizativa (Moneta, 2012, p. 18; Tobias, 2024).

A mobilização do MTD pode ser compreendida como um processo híbrido, no qual elementos da luta por terra e da luta por trabalho se entrelaçam, dando origem a estratégias organizativas próprias para enfrentar a precarização urbana. Esse processo reflete a capacidade do movimento de transitar entre repertórios rurais e urbanos, ressignificando práticas tradicionais de resistência e adaptando-as às condições periféricas das grandes cidades, especialmente por meio dos assentamentos rururbanos e da articulação territorial via Núcleos de Base, cuja dinâmica organizativa será detalhada na seção seguinte.

Segundo Moneta (2012, p. 88), essa organização descentralizada permitiu ao movimento uma flexibilidade importante para lidar com as mudanças no cenário político e econômico, favorecendo uma adaptação constante diante das diferentes conjunturas históricas. Nesse percurso, o MTD foi formulando novas práticas organizativas, ajustando suas estratégias conforme as transformações sociais e políticas. Mais do que reproduzir modelos anteriores, essa trajetória revela a construção de um repertório próprio de mobilização, capaz de articular diferentes elementos em resposta às dinâmicas socioeconômicas e políticas.

Essa trajetória evidencia que o MTD não apenas combinou experiências preexistentes, mas também formulou novas práticas organizativas, ajustando suas estratégias conforme as mudanças no cenário social e político. Sua capacidade de construir ações concretas como cozinhas comunitárias, núcleos de base, espaços de formação política e iniciativas culturais em territórios periféricos revela um repertório de mobilização que vai além do confronto direto.

Esse repertório, feito de ocupações, mutirões, articulações comunitárias e encontros formativos, não nasce do improviso, tampouco de um modelo pré-definido. Ele se constitui em diálogo com a realidade concreta dos territórios, adaptando-se às possibilidades e limites de cada contexto. Como sugere Charles Tilly (2008), os movimentos não inventam do zero suas formas de agir, mas improvisam a partir de um conjunto limitado de práticas disponíveis, escolhidas e ressignificadas conforme a conjuntura histórica, como num grupo de jazz que parte de uma estrutura compartilhada, mas improvisa a cada nova performance (p. 13; p. 35).

Nessa perspectiva, mesmo ações semelhantes podem adquirir sentidos distintos, dependendo de como e por quem são mobilizadas. Angela Alonso (2012) aprofunda essa ideia ao destacar que os repertórios também expressam a agência dos atores coletivos, que não apenas repetem rotinas, mas as adaptam estrategicamente de acordo com suas finalidades políticas (p.p. 25-26). No caso do MTD, por exemplo, a distribuição de alimentos pode significar tanto uma resposta à insegurança alimentar quanto uma forma de engajar o território e criar vínculos de pertencimento. Assim, a criatividade dos militantes transforma práticas simples em ações políticas significativas (Alonso, 2012, p. 30).

Essa dimensão estratégica do movimento se evidencia também na forma como o MTD alterna entre ações visíveis e iniciativas mais discretas, organizando sua luta em diferentes frentes. Como aponta Rossi (2017), os movimentos sociais também desenvolvem repertórios de estratégias que não se restringem à mobilização pública e confrontacional, mas envolvem ações cotidianas, articulações comunitárias, cooperação informal com o Estado e a criação de espaços de autogestão. Essas formas de agir, muitas vezes silenciosas, compõem uma lógica estratégica própria, que garante continuidade política mesmo fora dos momentos de protesto (p. 33-38).

Além disso, as escolhas feitas pelo MTD não podem ser compreendidas apenas como respostas racionais a conjunturas externas. Elas também expressam identidades, afetos e visões de mundo compartilhadas entre seus militantes. Como destaca James Jasper (1997), as táticas escolhidas pelos movimentos revelam preferências culturais e sensíveis — um “gosto tático” que molda não apenas o modo de agir, mas também o modo de ser coletivo (p. 240; p. 249). No caso do MTD, a preferência por estratégias baseadas na escuta, no cuidado e na cultura revela um modo próprio de fazer política: afetivo, territorial e enraizado na experiência popular.

A partir dessas contribuições, é possível compreender que o repertório do MTD não é uma repetição de modelos anteriores, mas uma construção dinâmica, situada e afetiva. Ele articula formas tradicionais de mobilização com práticas emergentes de solidariedade, cultura e educação popular, compondo uma gramática própria de resistência que transforma a vida cotidiana em terreno de produção de direitos. Esse repertório é resultado de decisões estratégicas informadas por contextos históricos, vínculos afetivos e experiências territoriais, mobilizando desde o enfrentamento direto até ações cotidianas de solidariedade, capazes de produzir pertencimento e reconfigurar sentidos de justiça, mesmo quando escapam à lógica institucional.

A construção desse repertório de mobilização não se deu apenas na estrutura organizativa interna do movimento, mas também em suas ações concretas de luta e articulação com outros movimentos sociais. Antes mesmo da formalização do MTD, a mobilização coletiva já se expressava em jornadas nacionais de luta, que buscavam conectar diferentes pautas populares e demonstrar a força da organização dos trabalhadores precarizados.

A Marcha Popular pelo Brasil, realizada em 1999 como parte da Jornada Nacional de Lutas, é um exemplo de como, antes mesmo da formalização do MTD, ações coletivas já vinham sendo articuladas para enfrentar a precarização e a exclusão social. O evento demonstrou o potencial da mobilização popular, influenciando a estruturação de novas formas organizativas, como o próprio MTD. Segundo o MST, essa marcha reuniu cerca de mil trabalhadores, que partiram da sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, em 26 de julho, e caminharam até Brasília em defesa de terra, trabalho e democracia (MST, [n.d.]). Essa mobilização é descrita pelo MST como um protesto significativo contra medidas governamentais que ameaçavam direitos sociais, como o Banco da Terra e a tentativa de extinção do Procerá (MST, [n.d.]).

Embora descritos pelo MTD como estratégias fundamentais para enfrentar desigualdades estruturais e fortalecer a mobilização social, os Núcleos de Base e os assentamentos rururbanos enfrentaram desafios práticos que limitaram seu impacto, conforme apontam Moneta (2012, p.p. 85-88). Ao longo dos anos, os assentamentos rururbanos passaram por transformações para se adaptar às demandas habitacionais das periferias. A concepção inicial, que previa a combinação de subsistência agrícola com a permanência nas áreas urbanizadas, revelou-se insuficiente diante do crescimento acelerado das cidades e das dificuldades de infraestrutura. Assim, novas formas de organização foram desenvolvidas para ampliar a viabilidade desses espaços e garantir um impacto político mais expressivo.

Essa relação entre experiências rurais e urbanas, longe de ser uma mera reprodução de modelos preexistentes, foi ressignificada para atender à precarização urbana, tornando-se um elemento central na identidade organizativa do MTD (Moneta, 2012, p. 39).

O MTD reconhece, em sua cartilha, que sua trajetória está conectada a outros movimentos populares, enfatizando sua atuação em articulação com setores que defendem o Projeto Popular para o Brasil (MTD, s.d., p. 12). Essa relação se deu, especialmente, com organizações que compartilham princípios de autogestão e luta por

direitos. Moneta (2012) reforça que, durante seu processo de constituição, o MTD manteve uma "íntima ligação política" com os movimentos articulados na Via Campesina, incluindo o MST, mas sua estrutura organizativa foi concebida de maneira independente, voltada para a realidade do desemprego urbano (p. 11).

Além do MST, Moneta (2012) aponta que essa vinculação política também envolveu outros movimentos da Via Campesina, como o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entre outros (p. 11). Essas conexões possibilitaram ao MTD compartilhar metodologias e estratégias de luta, consolidando seu papel como um movimento urbano de trabalhadores precarizados.

Segundo Goulart (2003), o MTD se estruturou "ao estilo do MST", refletindo uma forte influência principalmente nas áreas de formação política, mobilização e construção de um modelo organizativo centrado na autogestão e na ocupação de espaços urbanos (p. 139). Entretanto, essa relação não significou uma mera reprodução do modelo do MST, mas sim um processo de apropriação e adaptação das experiências do campo popular para a realidade das periferias urbanas.

No entanto, como destaca Moneta (2012), o MTD não pode ser entendido apenas como uma extensão do MST ou de outros movimentos rurais (p. 11). Se, por um lado, há um reconhecimento por parte do movimento da influência de práticas do MST em sua organização interna, por outro, houve um esforço explícito para construir uma estrutura autônoma, capaz de responder às especificidades do contexto urbano. Essa relação, segundo Moneta, se deu principalmente no campo da formação política, das estratégias de mobilização e da construção de um modelo organizativo centrado na autogestão e na ocupação de espaços urbanos, sem que isso significasse um desdobramento formal do MST (p. 11).

A análise de Tilly (2008) contribui para compreender a trajetória do MTD, ao demonstrar que os repertórios de ação coletiva não surgem de forma espontânea, mas resultam da combinação entre práticas já conhecidas e inovações diante de novas realidades (p. 15-18). Como destaca Moneta (2012), embora o MTD tenha se inspirado em modelos organizativos da luta pela terra, sua estruturação ocorreu de maneira independente, respondendo às dinâmicas do desemprego e da informalidade urbana (p. 39). Se por um lado assimilou elementos do MST, como a autogestão e a organização por

núcleos, por outro, incorporou a articulação sindical e comunitária, ressignificando essas experiências à luz das demandas impostas pelo avanço das políticas neoliberais.

Alain Touraine (2006) complementa essa análise ao argumentar que os movimentos sociais não podem ser compreendidos apenas como expressões de conflitos estruturais dentro de um sistema, mas devem ser analisados a partir de sua capacidade de questionar modos generalizados de dominação social. No caso do MTD, essa capacidade de questionamento se manifestou tanto na sua estrutura organizativa quanto na escolha de seus repertórios de ação, que envolveram ocupações, formação política e articulação comunitária.

A cartilha do MTD enfatiza que o movimento se constitui como um espaço coletivo de luta e formação política, fundamentado na solidariedade de classe e na resistência às desigualdades estruturais (MTD, s.d., p. 7). Segundo o documento, o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos se define como um Movimento Popular, construído por "milhares de mulheres, homens, jovens e crianças, que decidiram se unir, para juntos e fortes, organizarmos a luta na defesa de nossas vidas e pela conquista dos nossos direitos" (MTD, [s.d], p. 7). Dessa forma, o MTD não se restringe à luta pelo trabalho, mas busca fortalecer redes de organização coletiva, promovendo espaços de formação política e incentivando a participação ativa na transformação social.

A articulação do MTD com outros movimentos populares não se restringiu ao seu período de formação. Ao longo dos anos, o movimento consolidou suas redes de apoio e buscou ampliar alianças estratégicas para responder aos desafios impostos pela precarização urbana e pelo avanço das políticas neoliberais. Essas conexões foram fundamentais para fortalecer a luta coletiva e garantir que as demandas das comunidades fossem politicamente visibilizadas.

Desde sua consolidação nos anos 2000, o MTD manteve uma relação próxima com redes populares, sindicatos e organizações comunitárias, buscando fortalecer sua capacidade de enfrentamento às desigualdades urbanas e às transformações no mundo do trabalho. Essa continuidade e adaptação ao longo do tempo demonstram que a identidade organizativa do MTD não se fixou em um modelo rígido, mas permaneceu em constante construção.

As experiências acumuladas ao longo dessas mobilizações exigiram do movimento uma constante adaptação. Esse processo de ajuste pode ser analisado à luz da teoria dos movimentos sociais. Charles Tilly (2008) e Sidney Tarrow (2009 [1998])

fornece ferramentas para compreender como o MTD organizou sua luta e redefiniu suas estratégias ao longo do tempo. Tilly (2008) destaca que os repertórios de ação coletiva não surgem do nada, mas resultam da combinação de práticas já conhecidas com adaptações a novas circunstâncias (p.p. 15-16). Nesse sentido, a ressignificação das ocupações, a criação dos Núcleos de Base (NBs) e a construção de alianças estratégicas pelo MTD refletem um processo dinâmico de aprendizado e inovação. Como argumenta o autor, a construção e a ressignificação dos repertórios não são meramente reações passivas às conjunturas políticas, mas um processo ativo de ajuste às condições sociais e econômicas (Tilly, 2008, p. 16).

Além disso, Tarrow (2009 [1998]) explica que a emergência e transformação de movimentos sociais estão diretamente relacionadas às oportunidades políticas. Para o autor, momentos de crise, mudanças estruturais e percepções coletivas de que a ação coletiva pode produzir impacto são elementos centrais na mobilização popular. No caso do MTD, o crescimento do desemprego e a precarização do trabalho nos anos 1990 não apenas geraram indignação, mas também criaram condições para novas formas de organização coletiva. Como explica Tarrow (2009 [1998]), "o confronto político surge quando cidadãos comuns, encorajados algumas vezes por contra-elites ou líderes, reagem a oportunidades que diminuem os custos de ação coletiva, revelam aliados potenciais, mostram os pontos mais vulneráveis das elites e autoridades e conduzem redes sociais e identidades coletivas à ação em torno de temas comuns" (p.p. 38-39).

Assim, a trajetória do MTD não pode ser compreendida apenas como um desdobramento espontâneo das condições socioeconômicas da época. A efetividade de seus repertórios não depende apenas das escolhas do movimento, mas também das condições políticas e institucionais em que opera. Tilly (2008) argumenta que "dois fatores fazem uma grande diferença: a capacidade do governo de intervir nos assuntos cotidianos e o grau de democracia" (p. 19). Isso significa que a mobilização do MTD enfrentou diferentes desafios ao longo dos anos, dependendo das conjunturas políticas e do grau de repressão ou abertura para a participação popular.

Dessa forma, a análise da teoria dos movimentos sociais reforça que a atuação do MTD não pode ser vista de forma estática, mas como um processo em constante negociação e adaptação. Embora tenha incorporado metodologias de formação política e mobilização coletiva de outros movimentos populares, sua trajetória se diferencia das lutas rurais por responder a um contexto marcado pelo desemprego e pela informalidade urbana. A precarização do trabalho e o esvaziamento das políticas sociais impuseram a

necessidade de estratégias organizativas próprias, voltadas para a sobrevivência e a mobilização coletiva nos territórios urbanos. Enquanto o MST tem na luta pela terra seu eixo central, o MTD nasce da necessidade de organização dos trabalhadores desempregados, cuja vulnerabilidade foi agravada pelo avanço das políticas neoliberais. Isso moldou sua identidade como um movimento que contesta a mercantilização dos direitos sociais e reivindica a construção de alternativas coletivas à precarização do trabalho.

2.1.2 Reorganização estratégica e afirmação da identidade coletiva nos anos 2000

Após a consolidação do MTD nos anos 2000, o movimento passou por um processo de reestruturação, motivado pela necessidade de enfrentar desafios organizativos e políticos derivados do aprofundamento das políticas neoliberais, das mudanças no mundo do trabalho e do enfraquecimento das estruturas sindicais tradicionais.

Segundo o MTD (s.d.), para enfrentar essas transformações, o movimento buscou ampliar suas frentes de luta e fortalecer suas alianças estratégicas. A reorganização interna resultou em uma maior consolidação dos Núcleos de Base, que passaram a desempenhar um papel crucial na articulação com as comunidades periféricas, ao mesmo tempo que suas estratégias de mobilização foram redefinidas.

Segundo Melucci (1996), a identidade coletiva de um movimento social não é algo fixo, mas sim um processo dinâmico, marcado por constante construção e negociação (p. 70). Essa identidade se estrutura por meio da interação entre os membros do grupo e suas relações com o ambiente externo, abrangendo dimensões cognitivas, relacionais e emocionais (p. 71). No caso do MTD, essa identidade não se formou apenas a partir de uma afirmação ideológica prévia, mas também como uma resposta a desafios concretos enfrentados ao longo de sua trajetória organizativa.

A construção da identidade coletiva do MTD envolveu a formulação de uma narrativa própria, centrada na mobilização contra o desemprego e a precarização do trabalho, bem como a articulação com sindicatos, pastorais sociais e organizações comunitárias. Segundo Moneta (2012, p. 86) e Goulart (2003, p. 141), o engajamento dos militantes foi impulsionado não apenas por fatores estruturais adversos, mas também pela experiência coletiva de resistência e solidariedade, que fortaleceu a coesão do

movimento. Como aponta Melucci (1996), essa identidade não é homogênea ou imutável, mas sim um campo de disputa e ressignificação, sendo moldada tanto por processos internos quanto por pressões externas (p. 75).

Desde sua origem, o MTD estruturou sua atuação em territórios periféricos, fortalecendo uma militância ativa e combinando resistência ao desemprego com a criação de alternativas organizativas. Os Núcleos de Base, conforme Moneta (2012, p. 86) e Goulart (2003, p. 141), desempenharam um papel fundamental na estruturação interna do MTD, pois possibilitaram uma organização descentralizada, que reforçou o vínculo do movimento com os territórios periféricos. Esses núcleos não só mobilizaram trabalhadores desempregados, mas também articularam estratégias de luta por direitos sociais, o que permitiu ao MTD responder de forma mais eficaz às especificidades locais.

Os Núcleos de Base desempenharam um papel significativo na estruturação interna do MTD, permitindo uma organização descentralizada que se conectou diretamente com as periferias urbanas. Conforme apontam Moneta (2012, p. 86) e Goulart (2003, p. 141), esses núcleos foram essenciais para estreitar o vínculo do movimento com os territórios periféricos. Embora tenham servido como espaços de mobilização para trabalhadores desempregados, também funcionaram como pontos de articulação de estratégias mais amplas de luta por direitos sociais. A construção desses espaços, portanto, ajudou a fortalecer a presença do MTD em várias regiões e a consolidá-lo como uma organização flexível, capaz de responder às diversas necessidades locais, sempre ajustando suas práticas à complexidade do contexto em que atuava.

Segundo o MTD, as Frentes Emergenciais de Trabalho representam uma adaptação dos repertórios de mobilização, combinando elementos da organização sindical e da luta por moradia com a necessidade de responder à precarização urbana e ao desemprego estrutural. O movimento apresenta essas frentes como uma ferramenta de ação direta que, além de oferecer suporte emergencial, também fortalece a politização e o engajamento comunitário.

Além disso, o MTD adaptou seus repertórios de ação com as Frentes Emergenciais de Trabalho, uma estratégia que combina elementos da organização sindical e da luta por moradia, com o objetivo de responder à precarização urbana e ao desemprego estrutural. O movimento apresenta essas frentes como uma ferramenta de ação direta que, além de oferecer suporte emergencial, fortalece a politização e o engajamento comunitário. No entanto, como argumenta Tilly (2008, p. 21-23), a capacidade do MTD de interagir e

integrar diferentes atores sociais, sem comprometer seus princípios, reflete a resiliência do movimento e sua capacidade de adaptação às mudanças nas condições políticas e sociais.

Assim, compreender a identidade do MTD exige um olhar além das narrativas do próprio movimento, evidenciando os processos concretos que moldaram sua trajetória. Esse olhar permite entender como o MTD se tornou um ator político relevante e como sua identidade evoluiu em diálogo com as transformações sociais e econômicas das décadas seguintes.

Além disso, como evidência Moneta (2010, p. 19-42), as Frentes Emergenciais de Trabalho desempenharam um papel fundamental na articulação entre mobilização e ações concretas, por meio de mutirões comunitários e infraestrutura básica. Segundo o MTD, essas iniciativas não apenas supriam demandas emergenciais, mas também fortaleciam a solidariedade entre os trabalhadores e politizavam a luta contra a precarização do trabalho, transformando necessidades imediatas em uma arena de disputa política. Já a teoria de Snow e Benford (1988, p. 137) sobre enquadramento (framing) ajuda a entender como os movimentos sociais constroem narrativas para interpretar sua atuação e mobilizar sua base. O MTD não apenas organizou ações diretas, mas também construiu um discurso que conectava essas ações a um projeto político mais amplo, reforçando sua identidade coletiva. Dessa forma, as Frentes Emergenciais de Trabalho não foram apenas uma resposta prática ao desemprego, mas também um mecanismo de mobilização que inseria as dificuldades cotidianas dos trabalhadores em um contexto mais amplo de luta por direitos.

No caso do MTD, as Frentes Emergenciais de Trabalho podem ser compreendidas como uma adaptação estratégica de repertórios tradicionais do sindicalismo e da luta por moradia ao contexto da informalidade urbana e do desemprego estrutural. O próprio movimento destaca que essas frentes foram essenciais para ampliar sua base e consolidar sua identidade coletiva. No entanto, do ponto de vista analítico, essa estruturação pode ser interpretada não apenas como uma resposta emergencial, mas também como um mecanismo de politização que insere a sobrevivência cotidiana dos trabalhadores em um projeto de transformação social mais amplo.

Além dessas iniciativas, a solidariedade era enfatizada como um valor construído dentro da classe trabalhadora, indo além do apoio material e buscando fortalecer os laços comunitários (MTD, [s.d.], p. 20-21). No entanto, uma análise das práticas do movimento revela que essa solidariedade foi viabilizada, em grande parte, por meio de alianças

estratégicas com sindicatos, pastorais sociais e movimentos populares. Essas parcerias desempenharam um papel crucial no suporte logístico e na ampliação das ações do movimento, conectando demandas locais a um projeto político mais amplo.

No entanto, como ressalta Melucci (1996, p. 75), a identidade coletiva de um movimento não é homogênea ou imutável: ela é constantemente renegociada diante das tensões internas e das mudanças no cenário político e social. Isso significa que, mesmo na fase inicial do MTD, houve disputas e redefinições sobre os caminhos a seguir, especialmente diante da necessidade de se consolidar como um ator legítimo na luta por direitos. Polletta & Jasper (2001, p. 289) reforçam essa ideia ao argumentar que a identidade coletiva se constrói tanto no interior do grupo quanto em relação ao contexto social mais amplo, sendo influenciada por fatores como reconhecimento externo, pressões institucionais e dinâmicas de recrutamento e mobilização.

Dessa forma, compreender a identidade coletiva do MTD exige uma análise que vá além daquilo que o movimento afirma sobre si mesmo, buscando evidenciar os processos concretos que condicionaram sua trajetória. Esse olhar mais aprofundado permitirá compreender como o MTD se constituiu como um ator político relevante e de que maneira sua identidade evoluiu em diálogo com as transformações econômicas e sociais das décadas seguintes.

Com a consolidação de sua identidade coletiva nos anos 1990, o MTD precisou se adaptar às novas dinâmicas do mundo do trabalho e às transformações políticas da década seguinte. Se, inicialmente, o movimento estruturou sua atuação com base na resistência ao desemprego e na criação de alternativas organizativas, os desafios impostos pelo avanço do neoliberalismo e pela reconfiguração do trabalho demandaram uma reorganização significativa nos anos 2000.

Nesse contexto, Goulart (2003, p. 141) destaca que esse processo ocorreu em paralelo ao fortalecimento das alianças do MTD com sindicatos e outros movimentos sociais, o que permitiu ampliar seu alcance organizativo e diversificar suas pautas de luta. Com isso, os Núcleos de Base passaram a atuar não apenas na mobilização contra o desemprego, mas também na defesa de direitos sociais, incorporando demandas relacionadas à moradia, educação e alimentação.

A necessidade de articular essas novas frentes de mobilização fez com que o MTD ampliasse sua estratégia organizativa. A conjuntura desse período levou o movimento a expandir suas frentes de luta, fortalecer as articulações comunitárias e redefinir suas

estratégias políticas. A reformulação das Frentes Emergenciais de Trabalho e o fortalecimento dos Núcleos de Base foram algumas das estratégias adotadas para garantir a continuidade e o crescimento do movimento. Essa reestruturação não apenas consolidou sua presença em territórios urbanos, mas também ampliou suas pautas, preparando o terreno para as transformações que viriam a partir de 2015.

Desde sua formação, o MTD estruturou sua atuação em torno das demandas da classe trabalhadora precarizada, com presença em territórios rururbanos e periferias urbanas. Inicialmente, sua mobilização estava voltada para questões relacionadas ao trabalho informal, ao acesso a direitos sociais básicos e à organização de redes de solidariedade entre trabalhadores e trabalhadoras excluídos das proteções formais do Estado. As primeiras experiências do movimento estavam ancoradas em espaços de formação política e economia solidária, buscando articular cooperativas populares e fortalecer práticas de autogestão.

A partir dos anos 2000, o MTD passou por um processo de reorganização que não apenas respondeu às mudanças estruturais no mundo do trabalho, mas também buscou ampliar sua base de atuação e consolidar sua identidade coletiva diante dos desafios impostos pela conjuntura política e econômica. Nesse período, o movimento enfrentou um cenário de transformação profunda, no qual a crise do modelo sindical tradicional e o avanço das políticas neoliberais impuseram novas dificuldades à organização da classe trabalhadora. Com o avanço das políticas neoliberais e a crescente precarização do trabalho (Antunes, 2009, p. 247-251; Previdência, 1996, p. 112-115), as formas tradicionais de organização dos trabalhadores, como os sindicatos, enfrentaram um enfraquecimento significativo, o que levou o MTD a reformular suas estratégias. A necessidade de repensar seus repertórios de ação tornou-se evidente, especialmente diante da fragmentação do trabalho e da redução dos espaços institucionais de interlocução com o Estado. Se, nos anos 1990, o movimento se consolidou como uma alternativa de resistência ao desemprego estrutural, nos anos 2000 ele precisou adaptar sua estrutura para incorporar demandas sociais mais amplas.

Esse processo de reorganização envolveu uma série de decisões estratégicas internas que refletem a capacidade do MTD de se adaptar às mudanças externas, como as transformações no cenário político e econômico. No plano organizativo, as Frentes Emergenciais de Trabalho (FET) passaram a desempenhar um papel mais abrangente, articulando não apenas a luta pelo direito ao trabalho, mas também ações voltadas para moradia, alimentação e educação. Ao mesmo tempo, os Núcleos de Base se tornaram

espaços centrais para a mobilização local, fortalecendo a relação do MTD com as comunidades e ampliando sua capacidade de articulação com outros movimentos sociais.

No que diz respeito à identidade coletiva do MTD, esse período foi marcado por um intenso debate interno sobre os rumos do movimento e a necessidade de redefinir sua atuação. Como argumenta Melucci (1996, p. 70-75), a identidade coletiva de um movimento não é um elemento fixo, mas sim um processo em constante negociação, influenciado tanto pelos desafios externos quanto pelas dinâmicas internas do grupo. No caso do MTD, esse processo de negociação se manifestou na tensão entre manter uma identidade fortemente associada à luta contra o desemprego ou expandir sua agenda para incorporar novas frentes de mobilização. Essa disputa não se restringiu ao discurso, mas se refletiu na prática cotidiana do movimento, resultando na adoção de novas estratégias organizativas e na redefinição de seu campo de atuação.

O Seminário Nacional de 2010 foi um momento importante nesse processo, consolidando uma perspectiva organizativa que buscava equilibrar a luta pelo direito ao trabalho com outras demandas sociais emergentes. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente em 2003 marcou o início de um ambiente político favorável para movimentos sociais como o MTD. Políticas sociais como o Bolsa Família e o PAC, além do aumento significativo do salário-mínimo, contribuíram para a redução da pobreza e a ativação do mercado interno (Singer, 2012, p. 15-16; p. 37-40). Esse cenário não apenas permitiu a ampliação das demandas do movimento, mas também consolidou sua atuação em nível nacional. Aproveitando essa conjuntura, o MTD traduziu políticas públicas em instrumentos de mobilização comunitária, fortalecendo sua base e conectando demandas locais a um projeto político maior. Esse contexto pode ser analisado à luz do conceito de 'alinhamento de frames', descrito por Snow e Benford (1988, p. 198-205), que destaca como movimentos sociais ajustam suas mensagens para criar ressonância entre demandas locais e valores compartilhados.

Se a primeira década dos anos 2000 foi marcada pelo esforço de consolidação organizativa e pelo fortalecimento das Frentes Emergenciais de Trabalho, a partir de 2015 o MTD passou por um novo processo de transformação.

2.1.3 Ampliação de pautas e reconfiguração identitária a partir de 2015

A mudança na identidade do MTD foi um processo gradual, resultado de uma série de experiências acumuladas, desafios enfrentados e interações contínuas com outros

movimentos e redes de militância. Como afirmado na Carta do MTD e do MOTU (2015), a reorganização do movimento foi impulsionada pela necessidade de expandir seu escopo, superando os limites de um enquadramento focado apenas no desemprego e construindo um projeto político mais abrangente (MTD/MOTU [s.p]). Para atingir esse objetivo, a estrutura do movimento passou por transformações significativas: os Núcleos de Base adquiriram um papel mais central, as Frentes Emergenciais de Trabalho foram ajustadas para atender de maneira mais abrangente, e novas pautas, como moradia, educação, alimentação e direitos das mulheres, foram incorporadas.

Com a ampliação de suas pautas e o fortalecimento da estrutura organizativa, o MTD redefiniu o papel dos Núcleos de Base. Se antes esses núcleos estavam centrados na mobilização contra o desemprego, passaram a se consolidar como espaços fundamentais de organização territorial, formação política e articulação comunitária. Essa reconfiguração ampliou a capacidade do movimento de adaptar suas estratégias e fortalecer sua presença, engajando-se em questões como direito à cidade, economia solidária e soberania alimentar.

Entretanto, essas mudanças ocorreram em um contexto de intensificação do desmonte de direitos trabalhistas e do enfraquecimento das políticas públicas de proteção social. Se, por um lado, o MTD fortaleceu suas estratégias organizativas para se adaptar a esse novo cenário, por outro, a conjuntura política e econômica impôs limites à sua capacidade de atuação. Para manter sua relevância e eficácia, o movimento foi forçado a aprofundar sua formação política e redefinir suas abordagens. A Carta do MTD e do MOTU (2015) observa que esse processo não representou uma ruptura, mas um aprofundamento do compromisso com a luta por direitos, conectando diferentes demandas e reforçando sua presença nas periferias urbanas (MTD/MOTU [s.p]).

Essa ampliação das pautas e a redefinição da identidade do MTD também refletiram uma maior articulação com outros movimentos sociais e organizações populares, ampliando diretamente suas estratégias de base. A experiência da Frente Brasil Popular (FBP) exemplifica como a articulação entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos foi essencial para consolidar a resistência a projetos neoliberais e expandir a capacidade de mobilização popular. No caso do MTD, a construção de alianças estratégicas permitiu não apenas uma maior capilaridade organizativa, mas também o intercâmbio de repertórios de ação e a inclusão de novas demandas sociais, ajudando o movimento a transitar de um foco exclusivo no desemprego

para uma agenda mais abrangente de direitos sociais, conectando diferentes frentes de mobilização e potencializando sua ação política.

O Seminário Nacional de Guararema, realizado em 2015, marcou oficialmente essa transição, formalizando a mudança de nome para Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD). Esse novo nome foi justificado pelo movimento como um reflexo da ampliação de suas pautas e de seu alinhamento a um projeto político mais abrangente. Como afirma a Carta do MTD e do MOTU (2015), essa transformação foi um esforço para "conectar as lutas locais a um horizonte político nacional mais abrangente" (MTD/MOTU [s.p]). Entretanto, essa transição não foi homogênea em todo o país e enfrentou desafios diversos. Enquanto algumas regiões adotaram imediatamente a nova estrutura organizativa, outras enfrentaram resistências internas ou dificuldades para adequar suas práticas ao novo modelo de mobilização.

Segundo Tobias, militante do MTD no Distrito Federal, A mudança de identidade foi um processo gradual, resultado de interações com as realidades locais e das trajetórias organizativas de cada estado.

Em vários estados, você constrói por muitos anos um movimento, não é algo que mude de identidade assim tão rápido. Então, foi uma caminhada que começou em 2015 e foi até mais ou menos 2018, e, em 2020, ainda hoje, em Sergipe, o pessoal se chama MTD MOTU. Então, é isso: a mudança de identidade não é algo simples. (Tobias, 2024)

Dessa forma, a trajetória do MTD não pode ser compreendida apenas como um processo linear de crescimento e ampliação de pautas, mas sim como uma série de ajustes estratégicos e reorganizações internas que responderam às condições concretas enfrentadas pelo movimento. Como aponta Melucci (1996, p. 70, 72), a identidade coletiva dos movimentos sociais é um processo dinâmico, construído por meio de interações constantes entre seus membros e com o ambiente externo. Essa concepção ajuda a entender como o MTD não apenas reformulou sua identidade ao longo das décadas, mas também estabeleceu novos canais de articulação com outros movimentos e organizações, ampliando sua atuação em um contexto de retração dos direitos trabalhistas e sociais.

A transição do MTD para uma estrutura organizativa mais ampla seguiu ritmos distintos nos diferentes territórios, refletindo tanto as condições locais quanto as trajetórias específicas de cada núcleo do movimento. Esse processo pode ser compreendido à luz da teoria dos enquadramentos (framing) de Snow e Benford (1988),

que descrevem três tipos fundamentais de enquadramento na mobilização de movimentos sociais. O enquadramento diagnóstico diz respeito à identificação do problema e à formulação de um discurso que torne a injustiça social visível e politizável. No caso do MTD, a percepção de que o foco exclusivo no desemprego não era suficiente para abarcar a complexidade das opressões estruturais levou à ampliação de sua pauta. Já o enquadramento prognóstico se refere às soluções propostas pelo movimento, o que, no MTD, se traduziu na incorporação de novas frentes de luta, como gênero e moradia, consolidando um discurso mais abrangente e articulado. Por fim, o enquadramento motivacional está relacionado aos apelos que incentivam a mobilização dos participantes. Nesse sentido, o fortalecimento do protagonismo feminino dentro do MTD representou um fator central na reestruturação do movimento, buscando transformar sua estrutura organizativa e seus modos de engajamento político (Snow & Benford, 1988, p. 213-217).

A Carta do MTD e do MOTU (2015) consolidou esse processo de reorganização ao estabelecer que "as mulheres são o sujeito prioritário, o local prioritário são as cidades de médio e grande porte, e a mensagem-chave é 'direito de trabalhar, trabalhar com direitos'" (MTD/MOTU [s.p]). Essa diretriz não apenas reforçou a centralidade das mulheres na estrutura organizativa do movimento, mas também orientou uma nova estratégia de mobilização voltada às periferias urbanas, onde as trabalhadoras enfrentam as formas mais severas de precarização do trabalho e ausência de políticas públicas eficazes. A redefinição da identidade coletiva do MTD, portanto, não apenas ampliou sua base de militância, mas também trouxe desafios internos para a incorporação dessas diretrizes no cotidiano das lutas.

A mudança de nome para Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD) em 2015 marcou não apenas uma ampliação de sua agenda, mas também um reposicionamento estratégico diante das transformações sociais e econômicas do país. Se no início o foco estava na luta contra o desemprego estrutural, com o tempo o movimento incorporou uma pauta mais abrangente, englobando questões como moradia, educação, saúde e direitos sociais. Essa reformulação reflete tanto a necessidade de adaptação aos desafios impostos pela retração do Estado e pela precarização do trabalho quanto o reconhecimento da diversidade das reivindicações das populações periféricas. No entanto, essa ampliação de pautas também impõe desafios à organização do MTD, que precisa equilibrar a construção de um projeto político amplo com a capacidade de mobilização efetiva em territórios marcados por desigualdades estruturais. Assim, o movimento enfrenta a constante tensão entre consolidar sua identidade como um espaço

de luta popular e garantir a viabilidade de suas estratégias em um cenário de crescente desmobilização política e enfraquecimento das redes de solidariedade.

O slogan "Direito de trabalhar, trabalhar com direitos" consolidou-se como um eixo central da identidade política do movimento, expressando a relação intrínseca entre trabalho e direitos sociais. Mais do que um enunciado simbólico, esse lema passou a orientar a ação política do MTD, reforçando que a luta por direitos não se restringe ao direito ao trabalho, mas abrange condições dignas de existência e justiça social. Esse enfoque é reafirmado na Carta do MTD e do MOTU (MTD/MOTU [s.p])) que destaca a necessidade de fortalecer um movimento que "organize a luta das trabalhadoras e trabalhadores precários e excluídos do mercado formal, enfrentando as consequências da mercantilização dos direitos sociais".

A transformação do MTD após 2015 deve ser entendida não como uma ruptura com sua trajetória, mas como um aprofundamento de sua identidade enquanto movimento popular. Essa mudança não foi automática, mas resultado de um conjunto de esforços internos para expandir suas pautas e fortalecer sua estrutura. Essa mudança não foi automática, mas resultado de um conjunto de esforços internos para expandir suas pautas e fortalecer sua estrutura. Ao expandir suas pautas e fortalecer o protagonismo das mulheres, o MTD demonstrou sua capacidade de adaptação às novas dinâmicas do trabalho e da organização social, sem perder de vista sua essência de luta contra a precarização e a exclusão. Esse processo evidencia que, embora as conjunturas políticas e econômicas tenham se alterado ao longo dos anos, a base do movimento permaneceu enraizada na resistência coletiva e na construção de alternativas concretas para a classe trabalhadora. Assim, a trajetória do MTD reafirma o papel dos movimentos populares na disputa por direitos e na formulação de novas estratégias de organização, conectando diferentes gerações de militantes em um contínuo processo de aprendizado e ação.

2.2 Organicidade e estratégias de luta no MTD

A construção de um movimento popular exige tanto a mobilização de suas bases quanto a formulação de uma estratégia que assegure unidade e um direcionamento político claro. Ranulfo Peloso (2012) destaca que toda estratégia organizativa deve articular um objetivo específico, relacionado às necessidades concretas de determinada base social, e um objetivo geral, que orienta a luta em direção a um horizonte político mais amplo (p. 95). Essa concepção reflete a experiência do MTD, que adapta sua atuação

a partir de um modelo organizativo articulando territórios e instâncias nacionais, o que reflete a flexibilidade do movimento diante das diversidades dos territórios.

A organicidade do MTD se expressa por meio de um modelo organizativo que articula a mobilização territorial e a articulação nacional, com estratégias de luta adaptáveis às condições locais. De acordo com a cartilha do movimento, a base dessa estrutura são os Grupos de Base, considerados o "alicerce" do movimento, onde ocorre a formação política, o acolhimento e a mobilização comunitária. Esses grupos têm um papel central na articulação da militância local, permitindo que as demandas sejam organizadas e traduzidas em pautas coletivas que se conectam a um projeto político mais amplo (MTD, [s.d.], p. 24). No entanto, as formas de luta não se restringem a esse modelo, mas exigem adaptações frente a dificuldades específicas nos diferentes territórios.

Além disso, o MTD adota um modelo de democracia ascendente e descendente, no qual as demandas locais, formuladas nos Grupos de Base, são sistematizadas e incorporadas às diretrizes nacionais. Por sua vez, essas diretrizes são ajustadas às realidades locais, permitindo que o movimento mantenha uma estratégia política unificada, enquanto responde de forma flexível às especificidades dos territórios. Esse processo garante que a estrutura organizativa do MTD seja dinâmica, combinando ações locais com uma coordenação nacional, mas também se adapta às tensões e desafios concretos que surgem nas comunidades.

Esses princípios organizativos, como os Grupos de Base e a democracia ascendente e descendente, formam a espinha dorsal do MTD, e suas práticas estão diretamente conectadas às formas de luta adotadas pelo movimento. A mobilização local, a formação política e a organização comunitária garantem que as formas de luta sejam adequadas às realidades específicas de cada território, mantendo a unidade estratégica do movimento em nível nacional. Além da estrutura organizativa e dos mecanismos de tomada de decisão, o MTD mobiliza diferentes formas de luta, que variam conforme o território e as condições concretas de cada contexto, refletindo uma adaptação dinâmica às dificuldades locais.

Essa perspectiva dialoga com a análise de Vladimir Ilitch Lênin em *Que Fazer?* (1902), que enfatiza a necessidade de ampliar a luta dos trabalhadores para além das demandas econômicas e sindicais. Lênin argumenta que, apesar de os desafios serem reais e específicos, a luta deve ir além, transformando as estruturas de poder e buscando garantir os direitos da classe trabalhadora de forma mais ampla e estruturante. Nesse sentido, ele afirma:

A luta econômica é a luta coletiva dos operários contra os patrões, para vender vantajosamente sua força de trabalho, para melhorar suas condições de trabalho e de existência. [...] A luta econômica 'incita' os operários 'a pensar' unicamente na atitude do governo em relação à classe operária, por isso, quaisquer que sejam os esforços que façamos para 'conferir à própria luta econômica um caráter político', jamais poderemos, dentro desse objetivo, desenvolver a consciência política dos operários (até o nível da consciência política social-democrata), pois os próprios limites desse objetivo são demasiado estreitos." (Lênin, 1902, p. 43).

Inspirado nessa formulação, o MTD estrutura sua luta em três dimensões fundamentais: Luta econômica, voltada para a conquista de direitos básicos e a melhoria das condições de vida; luta política, que busca modificar as relações de poder e ampliar a participação popular e luta ideológica, baseada na formação política e na construção de uma consciência crítica.

Essa estrutura fortalece o caráter revolucionário do movimento ao articular reivindicações concretas com a organização política. Se, por um lado, essa organização permite uma mobilização estratégica e estruturada, por outro, sua implementação nos territórios enfrenta desafios concretos, como dificuldades de engajamento da militância, resistência da comunidade e limitações estruturais. Assim, as formas de luta do MTD, fundamentadas nos Grupos de Base e na democracia ascendente e descendente, não são apenas um reflexo das demandas locais, mas também um meio de conectar essas demandas a um projeto político coletivo e transformador.

A articulação entre Grupos de Base, Democracia Ascendente e Descendente, e Formas de Luta reflete como o MTD combina estratégias locais e nacionais, moldando demandas concretas em lutas organizadas. No entanto, a realidade observada nos territórios demonstra que a concretização desse modelo organizativo não ocorre de maneira homogênea. Isso ocorre porque os desafios enfrentados pelo movimento variam amplamente de acordo com as características específicas de cada região, como a diversidade de problemas socioeconômicos, culturais e políticos que impactam as bases. As dificuldades de engajamento da militância, resistência da comunidade e limitações estruturais, por exemplo, se apresentam de forma distinta nas diferentes realidades.

Em algumas regiões, a resistência da comunidade pode ser mais evidente, refletindo uma desconfiança histórica em relação a movimentos políticos ou a um ceticismo generalizado em relação à eficácia das lutas. Em outros contextos, as barreiras são mais estruturais, relacionadas a questões como a falta de infraestrutura, a precarização

do trabalho e a ausência de políticas públicas adequadas, o que dificulta o engajamento ativo da população.

Esses desafios, por sua vez, afetam diretamente a implementação das práticas do MTD nos diferentes territórios. Em locais com maior coesão social e organização comunitária, as estratégias de mobilização e engajamento tendem a ser mais bem-sucedidas. Já em áreas onde as condições de vida são mais severas ou onde as tensões internas são mais pronunciadas, o movimento precisa se adaptar constantemente para manter sua coesão interna e garantir que as diretrizes nacionais sejam eficazmente traduzidas na realidade local.

A variação na implementação das práticas do MTD também reflete a necessidade de estratégias flexíveis que respeitem e respondam às especificidades de cada território. O modelo de democracia ascendente e descendente, por exemplo, é uma tentativa de balancear essas diferenças, permitindo que as demandas locais sejam ouvidas e sistematizadas para serem levadas para as instâncias superiores do movimento, enquanto, simultaneamente, as diretrizes nacionais se ajustam para refletir as realidades locais.

Este tópico analisará a organicidade do MTD a partir desses três eixos, considerando tanto o que o movimento apresenta como sua identidade organizativa quanto as tensões observadas na prática. O objetivo não é apenas descrever a estrutura formal do MTD, mas compreender como ela se traduz no cotidiano dos territórios e como as tensões entre discurso e prática influenciam sua atuação.

2.2.1 Democracia ascendente e descendente: articulação entre bases e coordenação nacional

A estrutura organizativa do MTD é baseada em um processo dinâmico de tomada de decisão que combina participação de base e articulação nacional. A partir dos Grupos de Base, onde as demandas locais são formuladas e organizadas, o movimento busca garantir uma participação ativa da militância, ao mesmo tempo em que mantém a coesão estratégica através da integração dessas demandas nas diretrizes nacionais. Esse processo reflete o modelo de democracia ascendente e descendente, garantindo que as decisões nacionais sejam adaptadas às realidades locais e vice-versa, promovendo a coesão interna do movimento sem perder sua flexibilidade. Esse fluxo permite que as demandas locais não fiquem fragmentadas, mas sejam sistematizadas e elevadas às instâncias superiores do movimento, garantindo a coesão e o alinhamento estratégico. Já na dimensão

descendente, as diretrizes formuladas a partir das instâncias nacionais são devolvidas às bases em forma de planos de ação, orientações estratégicas e formações políticas, permitindo que as resoluções coletivas sejam adaptadas às especificidades territoriais.

Embora a cartilha do MTD não utilize expressamente os termos "democracia ascendente e descendente", a análise de seus princípios e funcionamento permite inferir essa dinâmica. O próprio movimento enfatiza a importância da auto-organização das bases e da construção coletiva das decisões, aspectos que se aproximam do que Sidney Tarrow (2009, p. 21-22) descreve como "redes de mobilização sustentadas", nas quais movimentos sociais bem estruturados não apenas reagem a conjunturas, mas desenvolvem mecanismos internos para manter sua mobilização a longo prazo. Essa lógica também se relaciona com os conceitos de oportunidade política e coordenação estratégica (Tarrow, 2009, p. 38-39), que apontam como os movimentos sociais ajustam suas táticas de acordo com as condições políticas e sociais, equilibrando resistência e incidência institucional.

A partir das entrevistas realizadas, verifica-se que essa estrutura participativa do MTD dialoga com experiências de outros movimentos populares latino-americanos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que historicamente adotaram modelos organizativos baseados na construção de decisões a partir das bases. Como observado por Tobias, liderança do MTD no Distrito Federal, essa estrutura busca evitar a fragmentação das lutas e garantir que a mobilização local contribua para um projeto político de alcance mais amplo:

Sempre que chegamos em qualquer lugar, a primeira etapa é fazer o diagnóstico do território. Esse diagnóstico é construído junto às pessoas que vivem ali, apontando os problemas e suas causas. Organizamos assembleias e reuniões comunitárias para levantar as prioridades e, nesse processo, já começamos a identificar lideranças locais e formar grupos que se engajam no enfrentamento dos problemas. Nosso objetivo é fortalecer a autonomia das comunidades, construindo juntos um processo de luta e formação política. (Tobias, 2024)

A partir desse diagnóstico, os Grupos de Base organizam suas reivindicações e atuam diretamente na formulação das estratégias do movimento. Essa dinâmica participativa se aproxima das experiências das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e dos núcleos populares do PT em seus primeiros anos, conforme aponta Tobias:

A democracia ascendente permite que as demandas locais sejam sistematizadas e incorporadas às pautas nacionais, fortalecendo a coesão interna do movimento. No entanto, esse processo não ocorre sem desafios. Como apontado por Nilson, liderança do MTD, muitas vezes a realidade local impõe barreiras para a participação efetiva da militância:

O desafio é garantir que todas as bases consigam se articular de forma contínua e que as decisões nacionais realmente reflitam as demandas de cada território. Às vezes, a luta diária para sobreviver dificulta a participação ativa das pessoas, e isso exige um esforço constante para manter os espaços de mobilização vivos." (Nilson, 2024).

A descentralização organizativa do MTD, embora fundamental para sua organicidade, demanda um equilíbrio constante entre autonomia local e unidade política. Como reforça Tobias:

Os Grupos de Base são essenciais no MTD porque conectam as demandas locais, como a melhoria de infraestrutura ou o enfrentamento da violência, a uma pauta maior e coletiva. O processo começa com o diagnóstico participativo nos territórios, envolvendo a comunidade na identificação das prioridades e na construção de soluções. A partir dessas necessidades locais, unificamos as pautas em uma estratégia nacional, garantindo que cada realidade contribua para fortalecer o movimento como um todo." (Tobias, 2024).

Essa lógica reflete o conceito de repertórios de ação coletiva de Charles Tilly (2008), que enfatiza que os movimentos sociais operam dentro de um conjunto de práticas aprendidas e adaptadas ao longo do tempo. No caso do MTD, a estrutura de democracia ascendente e descendente representa um desses repertórios organizativos, permitindo que o movimento mantenha sua base social ativa ao mesmo tempo em que incide politicamente em outras esferas.

Dessa forma, a estrutura organizativa do MTD não se limita a uma coordenação hierárquica, mas busca integrar diferentes níveis de participação. Esse processo reforça o caráter democrático do movimento, mas também revela desafios estruturais na mobilização contínua das bases e na capacidade de manter uma coesão política diante das diferentes realidades dos territórios onde atua.

2.2.2 Formas de luta e estratégias de mobilização no MTD

A organização e os princípios como solidariedade, autonomia e participação ativa das bases são fundamentais para a construção das formas de luta do MTD. A

solidariedade, por exemplo, não se manifesta apenas em momentos de crise, mas como um princípio contínuo que fortalece as resistências locais e orienta as ações coletivas. A mobilização comunitária, que é essencial para garantir a base do movimento, se traduz diretamente em formas de luta concreta, refletindo o caráter popular e transformador do movimento. A organização nos Grupos de Base e o modelo de democracia ascendente e descendente possibilitam que essas formas de luta sejam simultaneamente territorializadas e articuladas nacionalmente. Essa dinâmica confere ao movimento flexibilidade para adaptar suas ações às realidades locais sem perder a unidade estratégica em nível nacional.

A mobilização do MTD ocorre a partir da realidade concreta da classe trabalhadora periférica, considerando as dificuldades cotidianas impostas pela precarização do trabalho, pela falta de infraestrutura e pelas múltiplas opressões que atravessam a vida dos militantes e das comunidades onde o movimento atua. Dessa forma, as formas de luta adotadas pelo MTD buscam articular resistência e construção, combinando ações diretas com estratégias voltadas à formação política e à organização coletiva.

O Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD) adota um repertório diversificado de formas de luta, combinando ações diretas, ocupações, protestos e estratégias institucionais com formação política e fortalecimento das bases comunitárias. Essa diversidade reflete tanto a necessidade de adaptação às condições concretas dos territórios quanto a busca por uma transformação estrutural que vá além das demandas imediatas.

Segundo Tilly (2008), os repertórios de ação coletiva não surgem de maneira espontânea, mas são historicamente moldados e exigem um processo contínuo de adaptação para garantir a eficácia das mobilizações. No MTD, essa adaptação se manifesta na busca por formas inovadoras de organização e articulação com outros movimentos sociais, garantindo que sua luta permaneça relevante e conectada às demandas concretas das comunidades em que atua.

Como explica Tobias, um dos coordenadores do MTD no Distrito Federal, o movimento se estrutura a partir da mobilização dos territórios e do enfrentamento direto às desigualdades, sem renunciar à articulação com outras frentes de luta:

Nosso compromisso é com o território. A luta começa no bairro, na ocupação, na comunidade. A gente enfrenta despejo, enfrenta corte de água e luz, enfrenta

precarização do trabalho, enfrenta tudo isso, mas também precisa estar articulado nacionalmente. Senão, ficamos reféns de pequenas vitórias que não mudam a estrutura. (Tobias, 2024)

Essa concepção de luta reforça a ideia de que a mobilização nos territórios não se restringe a pautas locais, mas busca articular reivindicações estruturais. Como afirma Nilson, liderança do MTD, essa estratégia permite que os movimentos populares construam respostas coletivas que vão além da mera contestação:

Não basta só protestar, só reivindicar. A gente precisa construir poder popular, fortalecer as nossas redes e garantir que o povo tenha ferramentas para lutar por si próprio. É isso que faz a diferença entre um movimento passageiro e um movimento que realmente transforma a vida das pessoas. (Nilson, 2024)

A atuação do MTD combina ações diretas, como ocupações e protestos, com estratégias de autogestão e solidariedade, como as cozinhas comunitárias e projetos de geração de renda. Durante a pandemia, por exemplo, o movimento organizou a distribuição de alimentos e produtos de higiene em diversas comunidades, ao mesmo tempo em que denunciava o abandono do Estado diante da crise sanitária. Para Susy, militante do MTD no Sol Nascente, essa experiência evidenciou a importância da solidariedade como uma forma de luta:

A gente viu que o Estado não ia fazer nada pela gente, então tivemos que nos organizar. Distribuimos cesta básica, ajudamos quem perdeu emprego, mas também falamos sobre nossos direitos. Não era só assistencialismo, era luta. Mostrar para as pessoas que a gente não precisa aceitar viver na miséria. (Susy, 2024)

As ocupações são uma das formas de luta mais emblemáticas do MTD, tanto na questão da moradia quanto na disputa por espaços urbanos para o fortalecimento da comunidade. Como explica André, militante do MTD, a lógica das ocupações vai além da reivindicação de terra e moradia, sendo também um espaço de formação política e organização popular:

A gente não ocupa só para ter um lugar para morar. A ocupação é também um espaço de construção, de formação, de luta. É ali que a gente aprende a se organizar coletivamente, a entender nossos direitos, a construir uma visão política de longo prazo. (André, 2024)

No entanto, as ocupações e outras formas de luta enfrentam constantes desafios, incluindo a repressão estatal e as dificuldades de articulação com a comunidade. Como

destaca Tobias, a luta urbana exige um trabalho contínuo de mobilização e enfrentamento, sem garantias de vitórias imediatas:

A gente já perdeu muita ocupação, já enfrentou despejo, já viu famílias sendo jogadas na rua. Mas cada luta deixa uma marca, cada ocupação fortalece a consciência coletiva. O que importa é que a gente não desiste, que a gente continua construindo caminhos para a transformação social. (Tobias, 2024)

Esse processo de construção contínua reflete o conceito de “aprendizado na luta”, no qual a mobilização não apenas busca conquistas materiais, mas também fortalece a consciência política dos sujeitos envolvidos. Essa perspectiva dialoga com a ideia de Paulo Freire (1987) sobre a educação popular, na qual o aprendizado se dá na prática, por meio da ação coletiva e do enfrentamento às desigualdades.

Embora as ações diretas sejam uma marca do MTD, o movimento também investe em estratégias institucionais e de incidência política, buscando influenciar políticas públicas e garantir direitos sociais. Como explica Nilson, essa atuação não significa abrir mão da autonomia do movimento, mas sim disputar espaços estratégicos para fortalecer a luta popular:

A gente não pode depender do Estado, mas também não pode ignorar que muitas das nossas conquistas vêm da luta dentro das instituições. Então, a gente participa de conselhos, discute orçamento público, pressiona governo. Mas sempre com autonomia, sem se vender para ninguém. (Nilson, 2024)

Essa estratégia reflete uma concepção de luta que combina pressão popular com disputa política, reconhecendo que mudanças estruturais exigem uma atuação multifacetada. Essa abordagem está alinhada com a teoria das estruturas de oportunidade política, de Sidney Tarrow (1997), que aponta como os movimentos sociais podem aproveitar momentos de abertura política para ampliar seu impacto e consolidar suas reivindicações.

Para Tobias, essa combinação de estratégias é essencial para garantir que a luta do MTD não se limite a resistências pontuais, mas contribua para a construção de um projeto político mais amplo:

A gente não luta só para melhorar um pouco a vida das pessoas. A gente luta para transformar a estrutura da sociedade. E para isso, a gente tem que atuar em várias frentes: nas ruas, nos territórios, nos espaços institucionais. Onde der para avançar, a gente vai avançar. (Tobias, 2024)

As formas de luta do MTD refletem uma estratégia que busca combinar ação direta, organização comunitária e incidência política para enfrentar desigualdades estruturais e construir alternativas concretas para a classe trabalhadora. Como observam Tilly (2008) e Tarrow (1997), os movimentos sociais precisam se adaptar constantemente às mudanças no cenário político e social, garantindo que suas estratégias permaneçam eficazes e conectadas às demandas da base.

Nesse sentido, a luta do MTD não se limita à resistência, mas também à construção de um projeto popular que fortaleça a autonomia das comunidades e amplie sua capacidade de transformação social.

2.2.3 Bases organizativas: princípios, valores e diretrizes do MTD

A organização dos movimentos sociais é um elemento fundamental para a construção de estratégias de mobilização e para a consolidação de suas pautas. No caso do MTD, sua estrutura busca articular lutas locais a um projeto político mais amplo. No entanto, a forma como esses princípios se concretiza na prática varia conforme os desafios enfrentados em cada território e as dinâmicas próprias da mobilização coletiva.

Segundo a cartilha do MTD, o movimento se apresenta como uma organização baseada em princípios, valores e diretrizes que moldam sua identidade, sustentam suas práticas e orientam suas ações (MTD, [s.d], p. 19-23). Esses elementos, como a solidariedade, a democracia participativa e a unidade de ação, são descritas como ferramentas estratégicas para fortalecer os laços comunitários e garantir coesão interna, permitindo que suas estratégias conectem as demandas concretas das comunidades locais a objetivos políticos mais amplos e transformadores (MTD, [s.d], p. 19-23). Entretanto, a análise empírica permite questionar em que medida essa estruturação idealizada corresponde à realidade dos territórios e como os militantes lidam com os desafios concretos que emergem no processo de mobilização.

A pandemia de COVID-19 representou um desses momentos de inflexão, quando o cenário político se tornou instável e as necessidades das comunidades periféricas aumentaram significativamente. Nesse contexto de crise, o MTD não apenas reagiu às carências emergenciais, mas também foi capaz de perceber uma oportunidade política. A crise revelou não apenas as falhas do Estado, mas também as fragilidades da estrutura política e social que marginaliza as periferias. Em momentos como esses, o MTD soube

se antecipar e se adaptar estrategicamente, transformando a crise sanitária em uma oportunidade de reforçar sua presença e organização nos territórios, ampliando sua base social e tornando-se uma alternativa à falta de respostas adequadas por parte das instituições.

Esse tipo de adaptação estratégica é um exemplo claro de como o MTD aplica a teoria das oportunidades políticas de Goodwin e Jasper (1999), que argumentam que as oportunidades políticas não são apenas "dados" no ambiente, mas que as organizações sociais também têm a capacidade de perceber e reagir a essas oportunidades. Para o MTD, momentos de crise não são apenas períodos de resistência, mas também de reorganização e avanço. A campanha Periferia Viva, por exemplo, foi uma resposta direta a uma crise, mas ao mesmo tempo uma forma de ampliar o alcance político do movimento, criando espaços de mobilização, organização e formação política que iam além da simples ajuda emergencial.

A pandemia, portanto, não apenas evidenciou a necessidade de uma resposta de emergência, mas também se apresentou como um momento de abertura para que o MTD fortalecesse suas bases, ampliasse suas redes de solidariedade e alavancasse suas práticas políticas. Isso demonstra que o movimento não apenas reage às oportunidades, mas também se antecipa a elas, adaptando sua atuação de acordo com o que o contexto exige. A adaptação do MTD durante a pandemia exemplifica como ele pode transformar momentos de crise em um impulso estratégico para reforçar suas lutas e consolidar sua posição política.

A campanha Periferia Viva, organizada pelo MTD em 2020, exemplifica essa capacidade de adaptação estratégica. Inicialmente voltada à distribuição de alimentos e materiais de higiene, a iniciativa não se limitou ao assistencialismo emergencial, mas criou espaços de debate e articulação comunitária. Conforme relatado no Brasil de Fato (2020a), a campanha fortaleceu redes de apoio e potencializou a mobilização política das periferias, reafirmando que *"solidariedade não é caridade, é construção de força coletiva"*. Esse processo reforçou o papel do MTD como uma organização capaz de transformar crises em oportunidades de reorganização social e resistência política.

Essa leitura do contexto dialoga com a teoria das oportunidades políticas de Goodwin e Jasper (1999), que afirmam que essas oportunidades não são dadas de forma objetiva, mas dependem da maneira como os atores sociais percebem e reagem ao ambiente político (Goodwin e Jasper, 1999, p. 33). No caso do MTD, essa perspectiva se materializou na forma como o movimento traduziu programas sociais e políticas

emergenciais em instrumentos de organização comunitária. Além disso, a mobilização durante a pandemia mostrou como a solidariedade pode operar como um vetor de formação política e fortalecimento das lutas populares.

A solidariedade, aliás, é um dos princípios centrais do MTD e se manifesta como mais do que um ato pontual de assistência. No movimento, ela se conecta a um horizonte de transformação social que busca fortalecer as resistências já existentes nos territórios. Entre os princípios destacados na cartilha do MTD, o amor ao povo e o cuidado coletivo são fundamentais, pois enfatizam que a atuação do movimento ocorre em sintonia com as lutas locais, reconhecendo e potencializando a organização popular (MTD, [s.d.], p. 15). O cuidado e a solidariedade, assim, não se restringem a ações emergenciais, mas visam criar laços comunitários duradouros que promovam autonomia e fortalecem a organização dos trabalhadores e trabalhadoras (MTD, [s.d.], p. 18).

Como explica Susy, militante do MTD no Sol Nascente, a prática da solidariedade é um dos fatores que fortalecem a adesão das pessoas ao movimento:

A gente não está ali só para falar de política ou de protesto. A gente está ali porque acredita que ninguém deve passar fome, que todo mundo merece viver com dignidade. Foi isso que me trouxe para o movimento. A solidariedade real, a que a gente vê no dia a dia, não só no discurso. (Susy, 2024)

Porém, essa solidariedade não é um fim em si mesma. Para Tobias, a solidariedade precisa estar vinculada à organização popular e à formação política:

A gente sempre fala que a luta não é só para garantir o que falta hoje, mas para mudar as coisas de forma estrutural. Por isso, a gente combina a ação direta com formação política. A solidariedade não é um fim em si mesma, ela é um caminho para organizar e fortalecer a classe trabalhadora. (Tobias, 2024)

Além disso, o feminismo popular adotado pelo movimento compreende a necessidade de reconhecer as opressões estruturais enfrentadas por mulheres periféricas e racializadas. Como explica André, militante do MTD:

O feminismo popular vai partir da compreensão desse sujeito, no caso, a mulher periférica, a mulher preta, mas também compreendendo que a mulher periférica não preta também tem seus desafios enquanto sujeito. O movimento tem a bandeira feminista e compreende o feminismo popular como um horizonte de luta, assim como a luta do movimento negro. (André, 2024)

Por fim, o princípio da democracia participativa estrutura a tomada de decisões no MTD, priorizando o diálogo e a construção coletiva, evitando soluções imediatistas que

não permitam um debate aprofundado (MTD, [s.d], p. 26). Como aponta Nilson, liderança do MTD, essa autonomia é essencial para que o movimento mantenha sua coerência política e seu compromisso com a base:

Nosso compromisso é com o povo. A gente não pode se deixar capturar por interesses de governos ou partidos. A autonomia garante que a nossa luta seja construída pela base, sem que nossas decisões fiquem reféns de negociações que não nos representam. (Nilson, 2024)

Dessa forma, os princípios e valores do MTD estruturam a identidade do movimento, mas sua aplicação concreta nos territórios depende de fatores diversos, incluindo as dinâmicas locais de mobilização e os desafios enfrentados pela organização. O movimento se equilibra entre resistir às opressões e construir alternativas concretas, demonstrando que sua base organizativa é dinâmica e constantemente tensionada entre teoria e prática.

2.2.4 Entre o nacional e o local: tensões e adaptações na práxis organizativa

O estudo do Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD) revelou um percurso de construção política que não se dá de forma linear, tampouco homogênea. O movimento emerge de um cenário de profundas transformações no mundo do trabalho e nas formas de organização popular, marcado pela intensificação das políticas neoliberais e pela crescente precarização das condições de vida nas periferias urbanas. Como resposta a esse contexto, o MTD constrói uma trajetória que combina resistência e reinvenção, enraizando-se nos territórios a partir da escuta, da solidariedade e da mobilização coletiva.

Ao longo deste capítulo, foi possível compreender que a força do MTD reside justamente na sua capacidade de adaptação às realidades concretas das comunidades em que atua. Seus repertórios de ação, longe de se limitarem à reprodução de práticas consolidadas, expressam uma criatividade política que articula formação, ação direta e estratégias institucionais. Inspirado por outras experiências do campo popular, mas sem se restringir a modelos preexistentes, o MTD constrói sua própria identidade organizativa, alimentada por lutas que partem da base, ganham densidade no território e projetam um horizonte coletivo mais amplo.

Como evidenciado nas entrevistas e documentos analisados, o movimento não se propõe a ser portador de respostas prontas, mas atua como catalisador de processos de conscientização e construção de alternativas. Essa concepção está expressa no próprio poema “Meu Direito”, que abre este capítulo e ecoa ao longo de sua argumentação. Nele, a denúncia das ausências se converte em proposição: criar, juntar-se, lutar, construir. É nessa práxis que o MTD se reconhece — não como salvador, mas como parte das lutas que já existem e que precisam de organização para florescer.

Ainda que enfrente desafios concretos, desde a exaustão cotidiana até a descrença na política institucional, o movimento se mantém como espaço de formação e articulação política, apostando na organização coletiva como instrumento de transformação. A organicidade do MTD, articulada por meio dos Grupos de Base, revela-se não apenas como estrutura, mas como método de luta, que valoriza a construção democrática e o protagonismo das trabalhadoras e dos trabalhadores.

A trajetória do MTD evidencia sua capacidade de transformar demandas locais em práticas concretas que se conectam a um projeto político mais amplo. No entanto, essa atuação não é uniforme: a mobilização nos territórios exige adaptações constantes, que ultrapassam as diretrizes nacionais e respondem às especificidades locais. Essa flexibilidade não se limita a uma estratégia de adaptação, mas expressa uma conexão profunda com as histórias e necessidades das comunidades em que o movimento atua. Cada ação, seja um mutirão, uma campanha de arrecadação ou a reivindicação de políticas públicas, transcende o caráter imediato da mobilização, contribuindo para a construção de vínculos comunitários e o fortalecimento de uma luta coletiva por justiça.

O MTD, ao articular suas práticas de resistência, busca não apenas responder às exclusões sociais, mas também criar alternativas de transformação. Suas ações refletem uma tentativa de reconfigurar as estruturas que moldam a vida nas periferias, por meio da solidariedade, da ação coletiva e da organização popular. Nesse processo, o MTD se insere em uma dinâmica de resistência que não se limita a reagir às crises, mas que busca transformar continuamente as relações de poder e os contextos sociais, promovendo formas concretas de atuação voltadas à melhoria da vida nas margens das cidades.

Neste capítulo, foi possível observar como o MTD reformula seu papel ao longo do tempo, ampliando suas pautas e fortalecendo sua identidade como um movimento popular de caráter nacional. Essa trajetória, atravessada por tensões, contradições e aprendizados, evidencia que a luta por direitos nas periferias urbanas não é uma resposta

imediate às urgências do presente, mas uma construção histórica e cotidiana, feita a muitas mãos.

O MTD se inscreve, assim, na tradição dos movimentos que não apenas resistem, mas reinventam os caminhos da política a partir do chão da vida. Ao compreender sua estrutura, estratégias e identidade política, este capítulo buscou lançar luz sobre as potências e os limites da mobilização popular no Brasil contemporâneo.

A partir de agora, o foco da análise se desloca para uma experiência territorial específica: o Sol Nascente. Enquanto até aqui o olhar privilegiou o movimento em sua dimensão nacional, o próximo capítulo examina como seus princípios se enraízam e ganham corpo nas lutas concretas por direitos. Com base na lente do Direito Achado na Rua, discute-se se, e de que forma, as práticas do MTD tensionam relações de poder, promovem disputas pelo direito e ressignificam as demandas comunitárias no território. Trata-se, portanto, de acompanhar o MTD em seu percurso do princípio à práxis, da estrutura à ação, da política à vida cotidiana.

3 DIREITO QUE NASCE DA LUTA: O MTD NO SOL NASCENTE E A PRÁXIS POPULAR DO DIREITO ACHADO NA RUA

O Filho do Amparo

Na mesma faculdade onde eu varria o chão
 E lavava banheiro
 Eu me graduei e arrumei outro emprego
 Agora minha capacitação profissional
 Não se restringe a serviço braçal
 Porém ainda refém da segregação social
 Minha qualificação profissional de nada vale
 Quando olham meu endereço
 — Tarcísio Pinheiro, 2021, p. 10¹²

Este capítulo se debruça sobre a experiência do MTD no Sol Nascente, compreendendo o território como espaço vivo de contradições e a luta coletiva como força propulsora de novos sentidos de justiça. A partir da escuta das práticas, das falas e dos gestos de quem vive e resiste nas margens, busca-se entender como o direito pode nascer da luta, enraizando-se nas relações e nas mediações cotidianas que conformam a vida comum.

A análise proposta retoma, agora em sua dimensão empírica, os três elementos interligados que sustentaram a investigação: o território como espaço de contradição e mobilização; os sujeitos como protagonistas da produção de novos sentidos de justiça; e as práticas concretas como mediações vivas entre a vida comum e a criação de direitos. Esses pilares, inspirados na proposta de José Geraldo de Sousa Júnior sobre o Direito Achado na Rua, atravessam a experiência do MTD no Sol Nascente, permitindo compreender como a luta se organiza, se reinventa e se enraíza a partir das margens.

Inspirada nos fundamentos do Direito Achado na Rua, essa análise parte da ideia de que o direito não se resume à norma estatal, mas se constrói no confronto com a exclusão e na reinvenção das formas de viver com dignidade. O MTD, em sua atuação no Sol Nascente, oferece um exemplo concreto dessa práxis popular: ao mobilizar comunidades, instaurar vínculos e organizar respostas coletivas às urgências do território, o movimento evidencia que a justiça também se constrói de baixo para cima, como criação coletiva que atravessa o corpo, a memória e a rua.

¹² Trecho do poema O Filho do Amparo, de Tarcísio Pinheiro Castro, publicado no livro *Sou Hip Hop, Hip Hop Soul*. Samambaia - DF: Edições Kisimbi, 2021, p. 10.

Essa concepção, no entanto, contrasta com a visão tradicional que ainda predomina no campo jurídico, onde o direito é frequentemente compreendido como um conjunto de normas formais, restrito à legislação e aos códigos estatais. Essa leitura ignora as dinâmicas sociais que o produzem e o transformam, reforçando a ideia de que o direito se resume à sua manifestação normativa. Ao longo desta pesquisa, entretanto, tornou-se evidente que essa perspectiva limitada não dá conta da complexidade do fenômeno jurídico quando observado em sua dimensão concreta.

Conforme propõe José Geraldo de Sousa Júnior (2008), em sua tese sobre o *Direito Achado na Rua*, o direito não nasce exclusivamente nos tribunais ou na legislação, mas emerge das lutas sociais, das experiências de resistência e das práticas cotidianas dos sujeitos que constroem sentidos próprios de justiça (p. 5-6).

A partir dessa perspectiva, movimentos populares como o MTD mobilizam coletivamente as comunidades, reivindicam direitos e instauram novas práticas jurídicas enraizadas em sua realidade concreta. A experiência do MTD no Sol Nascente sugere que a mobilização popular não apenas reivindica direitos já reconhecidos, mas também participa da produção social do direito. Para compreender como isso se materializa no território, é necessário considerar as relações de poder, os limites institucionais e os obstáculos enfrentados pelo movimento.

A concepção do direito como fenômeno dinâmico e socialmente construído, que serve de base para esta análise, foi formulada por Roberto Lyra Filho entre o final dos anos 1970 e meados dos anos 1980, em um contexto ainda marcado pela ditadura civil-militar. Sua formulação crítica foi ousada ao afirmar que o direito não pode ser reduzido à norma jurídica, pois esta seria apenas sua forma, enquanto o conteúdo do direito nasce das práticas sociais e da luta por emancipação. Essa perspectiva afirma o direito não como coisa feita, mas como processo vivo, que se constrói no corpo a corpo com a realidade, e que emerge das experiências históricas de resistência e organização coletiva. Como sintetizou Lyra Filho: “o Direito é o conteúdo. Ele se forma antes de ser condicionado na norma jurídica. Essa perspectiva afirma o direito não como coisa feita, mas como processo vivo, que se constrói no corpo a corpo com a realidade, e que emerge das experiências históricas de resistência e organização coletiva.

Essa formulação encontra continuidade no projeto *O Direito Achado na Rua*, lançado em 1987 por José Geraldo de Sousa Júnior, que esteve ao lado de Lyra Filho na construção da chamada Nova Escola Jurídica Brasileira. Como relata o autor, a convivência acadêmica entre ambos teve início em 1978, quando Lyra passou a orientá-

lo no mestrado na Universidade de Brasília — momento em que o projeto começou a ser gestado, já como uma proposta de extensão crítica ao direito dogmático. Após o falecimento de Lyra, em 1986, o curso foi estruturado por Sousa Júnior e publicado no ano seguinte, ganhando, nos anos posteriores, projeção nacional a partir do trabalho desenvolvido no Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos da UnB (SOUSA JÚNIOR, 2008, p. 16; p. 28-30).

Como projeto que emerge da práxis, o Direito Achado na Rua se propõe a tensionar o campo jurídico tradicional, deslocando o eixo da produção do direito para os espaços coletivos de luta e organização popular. Seu fundamento originário é político: nasce como resposta à exclusão, à violência institucional e à negação cotidiana de direitos. Ao reconhecer as práticas sociais como fontes legítimas de produção jurídica, essa proposta afirma uma nova forma de entender a produção do direito, na qual os sujeitos historicamente marginalizados passam a se enunciar como produtores de novos sentidos de justiça, mesmo fora das vias institucionais. É com base nessa concepção que se analisa a experiência do MTD no Sol Nascente: não como destinatário de direitos, mas como força viva de criação jurídica insurgente.

Além de propor uma ruptura com o positivismo jurídico, Lyra Filho também questionava os próprios limites da pesquisa em Direito, ao apontar que o modo como se recorta o objeto jurídico já expressa uma ontologia excludente, descolada da realidade dos oprimidos. Como afirmou em conferência proferida em 1984: “Nunca vi reconhecerem, no trabalho de campo, um Direito *praeter, supra* ou *contra legem* e muito menos descobri um verdadeiro e próprio Direito dos espoliados e oprimidos” (Lyra Filho, 1984, p. 14). A crítica permanece atual e ressoa nas experiências analisadas nesta dissertação, nas quais o MTD reinventa a produção jurídica a partir da periferia, desafiando os parâmetros normativos estabelecidos.

Além de propor uma ruptura com o positivismo jurídico, Lyra Filho também questionava os próprios limites da pesquisa em Direito, ao apontar que o modo como se recorta o objeto jurídico já expressa uma ontologia excludente, descolada da realidade dos oprimidos. Lyra (1984) observou que “nunca vi reconhecerem, no trabalho de campo, um Direito *praeter, supra* ou *contra legem* e muito menos descobri um verdadeiro e próprio Direito dos espoliados e oprimidos” (p. 14). Ao destacar essa ausência, o jurista denuncia a invisibilização dos direitos forjados nas práticas sociais de resistência, que não se enquadram nas formas jurídicas convencionais. Essa crítica se mostra atual e ressoa nas experiências analisadas nesta dissertação, nas quais o MTD, ao atuar a partir da

periferia, contribui para reinventar a produção jurídica, tensionando os parâmetros normativos estabelecidos e instaurando práticas que expressam novos sentidos de justiça.

Ao longo da pesquisa, observou-se que a atuação do MTD tensiona as normativas estatais e busca consolidar novas práticas jurídicas no território. No Sol Nascente, suas estratégias são apropriadas, adaptadas e ressignificadas localmente, mas sua capacidade de gerar transformações estruturais ainda depende de múltiplos fatores, como as dinâmicas de poder e os desafios específicos da região. Sob a lente do Direito Achado na Rua, esse processo se revela como campo de disputa jurídica e social, no qual a mobilização popular não apenas reivindica direitos, mas também instaura práticas que expressam novas normatividades.

Essa concepção se conecta de forma significativa com aspectos da realidade do Sol Nascente, um território marcado por desigualdades históricas profundas e ausência de políticas públicas eficazes. Nesse cenário, o MTD atua na organização comunitária e na luta por direitos, embora sua presença na região varie, sendo mais forte no Trecho III, onde a mobilização já está mais consolidada e as ações coletivas possuem maior impacto. Para analisar como essas práticas se relacionam com a ideia de um direito insurgente, é fundamental observar a experiência concreta do MTD no território.

É sob esse olhar que se compreende a trajetória do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direito no Distrito Federal. Sua atuação no Sol Nascente, analisada ao longo deste capítulo, revela como as práticas coletivas e a mobilização popular podem instaurar novas formas de organização e produção de direitos no cotidiano.

Neste capítulo, serão analisadas as formas de mobilização do MTD no Sol Nascente a partir de dois eixos interligados: a solidariedade ativa como forma de entrada no território e as práticas culturais enquanto expressão de educação popular e produção de direitos. Essas experiências permitem observar como o movimento mobiliza e adapta suas estratégias de luta por direitos em meio às transformações do território, reorganizando seus vínculos e construindo redes que enunciam, na prática, sentidos coletivos de justiça. O percurso inicia-se pela solidariedade ativa, destacando como, no Sol Nascente, a escuta, o cuidado e a presença cotidiana se tornam elementos centrais para a construção de vínculos e da legitimidade do movimento junto às comunidades.

3.1 Solidariedade ativa como estratégia de mobilização popular

A atuação do MTD no Distrito Federal teve início em 2004, com a articulação de famílias em situação de vulnerabilidade em torno da luta pelo direito à moradia. De acordo com o movimento, essas mobilizações deram origem a ocupações em áreas semiurbanas, onde não se reivindicava apenas um espaço para viver, mas também meios para produzir alimentos e cultivar autonomia (Tobias, 2024).

Essa mobilização popular pode ser interpretada, à luz da Filosofia Jurídica desenvolvida por Roberto Lyra Filho, como um exemplo de práxis jurídica em que a concepção de direito se desloca da norma estatal para a vivência concreta da carência. O direito, nesse contexto, passa a ser produzido nas experiências coletivas de enfrentamento à exclusão, experiências que, ao mesmo tempo, revelam e contestam a filosofia implícita das formas jurídicas dominantes. Como aponta Lyra (1982a), essa filosofia implícita opera através de crenças não refletidas que legitimam a normatividade hegemônica, ocultando as possibilidades de outras formas legítimas de organização jurídica (p. 147-169). O que o MTD realiza, portanto, não é apenas uma reivindicação institucional, mas uma reorganização simbólica e material dos sentidos de justiça e de direito, ancorada na práxis dos sujeitos coletivos.

Em 2019, segundo os relatos dos militantes, o movimento passou por uma reavaliação estratégica, motivada pelo agravamento dos conflitos nos territórios de Sobradinho/DF e Planaltina/DF. A presença do tráfico de drogas nessas regiões tornou inviável a permanência do movimento, colocando em risco as famílias envolvidas. Essa decisão foi marcada por desafios e tensões, como explica Tobias, coordenador do MTD no Distrito Federal:

Em 2019, estávamos num momento do MTD/DF em que baixamos bandeira de duas ocupações nossas ali para o lado de Sobradinho e Planaltina porque o tráfico de drogas tomou as ocupações e ficou inviável o trabalho ali. A nossa presença nas ocupações aumentava o risco das famílias, pois ficava um espaço de disputa e conflito. Então, as famílias que se colocavam de um lado ou de outro eram ameaçadas, então tomamos a decisão de baixar a bandeira e renunciar a um trabalho que construíamos desde 2004 ali, enquanto movimento, por conta dessa situação. (Tobias, 2024)

Para o movimento, essa retirada não representou um retrocesso, mas uma reorganização estratégica com o objetivo de preservar a integridade das famílias e reorientar a atuação em outros territórios. A partir dessa reorientação, o MTD passou a

fortalecer sua presença em áreas periféricas estratégicas, estabelecendo vínculos com novas comunidades e se articulando com redes locais.

Esse redirecionamento estratégico pode ser lido, em chave dialética, como expressão do que Lyra Filho (1982a), compreende como o entrelaçamento entre teoria e prática na produção do conhecimento jurídico (p. 147-169). Ao reorganizar sua atuação em novos territórios em resposta a uma realidade concreta que impôs limites à sua presença anterior, o MTD reformula seus métodos e prioridades. Trata-se de uma práxis que exige reconfigurações constantes, conforme as condições históricas e sociais do território.

Foi nesse contexto que o Sol Nascente passou a ser reconhecido pelos militantes como um território com forte potencial de mobilização popular. Com histórico de luta comunitária e marcada por desigualdades estruturais, a região oferecia condições para a aproximação com lideranças locais e coletivos já atuantes. Ao invés de apresentar projetos prontos, o movimento optou por escutar as demandas concretas da comunidade. Antes mesmo da política de solidariedade que ganharia corpo na pandemia, o MTD iniciou sua atuação na Casa da Mãe Natureza, com atividades de reforço escolar e alfabetização. Tobias relembra:

Nosso primeiro trabalho no Sol Nascente foi ali na Casa da Mãe Natureza. A gente começou com reforço escolar, porque ali era um lugar que recebia muitas crianças. Depois, percebemos que precisávamos trabalhar também com os pais, então, junto com o Centro de Educação Paulo Freire, passamos a oferecer alfabetização para jovens e adultos. Era um jeito de fortalecer a comunidade antes mesmo de estruturar ações maiores do movimento. (Tobias, 2024)

Além da alfabetização e do reforço escolar, o movimento logo percebeu a necessidade de ampliar suas frentes de atuação, criando espaços de diálogo e formação política com os jovens da comunidade. Na memória do militante Tobias:

A gente foi vendo que o Sol Nascente tem uma juventude que quer se organizar, que quer mudar a realidade do território. Então, começamos a puxar rodas de conversa, discutir os problemas da quebrada e pensar alternativas coletivas. Isso ajudou a formar os primeiros militantes do MTD ali no Sol Nascente, gente que queria construir um futuro diferente e que passou a somar na luta do movimento. (Tobias, 2024)

A experiência inicial com a educação comunitária permitiu que o MTD estabelecesse laços com a população local e compreendesse melhor as demandas do território. Esse processo abriu caminhos para a ampliação das atividades do movimento.

A partir desse vínculo, o MTD passou a atuar também na articulação de redes de solidariedade e em iniciativas voltadas à geração de renda. Com isso, integrou redes mais amplas de articulação popular, o que ampliou sua inserção territorial e fortaleceu alianças estratégicas.

Esses gestos concretos de solidariedade — e não apenas discursos ou projetos prontos — abriram caminho para que o MTD fosse reconhecido como um aliado legítimo da comunidade. Segundo André, que acompanhou essa transição:

Quando o MTD começou a se territorializar no Sol Nascente, eu fiquei com a tarefa... se chama de tarefa, né? Mas eu fiquei com essa função ali, enquanto Levante Popular da Juventude, de apoiar as políticas de solidariedade. E essa foi, de fato, uma entrada do MTD no Sol Nascente. (André, 2024)

A entrada do MTD no território foi fortalecida pela participação na Brigada Nacional do Congresso do Povo, uma articulação que reunia organizações populares alinhadas ao mesmo campo político do movimento, conectando diferentes coletivos na luta por direitos e resistência nos territórios periféricos (Tobias, 2024).

No Distrito Federal, essa rede incluía o MST, a CMP, o Levante Popular da Juventude e coletivos locais, como a Casa da Mãe Natureza, promovendo articulações estratégicas e ampliando as mobilizações na região. Tobias explica:

A gente diz que nunca vai só, sempre vai em boa companhia. Estávamos dentro de uma articulação chamada, na época, Brigada Nacional do Congresso do Povo, que reunia organizações populares em todo o Brasil e, no DF, envolvia a CMP - Central de Movimentos Populares, o Levante Popular da Juventude, o MST e o MTD. Esses eram os quatro coletivos coordenando esse trabalho. Em cada uma dessas cidades, existiam coletivos locais que se somavam também, como a Família Hip Hop lá em Santa Maria, o PT Regional de Santa Maria, na Estrutural a cooperativa de catadores, coletivos de cultura e socioambientais em Ceilândia, e no Sol Nascente, fundamentalmente, a Casa da Mãe Natureza. (Tobias, 2024)

Sob a perspectiva do Direito Achado na Rua, essa trajetória permite compreender a solidariedade não como caridade, mas como práxis transformadora. Conforme argumenta Sousa Júnior (2008), os movimentos sociais produzem direitos a

partir de suas práticas e experiências compartilhadas, instaurando novas formas de sociabilidade e normatividade insurgente (p. 268-270).

Essa produção jurídica, enraizada na vida concreta, implica uma mudança de olhar sobre a carência: o que antes era percebido como privação natural passa a ser reconhecido como a negação de um direito. Como ressalta Sousa Júnior (2002), ao citar Eder Sader, “a consciência de seus direitos consiste exatamente em encarar as privações da vida privada como injustiças no lugar de repetições naturais do cotidiano”, e é nesse processo de tomada de consciência que os sujeitos constroem novas referências normativas por meio da luta coletiva (Sousa Júnior, 2002, p. 61).

Ainda segundo Sousa Júnior (2002), o sujeito coletivo de direito surge da politização dos espaços da vida cotidiana e da capacidade dos movimentos sociais de criarem direitos a partir de suas próprias práticas. Para o autor, “a originalidade destas lutas por direitos diz respeito precisamente ao caráter coletivo do sujeito de direito, o qual não deve ser confundido com os interesses difusos de sujeitos individuais, nem com o sujeito ainda individualizado dos direitos individuais homogêneos, definidos como os de origem comum” (p. 61).

Essa leitura se amplia na proposta de *O Direito Achado na Rua*, que propõe um olhar atento aos processos sociais em que os sujeitos coletivos se organizam, criam normas e instauram sentidos próprios de justiça. Ao deslocar o centro da produção jurídica para as práticas populares, essa proposta desafia o monopólio estatal do direito e afirma o pluralismo jurídico como campo legítimo de elaboração normativa (Sousa Júnior, 2002, p. 65). Nesse sentido, o pluralismo jurídico deixa de ser apenas uma constatação empírica da coexistência de múltiplas ordens normativas e passa a ser reconhecido como um campo de disputa política e simbólica, no qual se afirma a legitimidade dos direitos que nascem da experiência social. O Direito, assim, não se esgota nas normas do Estado, mas se manifesta também nas práticas de resistência, nas formas de organização popular e nas construções jurídicas que emergem do cotidiano das lutas sociais (Sousa Júnior, 2002).

É nesse horizonte que se insere a experiência do MTD no Sol Nascente: não como receptor de direitos preexistentes, mas como produtor de novos referenciais normativos, enraizados na realidade vivida e nas formas coletivas de organização que desafiam a exclusão.

A partir das falas dos militantes é possível perceber que a Casa da Mãe Natureza foi central nesse processo, servindo como ponto de apoio para a atuação do MTD e facilitando sua articulação com lideranças comunitárias já atuantes no Sol Nascente. O vínculo estabelecido ali possibilitou a ampliação das ações educativas e organizativas do movimento, consolidando um espaço de resistência territorial.

Com o aprofundamento da atuação do MTD no Sol Nascente, o território passou a ocupar um lugar central na mobilização do movimento no Distrito Federal. Durante a pandemia da COVID-19, a crise social agravou a fome e a insegurança alimentar nas periferias, exigindo respostas emergenciais. Nesse contexto, o MTD intensificou sua presença na região, articulando redes de apoio solidário e estreitando seus vínculos com a comunidade local. No entanto, sua atuação não se restringiu à assistência emergencial. Segundo os próprios militantes, a solidariedade ativa consolidou-se como um dos pilares da mobilização popular, dando sustentação a novas formas de luta por direitos e à organização enraizada no território. Essa experiência, ainda conforme o movimento, não apenas intensificou sua presença no Sol Nascente, como também fortaleceu o MTD como espaço coletivo de construção política, estruturado a partir das necessidades concretas da comunidade.

Com o fortalecimento do MTD no Sol Nascente, diferentes frentes de atuação foram estruturadas para responder às demandas da comunidade. Nos primeiros anos, algumas dessas iniciativas enfrentaram desafios, enquanto outras conseguiram estabelecer bases mais sólidas e se expandir. O militante Tobias relembra:

No Trecho II, o debate era sobre a creche. No Trecho III, construímos uma padaria popular. E no Trecho III conseguimos transformar essa padaria em Cozinha Popular. O trabalho no Trecho II depois flutuou bastante (...), no Trecho III, houve uma linha mais contínua. (Tobias, 2024)

Com o tempo, a atuação do MTD se expandiu para além das atividades educacionais, incorporando um projeto de alfabetização de jovens e adultos em parceria com o Centro de Educação Paulo Freire. Como relata Tobias:

Mais para frente, queríamos envolver não só as crianças, mas também os pais. E numa parceria com o Centro de Educação Paulo Freire, que faz um processo de alfabetização de jovens e adultos, idosos e trabalhadores, no método Paulo Freire, faz uma formação conosco da brigada. (Tobias, 2024)

A partir das entrevistas e observações de campo, percebe-se que a chegada do MTD ao território exigiu mais do que uma decisão organizativa. Embora o discurso do movimento enfatize a soma às lutas já existentes, sua inserção demandou tempo, negociações e ajustes internos, especialmente diante dos desafios estruturais e da constante disputa por direitos. Como destaca a cartilha do MTD:

A verdadeira solidariedade não se limita à assistência imediata, mas se materializa na organização coletiva e na capacidade das comunidades de se fortalecerem a partir da luta cotidiana. (MTD, s.d., p. 19)

Essa reflexão sugere que a solidariedade ativa, mais do que uma resposta pontual, desempenha um papel central na reconstrução de vínculos comunitários e no fortalecimento da luta por direitos. Trata-se, no entanto, de um processo heterogêneo, atravessado por contradições e demandas complexas de organização. A mobilização popular enfrenta desafios estruturais e conjunturais que exigem redes articuladas e estratégias sensíveis às realidades locais.

A experiência do MTD no Sol Nascente evidencia as contradições e desafios que envolvem a construção de alternativas econômicas em territórios periféricos. Nesse sentido, como já discutido a partir de Sousa Júnior (2008), trata-se de um exemplo de produção social do direito, no qual a luta por melhores condições de vida não se limita à reivindicação de direitos formalmente reconhecidos, mas impulsiona a criação de novas normatividades a partir da organização popular.

Sousa Júnior (2008) observa que a emergência do sujeito coletivo está diretamente ligada à forma como a carência social é vivenciada não apenas como privação, mas como negação de um direito, o que leva à mobilização e à luta para sua conquista (p. 271-272). Essa perspectiva reforça a ideia de que os movimentos sociais não apenas reivindicam direitos formalmente reconhecidos, mas também constroem novas normatividades a partir de suas práticas e da organização popular.

A construção de normas pelos movimentos sociais não significa necessariamente um rompimento com a institucionalidade, mas amplia os limites do que pode ser reconhecido como direito. Esse processo de transformação jurídica não se dá de forma linear, mas emerge de disputas e reivindicações enraizadas na realidade concreta das

periferias. Em momentos de crise, quando as desigualdades sociais e econômicas se aprofundam, essas mobilizações tendem a ganhar força, articulando assistência imediata e organização coletiva como resposta às urgências e como forma de resistência estruturante.

Essa dinâmica de produção de normas a partir da prática coletiva desafia o modelo jurídico hegemônico e sua pretensa universalidade abstrata. Para Lyra Filho (1982a), esse deslocamento revela a filosofia implícita do direito dominante e propõe a práxis como lugar legítimo de emergência de um novo saber jurídico (p. 147–169). Ao criar sentidos de direito a partir da realidade vivida, o MTD opera uma tensão entre a reorganização insurgente dos sentidos jurídicos e a crítica implícita da forma, tensionando os próprios limites do jurídico e alimentando, ao mesmo tempo, a ação coletiva e a reflexão teórica.

Essa práxis se aproxima da aposta de Lyra em um direito que se reinventa nas práticas sociais, apontando caminhos para uma reconstrução jurídica fundada na experiência concreta dos sujeitos historicamente marginalizados. Em vez de esperar pelo reconhecimento institucional, o que se vê é a produção direta de novos sentidos de justiça a partir da vida cotidiana.

É nesse contexto que se insere a Campanha Periferia Viva, compreendida aqui como uma iniciativa que consolida a solidariedade ativa e fortalece a resistência territorial. A experiência indica uma mudança de orientação estratégica do MTD, ao combinar ações emergenciais com o fortalecimento de vínculos comunitários e processos organizativos mais amplos.

Esse processo pode revelar que a luta do MTD no Sol Nascente não se limita à reivindicação de direitos reconhecidos pelo Estado, mas na produção social de novas normatividades, enraizadas nas práticas concretas da comunidade. Sob a perspectiva do Direito Achado na Rua, o direito não é apenas uma concessão estatal, mas uma construção coletiva que emerge da luta social. A organização de redes de solidariedade, o fortalecimento das comunidades e a criação de espaços autônomos de resistência não apenas reivindicam direitos existentes, mas instauram novas possibilidades normativas, construídas a partir da coletividade e da experiência concreta dos sujeitos mobilizados.

Segundo André, essa estratégia se materializou por meio da política de Solidariedade Ativa, inicialmente com a campanha "Nós por Nós, contra o Coronavírus", que posteriormente se expandiu para a campanha nacional Periferia Viva. A ação inicial

consistiu na distribuição de cestas básicas e cestas vivas do MST, compostas por alimentos sem agrotóxicos cultivados em assentamentos da reforma agrária e distribuídos por acampamentos organizados pelo movimento:

Nossa intenção não era apenas distribuir cestas, mas estabelecer um vínculo com as famílias e compreender melhor sua realidade. A partir dessa articulação, fomos coletando informações sobre as condições de vida da comunidade, o que nos ajudou a estruturar melhor nossas ações e consolidar nossa atuação nos Trechos II e III do Sol Nascente. (André, 2024).

Segundo o militante Tobias, o MTD não possuía tradição na doação de alimentos, e havia resistência interna à prática, considerada inicialmente assistencialista. Ele relembra:

Nunca tínhamos doado cestas na vida, até éramos contra. ‘Cesta! Meu Deus do Céu! (...)’ A gente sempre acreditou que a doação poderia reforçar uma relação hierárquica, colocando quem doa acima de quem recebe, num sentido assistencialista. Mas, com esse contato com as famílias do Sol Nascente, Santa Maria, Estrutural e Ceilândia, perguntamos: ‘O que é mais urgente agora?’. As famílias responderam: ‘Comida’. Então, quem determina para onde as organizações vão é a realidade concreta do nosso povo e não as cabeças das organizações. (Tobias, 2024)

A partir dessa escuta, o movimento passou a reorganizar a prática das doações como parte de uma estratégia de fortalecimento comunitário. Lideranças locais foram mobilizadas, demandas específicas foram mapeadas e a própria logística de distribuição foi estruturada de forma descentralizada. Materiais informativos eram entregues junto às cestas, introduzindo reflexões sobre direitos, saúde e organização coletiva.

De acordo com Tobias, os impactos ultrapassaram a segurança alimentar:

O impacto foi significativo. Conseguimos não apenas fornecer ajuda imediata com alimentos, mas também criar uma rede de solidariedade e apoio mútuo. Isso fortaleceu a coesão social e aumentou a confiança da comunidade no movimento. Além disso, começamos a introduzir a discussão sobre soberania alimentar, entregando cestas agroecológicas em parceria com o MST. Que alimento colocamos no prato? Porque nas cestas básicas vêm Ki' sucos, uns negócios que a gente olha e diz: isso aqui não é alimento. (Tobias, 2024)

Com a consolidação da Periferia Viva, o MTD ampliou sua atuação no Sol Nascente, diversificando as estratégias de mobilização e fortalecendo os vínculos territoriais. Segundo os relatos do movimento, a campanha contribuiu para iniciativas

como a formação de agentes populares de saúde, a criação de espaços comunitários e a construção de equipamentos de infraestrutura social.

A experiência da Periferia Viva demonstrou que, mais do que uma resposta emergencial, a solidariedade ativa tornou-se um eixo fundamental na estratégia do MTD, articulando assistência, formação política e mobilização comunitária. Além do impacto imediato na segurança alimentar, a campanha consolidou-se como um espaço de fortalecimento de lideranças locais e organização coletiva. A trajetória de Susy, atual coordenadora do MTD no Sol Nascente, expressa esse processo:

Eu entrei no MTD durante a pandemia. Comecei ajudando na entrega das cestas e depois fui me envolvendo mais com as reuniões e atividades. Aos poucos, fui assumindo mais responsabilidades. Hoje, sou coordenadora, mas tudo começou ali, com a solidariedade. (Susy, 2024)

A partir de um processo de inserção orgânica, que respeitou o tempo da comunidade e priorizou a escuta, o MTD foi construindo laços de confiança e ampliando sua base de atuação. A solidariedade, nesse contexto, deixou de ser apenas uma ação emergencial para se tornar uma prática política estruturante. Como reforça Tobias: “A solidariedade ativa não é só uma ação de emergência. Ela é parte do nosso método. É a partir dela que conseguimos nos aproximar das pessoas, escutar, construir junto. E isso é muito diferente de chegar com um projeto pronto.” (Tobias, 2024)

A atuação do MTD no Sol Nascente, portanto, permite compreender que práticas como a escuta ativa, a distribuição de alimentos e a formação de lideranças locais não são medidas pontuais, mas estratégias estruturantes de construção de vínculos e produção coletiva de direitos, especialmente em contextos de vulnerabilidade e ausência do Estado.

Nesse sentido, dialoga com a crítica de Lyra Filho (1982a), ao destacar que o direito não se reduz a uma estrutura normativa dada, mas é produto histórico da práxis social. O autor questiona a separação entre teoria e prática no campo jurídico, afirmando que o saber emancipatório emerge da experiência e da ação transformadora, em constante superação dos limites impostos pela ideologia dominante (p. 147-169).

3.1.1 A periferia viva e a força da solidariedade organizada

Lançada em abril de 2020, a Campanha Periferia Viva surgiu como uma articulação nacional entre movimentos populares do campo e da cidade, com o objetivo

de fortalecer a solidariedade ativa e incentivar a organização comunitária nos territórios periféricos diante da pandemia de COVID-19 (Brasil de Fato, 2020a). No Distrito Federal, conforme registros do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO-DF, 2020), a campanha reuniu organizações como o MST, o MTD e o Levante Popular da Juventude. Esses coletivos já atuavam em ações emergenciais por meio da frente “Nós por Nós contra o Coronavírus”, que viria a ser incorporada à Periferia Viva, consolidando uma rede local de apoio diante da crise sanitária e social.

Segundo Tobias (2024), militante do MTD no Distrito Federal, embora a Campanha Periferia Viva tenha sido um marco nacional, o movimento já possuía uma trajetória no Sol Nascente. Essa presença se aprofundou com a Campanha “Nós por Nós contra o Coronavírus”, uma articulação local organizada com o Levante Popular da Juventude, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília (DCE/UnB) e a Associação dos Docentes da UnB (ADUnB). Essa experiência, segundo ele, ampliou a presença do movimento na comunidade e impulsionou a mobilização para além da resposta emergencial à pandemia.

Já André Tavares observa que essa mobilização refletiu a política de Solidariedade Ativa do MTD, inicialmente centrada na distribuição de cestas básicas e cestas vivas do MST. Com o tempo, essa ação foi incorporada à Campanha Periferia Viva, fortalecendo redes comunitárias e o envolvimento dos moradores.

Segundo ele, a distribuição de alimentos não se limitava ao assistencialismo, mas visava estabelecer vínculos duradouros e compreender a realidade concreta das famílias:

Nossa intenção não era apenas distribuir cestas, mas estabelecer um vínculo com as famílias e compreender melhor sua realidade. A partir dessa articulação, fomos coletando informações sobre as condições de vida da comunidade, o que nos ajudou a estruturar melhor nossas ações e consolidar nossa atuação nos Trechos II e III do Sol Nascente (André, 2024)

A transição da campanha local para a articulação nacional não representou apenas expansão organizativa, mas também uma mudança estratégica. Esse fortalecimento ocorreu não apenas no campo institucional, mas sobretudo na relação direta com a comunidade.

Com base na mobilização promovida pela Periferia Viva, o movimento passou a enfatizar que a solidariedade ativa não deve se restringir a momentos de crise, mas deve ser um eixo permanente de organização territorial. Para André, essa estratégia reafirma a perspectiva do movimento de que direitos como segurança alimentar, moradia e

dignidade não dependem exclusivamente do Estado, mas podem ser conquistados e ampliados pela organização popular. Assim, a assistência imediata não deveria ser vista apenas como a doação de recursos, mas sim como um meio para fortalecer vínculos comunitários e impulsionar lutas locais.

Essa estratégia se refletiu na organização de ações voltadas ao acesso a alimentos saudáveis e na busca por mecanismos autônomos de assistência comunitária. Com o fortalecimento de algumas redes de apoio e a ampliação de sua atuação no território, o MTD buscou ir além da assistência emergencial, incentivando formas autônomas de organização comunitária e ampliando a luta pelo acesso a direitos. Assim, a solidariedade ativa revelou-se não apenas como resposta imediata à pandemia, mas como elemento estruturante da estratégia de resistência popular.

A trajetória do MTD no Sol Nascente, segundo entrevistas e documentos do próprio movimento, evidencia a complexidade da luta popular em territórios periféricos, onde a mobilização enfrenta desafios estruturais e conjunturais. No entanto, essa resistência não se restringe à presença de um grupo organizado, mas à capacidade dos moradores de darem continuidade à luta a partir de suas próprias referências e vivências.

A experiência indica que a luta popular não se limita à reivindicação formal de direitos, mas pode contribuir para sua efetivação na prática. Ainda que esse processo envolva desafios e tensões, ele abre caminhos para a construção de novas formas de organização social no território. Como argumenta Florestan Fernandes (1989), as transformações sociais dependem da capacidade dos setores populares de se articularem politicamente: "Se essa capacidade não se converter em dinamismo real, a sociedade brasileira se manterá bloqueada às transformações mais profundas, construtivas e promissoras" (p. 36).

Esse dinamismo, no entanto, não se restringe à esfera política. No campo jurídico, os processos analisados à luz do Direito Achado na Rua revelam como sujeitos coletivos criam normatividades próprias a partir da luta social, ressignificando o que se entende por direito e justiça nos territórios periféricos.

Essa abordagem reafirma que o direito não se reduz à norma estatal, mas emerge da experiência concreta e da organização dos sujeitos coletivos. Nesse processo, o direito cumpre uma função de mediação entre a realidade vivida e a institucionalidade, expressando-se como resultado das práticas sociais que tensionam e transformam os marcos jurídicos existentes. Essa mediação não é neutra, mas profundamente marcada

pelas contradições sociais, e se realiza como instrumento de luta e afirmação de novos sentidos de justiça.

Enquanto Florestan Fernandes destaca a mobilização popular como motor da transformação social, a perspectiva do Direito Achado na Rua aprofunda essa análise ao demonstrar como esses sujeitos, organizados em coletivos, formulam normatividades a partir de suas práticas.

Sob essa ótica, a produção social do direito não se limita à exigência de normas do Estado, mas envolve a criação de novas referências jurídicas baseadas na experiência comunitária. Como argumenta Lyra Filho (1982), "Direito e Moral não se confundem, mesmo que se expressem por normas radicalmente distintas, pois não é nas normas que tal diferença radica, mas nos conteúdos que são veiculados em normas de tão grande semelhança" (p. 57). Essa formulação ajuda a compreender a atuação do MTD como um espaço de disputa de significados jurídicos, no qual a luta popular não apenas busca reconhecimento formal, mas constrói normatividades alternativas enraizadas na realidade concreta das periferias.

Do ponto de vista teórico, o Direito Achado na Rua propõe que a produção do direito ocorre quando uma carência social passa a ser interpretada como a negação de um direito, impulsionando a organização coletiva para sua conquista (Sousa Júnior, 2008, p. 64-65). Esse processo não se restringe à demanda por normas estatais, mas implica a emergência de sujeitos coletivos que formulam novos referenciais normativos a partir de suas experiências e lutas.

No caso da Campanha Periferia Viva, segundo o MTD, suas ações não apenas responderam a demandas imediatas, mas também contribuíram para o fortalecimento de redes comunitárias e a criação de espaços de mobilização popular. Observa-se que, a partir da experiência vivida, a luta por segurança alimentar, moradia e dignidade não se limitou à assistência emergencial, mas foi consolidada coletivamente pelos moradores, articulando-se na afirmação de novos direitos e na construção de normatividades insurgentes.

Para Tobias, a campanha de solidariedade organizada pelo MTD durante a pandemia desempenhou um papel estratégico na formação de referências comunitárias. Na visão do movimento, o objetivo era estabelecer vínculos de longo prazo com as famílias atendidas, transformando a assistência emergencial em um instrumento de mobilização permanente.

Tobias ressalta que, segundo a estratégia do MTD, o cadastramento das famílias e a entrega de materiais informativos foram utilizados como formas de estimular a participação local e consolidar novas lideranças.

Passamos umas duas semanas organizando doações, articulando voluntários e pensando em como girar, pois não queríamos apenas doar. Então, fizemos um mapa e, quando doávamos, perguntávamos: ‘Você poderia ser uma referência no seu território?’ para fazer o cadastro dessas famílias e acompanhar as necessidades. Assim, fomos entregando aos poucos e inserindo panfletos e materiais de formação. Organizar referências locais foi fundamental para que a mobilização seguisse para além da assistência emergencial. (Tobias, 2024)

A atuação do MTD nesse processo reflete essa lógica, pois o movimento não apenas promove ações emergenciais, mas fomenta formas de organização popular que produzem novas referências de direito a partir das experiências comunitárias. Um exemplo concreto dessa dinâmica é o conceito das "estrelinhas", utilizado pelo movimento para se referir a lideranças que emergem no território a partir da participação em ações coletivas. Segundo a Cartilha do MTD, as "estrelinhas" são indivíduos que se destacam na comunidade, assumindo um papel central na organização das atividades e na mobilização popular (MTD, [s.d.], p. 25).

A luta do MTD no Sol Nascente, ao construir vínculos, ativar redes de solidariedade e fortalecer lideranças comunitárias, é expressão concreta dessa produção social de direito, enraizada nas condições materiais e simbólicas do território.

A atuação das chamadas “estrelinhas”, por exemplo, pode ser interpretada como manifestação viva daquilo que José Geraldo denomina sujeitos coletivos de direito: não se trata apenas de indivíduos que ocupam funções em um movimento, mas de pessoas que, a partir da experiência comum e da organização popular, passam a construir referências normativas próprias, afirmando o direito como prática emancipatória. Nessa perspectiva, o direito se faz no processo de libertação, como resultado de uma consciência crítica coletiva que se organiza em torno de demandas concretas (Sousa Júnior, 2008, p. 64=65).

Além disso, ao reconhecer a capacidade de criação de normas a partir das práticas sociais, a proposta do Direito Achado na Rua também se baseia em uma leitura ampliada da liberdade, conforme elaborada por Lyra Filho (1982) e aprofundada por José Geraldo. O direito, assim compreendido, não é a mera positivação estatal da norma, mas uma forma de ação transformadora, capaz de vincular diretamente as condições de vida à luta por

justiça social. Como afirma o autor, “o direito emerge do conflito, da luta e da prática social que tensiona os marcos do direito posto e afirma novas formas de regulação social” (Sousa Júnior, 2008, p. 146).

Sob essa ótica, a atuação do MTD durante a pandemia — especialmente por meio da Campanha Periferia Viva — vai além do assistencialismo e se insere como um processo pedagógico e político de produção de direitos a partir da solidariedade ativa. A mediação promovida pelo movimento não apenas conecta a realidade concreta às esferas institucionais, mas também transforma essa realidade, criando sentidos jurídicos próprios. Trata-se, portanto, de uma práxis jurídica em que o conhecimento e a experiência se entrelaçam, convertendo necessidades em direitos, e demandas em normatividades insurgentes.

Ao mobilizar conceitos como liberdade concreta, sujeitos coletivos e produção social do direito, o MTD exemplifica o que José Geraldo define como uma nova gramática jurídica insurgente, produzida nas ruas, nas cozinhas comunitárias, nas assembleias populares e nas redes de cuidado territorial. Essa gramática não apenas denuncia as ausências do direito estatal, mas expressa, na contramão da marginalização histórica, que é possível construir justiça a partir das próprias bases populares.

A trajetória de Susy, moradora do Sol Nascente e atual coordenadora do MTD no território, exemplifica a transformação da assistência em engajamento político. Segundo o movimento, ela iniciou sua relação como beneficiária das cestas da campanha e, com o tempo, passou a atuar em projetos ligados à cultura, segurança alimentar e direito à cidade. Ela relembra que no “início, eu só pegava a cesta. Mas um dia me disseram: ‘Você já é parte disso, você já está aqui com a gente’. E ali eu entendi: essa luta também era minha.” (Susy, 2024)

Entre as iniciativas em que Susy passou a atuar, destaca-se o projeto "Periferia Sem Risco", que busca soluções para minimizar os impactos das enchentes no Trecho III do Sol Nascente, onde ela reside. Ela descreve um episódio que marcou sua trajetória:

Aqui onde moro, no Trecho III, a parte mais baixa do Sol Nascente, quando chove recebemos toda a água de Ceilândia e QNQ. O fluxo da enxurrada é muito grande e isso afeta os moradores. Teve uma chuva forte que destruiu tudo, perdi minha despesa de dois meses, sofá, guarda-roupa. Meu vizinho teve que arrebentar a parede para a água escorrer. Foi desesperador, eu só chorava. Mas, naquele momento, algo mudou em mim. Olhei para os lados e vi que tinham famílias em situação ainda pior que a minha. Eu sabia que precisava fazer algo. (Susy, 2024)

O impacto direto das enchentes aprofundou essa consciência, evidenciando que os problemas enfrentados pela comunidade exigiam organização e mobilização coletiva. Esse engajamento a levou a contribuir ativamente para a construção de soluções comunitárias e, posteriormente, a assumir um papel de liderança no MTD no Sol Nascente.

A integração do MTD à Campanha Periferia Viva marcou um momento significativo na expansão de suas redes de solidariedade e no fortalecimento de suas ações comunitárias. Segundo o movimento, essa articulação ampliou sua capilaridade e conectou suas demandas locais a um esforço coletivo mais amplo. De acordo com os militantes, a participação na campanha possibilitou maior envolvimento das famílias atendidas e incentivou a formação de novas lideranças comunitárias.

Além disso, segundo o MTD, o movimento passou a combinar o diálogo institucional com a mobilização direta no território, buscando equilibrar a pressão sobre o Estado e a construção de soluções a partir da organização popular. Enquanto participava de espaços institucionais para reivindicar direitos, o MTD fortalecia suas redes de solidariedade, promovendo assembleias comunitárias, mutirões e formações políticas, ampliando seu alcance na comunidade.

No entanto, observa-se que essa dinâmica também impôs desafios. A atuação dos Grupos de Base e das "estrelinhas", estratégia central na estruturação da mobilização popular, enfrenta obstáculos como a precariedade das condições de vida, que dificulta a participação contínua dos moradores, a escassez de recursos para manter as ações e a resistência institucional às mobilizações comunitárias. Para o MTD, a consolidação dessas redes exige um esforço contínuo de articulação e adaptação, garantindo que as experiências locais possam ser replicadas sem perder sua autonomia e organicidade.

Sob a perspectiva do Direito Achado na Rua, essa mobilização reflete um processo de produção social do direito, no qual as lideranças comunitárias emergentes, referidas pelo movimento como "estrelinhas", se configuram como sujeitos coletivos de direito. Segundo Sousa Júnior (2008), o direito não é apenas reconhecido pelo Estado, mas também construído pelas lutas populares. Nesse contexto, as "estrelinhas" desempenham um papel central, pois articulam redes de solidariedade autônomas e constroem referências normativas que desafiam a lógica estatal e tradicionalmente institucionalizada do direito. Dessa maneira, criam-se espaços de organização

comunitária e novas formas de reconhecimento de direitos, não apenas por meio da mediação com o Estado, mas também na prática cotidiana de solidariedade e resistência.

Assim, A experiência do MTD no Sol Nascente pode ser interpretada como indicativa do potencial transformador da mobilização popular, ao mesmo tempo que evidencia os desafios inerentes à construção de normatividades alternativas. Se, por um lado, a atuação do movimento fortalece redes comunitárias e amplia o acesso a direitos, por outro, sua inserção no território implica ajustes estratégicos permanentes, evidenciando as tensões que podem surgir entre a resistência local e as estruturas institucionais mais amplas.

3.1.2 Autogestão e alternativas populares: entre o cuidado e a construção de autonomia

Se, inicialmente, o MTD no Sol Nascente concentrou sua atuação no fortalecimento da solidariedade ativa e no atendimento emergencial às necessidades da comunidade, ao longo do tempo o movimento passou a adotar estratégias voltadas à construção da autonomia produtiva. Essa transição, no entanto, não ocorreu sem desafios. A tentativa de implementar modelos autônomos enfrentou barreiras estruturais e exigiu sucessivas adaptações à realidade concreta do território. Embora o MTD apresente essa mudança como uma estratégia política deliberada, o percurso trilhado revela inflexões que escapam à linearidade desejada.

Como observam Antonio Escrivão Filho, Renata Carolina Corrêa Vieira e José Geraldo de Sousa Júnior (2021), a relação entre mobilização social e institucionalização do direito é atravessada por tensões e contradições, já que o reconhecimento jurídico-normativo nem sempre é acompanhado da efetivação material dos direitos (p. 75). No caso do MTD, a criação de uma padaria de baixo custo foi concebida como uma ação concreta para fortalecer a autonomia econômica da comunidade e garantir o acesso a alimentos a preços acessíveis. A iniciativa partiu de diagnósticos construídos com a própria base, que identificavam a ausência de estabelecimentos no trecho e a necessidade de criar alternativas produtivas enraizadas no território.

Mais do que distribuir alimentos, o projeto buscava instituir um modelo econômico sob gestão comunitária, articulando trabalho, renda e autossuficiência. No entanto, a baixa demanda e os limites enfrentados para sustentar um empreendimento autogestionário viável levaram à descontinuidade da padaria. A transição para a cozinha

comunitária, nesse sentido, não representou apenas uma ampliação do projeto anterior, mas uma inflexão estratégica diante das condições concretas. Se, por um lado, o MTD apresenta essa mudança como um avanço organizativo e político, por outro, os dados de campo sugerem que a consolidação de uma economia popular passa não apenas por convicções ideológicas, mas pela capacidade de reagir criativamente às contradições vividas no cotidiano da luta por direitos.

Durante a pesquisa de campo realizada no Trecho III do Sol Nascente, André Tavares, coordenador do MTD/DF, compartilhou um manuscrito em elaboração no qual descreve o processo de mobilização comunitária no território. Segundo o documento:

O apontamento era que saúde é trabalho, moradia, poder dormir tranquilo e em segurança. A partir desse cenário, o diagnóstico principal era identificar o maior problema da comunidade no trecho III. e articular com agentes populares de saúde no território. Além da questão de trabalho e renda, observamos que a padaria mais próxima estava a 1 km de distância do nosso ponto de referência no trecho. Então, construir ali uma padaria popular seria útil tanto para oferecer um serviço próximo quanto para gerar trabalho, inserindo a política de trabalho e renda com a própria comunidade. [...] A cozinha e a padaria tinham tudo para dar certo, mas erramos no plano de negócios. Mesmo assim, na cozinha, passaram-se cerca de 10 pessoas trabalhando e, com Mara e Maria, fomos para um novo espaço, reorganizando para ser um serviço de alimentação no centro. [...] Apesar do insucesso inicial no serviço de emprego, as reuniões e atividades culturais em um novo local, lideradas por Suzi, Cris e Baiana, levaram ao desenvolvimento das próximas etapas, como a construção da horta, dos espaços de convivência e do cuidado das crianças, avançando para a construção de uma Cozinha Popular por volta de abril de 2023 (André, 2024a).

A experiência da padaria popular evidência, de forma concreta, as dificuldades enfrentadas na implementação de práticas autogestionárias em territórios marcados pela vulnerabilidade social. A baixa demanda por pães, apesar da ausência de estabelecimentos próximos, revelou uma desconexão entre o projeto inicial e os hábitos cotidianos da comunidade, cujos trabalhadores saem muito cedo e fazem suas compras em outros locais. Além disso, o próprio modelo de funcionamento da padaria exigiria uma rotina fixa de trabalho e comercialização, incompatível com os princípios organizativos do movimento, que busca evitar a reprodução de lógicas de exploração e valoriza a construção coletiva do tempo e das tarefas. Essa combinação de fatores — entre limitações de demanda, precariedade das condições de vida e ausência de apoio institucional — impôs um desafio à sustentação do projeto. Como reconhecido pelos militantes, não se tratou de uma falha de engajamento, mas da complexidade de criar

alternativas econômicas viáveis e coerentes com a lógica da autogestão em um contexto de tantas urgências. A reformulação do espaço em uma cozinha comunitária, nesse sentido, não apenas contornou essas dificuldades, mas ressignificou a proposta original, ampliando sua aderência às necessidades e possibilidades reais do território.

A experiência do MTD no Sol Nascente evidencia alguns dos desafios enfrentados na implementação de iniciativas autogestionárias. A criação da padaria popular foi concebida para suprir a ausência de estabelecimentos no trecho e promover alternativas econômicas locais. No entanto, sua manutenção encontrou entraves estruturais, sobretudo a baixa demanda da comunidade e a dificuldade de viabilizar um modelo autônomo sustentável.

Como explicou André, “apesar de não ter uma padaria próxima, não era prioridade o pão. Nossa base mora no Sol Nascente, sai muito cedo para o trabalho e já comprava os alimentos em outros locais” (André, 2024b). Diante desse cenário, os militantes do MTD reavaliaram a viabilidade do projeto e decidiram reformular o espaço, o que levou à criação da cozinha popular.

O segundo fator que motivou a reformulação do projeto foi a preocupação do MTD em evitar uma lógica de exploração do trabalho em suas iniciativas. Para garantir o funcionamento cotidiano da padaria, seria necessário estabelecer uma rotina fixa de produção e comercialização, o que contrariava os princípios da autogestão defendidos pelo movimento. Como registra André Tavares em seu manuscrito, a equipe identificou que “não tínhamos interesse em colocar nossa base nem a coordenação da cozinha em um processo de exploração. Nosso objetivo era a construção conjunta” (André, 2024a). Essa constatação levou o grupo a reavaliar a proposta, reconhecendo que a padaria não se encaixava na dinâmica organizativa que pretendiam consolidar no território.

Ao reconhecer essas limitações, o MTD reformulou sua abordagem e passou a investir em um novo arranjo coletivo: a cozinha popular. Nesse espaço, a lógica da autogestão e da economia popular foi reafirmada, articulando a prática cotidiana com uma concepção mais ampla de resistência territorial. Como observa Tobias, “a gente compreende nossos arranjos para fazer luta popular e trabalho concreto territorial. Então a cozinha popular vem desse projeto de política afirmativa, mas também de disputa de território ideológica. Então tem um pouco disso tudo” (Tobias, 2024).

Com o tempo, segundo os relatos colhidos durante a pesquisa de campo, o espaço da antiga padaria passou a ser utilizado de forma esporádica, principalmente para reuniões

e encontros comunitários. Diante dessa subutilização, os militantes do MTD buscaram alternativas para ressignificá-lo. Como relata Susy:

a padaria não teve muito movimento, então começamos a usar o espaço para reuniões. Um dia, surgiu a ideia, acredito que foi o Tobias, de fazermos uma cozinha popular. E todo mundo gostou da ideia, então resolvemos tentar. A cozinha começou a funcionar há cerca de três anos e está aí até hoje (Susy, 2024).

A transição da padaria para a Cozinha Mara Maria de Jesus ilustra a capacidade do MTD de ajustar suas estratégias às condições concretas do território, transformando um espaço ocioso em um ponto pulsante de mobilização comunitária e segurança alimentar. Mais do que um local de preparo de refeições, a cozinha tornou-se um instrumento de organização coletiva, articulando trabalho, formação, convivência e resistência.

i. Cozinha Mara Maria de Jesus

A Cozinha Mara Maria de Jesus surgiu como um espaço fundamental na luta por segurança alimentar e fortalecimento comunitário no Trecho III do Sol Nascente. Originada da reestruturação da antiga padaria popular, sua implementação garantiu não apenas a continuidade da mobilização local, mas também ampliou a presença do MTD no território. Ao longo do tempo, a cozinha consolidou-se como um equipamento de resistência comunitária, promovendo solidariedade ativa, economia popular e articulação política.

Durante as entrevistas realizadas na pesquisa de campo, André, coordenador do MTD/DF, enfatizou que a Cozinha Mara Maria de Jesus extrapola a função de fornecer refeições, assumindo papel estratégico na resposta às múltiplas demandas do território. Como ele relatou:

A Cozinha Popular Mara Maria de Jesus é um programa que atende uma série de demandas concretas do território, desde a alimentação até o empoderamento feminino das militantes e mulheres do território. Elas têm aquele local como um espaço de articulação política e protagonismo. A cozinha também funciona como um equipamento de cultura, garantindo esse local para atividades culturais. (André, 2024)

A fala evidencia que a Cozinha Mara Maria de Jesus vai além do fornecimento de refeições. Ela se consolidou como um espaço de resistência territorial, articulando diferentes frentes de atuação do MTD, como a organização de mulheres, o combate à fome e a promoção da cultura popular. O caráter multifuncional das cozinhas comunitárias reflete um processo mais amplo de mobilização social e de disputa concreta pelo direito à alimentação.

Como apontam Escrivão Filho, Vieira e Sousa Júnior (2021), a efetivação dos direitos não se resume ao reconhecimento formal, mas exige mecanismos institucionais e sociais que garantam sua materialização (p. 77). Nesse sentido, a Cozinha Mara Maria de Jesus não apenas responde à insegurança alimentar, mas também constitui um espaço de exigibilidade do direito à alimentação, articulando ação coletiva e estratégias autônomas para sua efetivação.

Desde sua criação, a Cozinha Mara Maria de Jesus tornou-se um espaço de protagonismo feminino, sendo gerida majoritariamente por mulheres da comunidade e militantes do MTD. Mais do que um local de produção de alimentos, ela se consolidou como um ambiente de formação política e fortalecimento comunitário. No espaço da cozinha, as mulheres não apenas garantem o funcionamento diário, mas também constroem redes de apoio e assumem papel central na mobilização do território. Como explica André:

A cozinha atende demandas concretas do território e, ao mesmo tempo, fortalece a autonomia das mulheres que a gerenciam. Ali, elas se organizam, criam estratégias e constroem redes de apoio. É um espaço de luta cotidiana, porque trabalhar ali não é só cozinhar, mas manter viva uma mobilização popular. (André, 2024)

Dessa forma, a Cozinha Mara Maria de Jesus não se limitou à segurança alimentar, consolidando-se também como um espaço de geração de trabalho, renda e valorização das potências locais, sobretudo femininas. Conectando-se a outras iniciativas do MTD, como o Renda Delas, ela fortaleceu o empreendedorismo feminino em territórios populares. Mais do que um local de preparo de refeições, a cozinha consolidou-se como um mecanismo de autonomia econômica para as mulheres envolvidas, rompendo com a lógica assistencialista e fomentando uma economia solidária autogerida.

No Brasil, as políticas de segurança alimentar têm historicamente priorizado a distribuição de alimentos industrializados e a ampliação do acesso ao consumo, sem necessariamente questionar os modos de produção e distribuição da comida. Reconhecendo as limitações desse modelo assistencialista, o MTD estruturou sua cozinha

popular não apenas para oferecer refeições gratuitas, mas também para fomentar a produção local e fortalecer práticas de autogestão comunitária. Esse processo questiona a lógica dominante da segurança alimentar, que depende do mercado e do Estado, e propõe alternativas enraizadas na realidade e na autonomia dos territórios.

A relação entre segurança alimentar e protagonismo comunitário evidencia que a resposta à fome não pode se limitar à assistência emergencial. É necessário estruturar formas de resistência que enfrentem a lógica excludente da distribuição de alimentos no capitalismo periférico. Como destacam Escrivão Filho, Vieira e Sousa Júnior (2021, p. 78), a efetivação do direito à alimentação não depende apenas da criação de programas governamentais, mas do fortalecimento de organizações sociais que disputam esse direito nos territórios. A atuação da cozinha popular ilustra essa dinâmica, pois não apenas fornece refeições, mas articula redes de solidariedade e fortalece a organização comunitária.

A Cozinha Mara Maria de Jesus materializa a concepção de soberania alimentar — entendida como o direito dos povos de definir seus próprios sistemas de produção e consumo — em articulação com o Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA), conforme propõe Valéria Torres Amaral Burity (2021), para quem o acesso à alimentação adequada não se limita à disponibilidade de alimentos, mas envolve o controle sobre os meios de produção, os circuitos de distribuição e a autonomia das comunidades na definição de seus modelos alimentares. Essa experiência evidencia que, quando vinculada à autogestão comunitária, a segurança alimentar torna-se também um elemento de reorganização territorial (p. 42).

Tobias, militante do MTD, ressalta que o movimento ultrapassa a lógica da distribuição de alimentos, promovendo um debate crítico sobre os significados da alimentação e seus impactos. Como ele explica:

A gente começou a introduzir a discussão sobre soberania alimentar, entregando cestas agroecológicas em parceria com o MST. Então, não era só distribuir comida, mas também trazer uma nova perspectiva sobre alimentação saudável e sustentável. Que alimento colocamos no prato? Porque nas cestas básicas vem Ki-suco, uns negócios que a gente olha e diz: isso aqui não é alimento. (Tobias, 2024)

Essa perspectiva, construída a partir da prática cotidiana e enraizada na realidade do território, ganhou novo fôlego com a sanção da Lei nº 14.628, em 20 de julho de 2023, que instituiu o Programa Cozinha Solidária. A legislação reconheceu as cozinhas

comunitárias como tecnologias sociais fundamentais no combate à insegurança alimentar e nutricional, destacando sua importância para populações em situação de vulnerabilidade. Como explica André:

A gente compreende a cozinha como uma política afirmativa, capaz de gerar autonomia no território e garantir trabalho, renda e cultura. Mas, para além disso, defendemos que essa seja uma política pública estruturada, para que outras cozinhas como essa possam existir e se fortalecer. (André, 2024)

Essa institucionalização, no entanto, não está isenta de dilemas. A fala de Tobias sintetiza um dos desafios centrais enfrentados pelos movimentos populares ao verem suas práticas reconhecidas pelo Estado: "A questão não é a lei que define o direito, é a luta que faz avançar esses direitos" (Tobias, 2024).

Como apontam Escrivão Filho, Vieira e Sousa Júnior (2021, p. 80), a luta por direitos no Brasil tem sido, historicamente, protagonizada por sujeitos coletivos que enfrentam as estruturas do Estado, e não apenas por sua incorporação aos marcos institucionais. Nesse sentido, o espaço da cozinha popular não se restringe à assistência alimentar: opera como território de resistência e de experimentação política, no qual o direito à alimentação é exercido de forma coletiva, autônoma e insurgente.

Para o MTD, o reconhecimento das cozinhas populares como parte da política nacional de segurança alimentar representa um avanço na disputa por políticas públicas voltadas às periferias. Contudo, como apontam Escrivão Filho, Vieira e Sousa Júnior (2021, p. 75), a institucionalização de práticas voltadas à efetivação de direitos pode perder sua força quando não está conectada a processos autônomos de mobilização e reivindicação social. Nesse sentido, o reconhecimento estatal dessas iniciativas também impõe desafios, sobretudo no que diz respeito à preservação de sua autonomia política e da capacidade de articulação enraizada nos territórios.

Há o risco de que sua ação seja progressivamente absorvida pela lógica estatal, comprometendo sua força mobilizadora independente. Como enfatizam Escrivão Filho, Vieira e Sousa Júnior (2021), a luta por direitos tem sido historicamente protagonizada por sujeitos coletivos que enfrentam as estruturas do Estado — e não apenas por sua incorporação ao aparato institucional (p. 80).

A tensão entre autonomia e reconhecimento institucional é um dos dilemas enfrentados por muitos movimentos populares ao transformar práticas insurgentes em

políticas públicas. Como destaca Tobias: “A questão não é a lei que define o direito, é a luta que faz avançar esses direitos.” (Tobias, 2024).

Nesse contexto, o espaço da cozinha popular não se restringe à assistência alimentar: ele se afirma como território de resistência e de experimentação política, no qual o direito à alimentação é exercido de forma coletiva e insurgente.

3.2 Cultura, educação popular e produção de direitos: Polo de Cultura como práxis insurgentes

A criação do Grupo de Trabalho (GT) de Cultura no Distrito Federal é uma frente recente do MTD, em processo de consolidação local, embora já presente em outros estados. No DF, essa iniciativa vem ganhando força especialmente nos territórios de Samambaia e Sol Nascente, a partir da mobilização de militantes com diferentes trajetórias de inserção na comunidade. Conforme narrado nas entrevistas, a proposta não surge do zero: ela se ancora em experiências culturais já vivenciadas pela base, buscando dar novo fôlego a repertórios de luta e expressão que atravessam a história da periferia. Em consonância com Lyra Filho (1982a), que critica a pretensa neutralidade do saber jurídico desvinculado da realidade concreta, o Polo de Cultura do MTD opera como espaço formativo em que teoria e práxis se fundem. A experiência e a linguagem da periferia tornam-se fontes legítimas de produção jurídica e educativa, deslocando o eixo da normatividade para a vivência coletiva (p. 147-169).

Cheguei ao Sol Nascente por meio do GT de Cultura. Já fazia parte do MTD e entrei no grupo para assumir a frente cultural. O convite veio de uma companheira que já atuava na região, a Érika. Percebemos que era o momento de organizar um núcleo de cultura, para pensar o território a partir da linguagem artística e das nossas tradições populares. (Nilson, 2024)

Nilson explica que a proposta desenvolvida no Sol Nascente integra uma estratégia nacional já consolidada em outras regiões do país. No Distrito Federal, optou-se por iniciar a atuação a partir da formação de coletivos culturais locais, antes da formalização do GT:

O Brasil inteiro já tem o GT de Cultura do MTD. Faltava apenas aqui no Distrito Federal, e agora estamos implantando também. [...] Pensamos em criar diretamente o GT, mas decidimos começar por um

coletivo, um núcleo de cultura do MTD em Samambaia e no Sol Nascente. [...] Eu vou me dedicar mais à parte da cultura nordestina, com os mamulengos. O Tarcísio e a Márcia vão assumir mais a parte do hip hop. (Nilson, 2024)

Ainda em fase de estruturação, o núcleo cultural representa um ponto de virada na atuação do MTD no Sol Nascente. Sua chegada não marcou um início isolado, mas sim a reorganização e o fortalecimento de repertórios já presentes nas práticas educativas do movimento — como as rodas de conversa com a juventude, os espaços de alfabetização de jovens e adultos e as primeiras oficinas artísticas no território. O que antes se dava de forma mais difusa passou a ganhar unidade e visibilidade, consolidando-se como um eixo estratégico da mobilização popular.

A fala de Nilson reforça essa trajetória, revelando uma estratégia de implantação cuidadosa, que respeita o tempo do território e a escuta das potências locais, optando por caminhos coletivos de construção em vez de estruturas prontas. Assim, o GT de Cultura não nasce como imposição, mas como fruto de um processo dialogado, atento à diversidade de expressões e trajetórias que compõem a base do movimento.

Essa centralidade da cultura na atuação do MTD também se manifesta na fala de Susy, coordenadora do MTD no Sol Nascente, ao destacar o papel da Cozinha Comunitária Mara — ponto de encontro e base do movimento no território — como espaço de expressão, acolhimento e construção coletiva: "Procuramos colocar um espaço bem aberto para todos, independente de quem seja, como seja, de onde venha. [...] O espaço ali é nosso (...) de toda a comunidade." (Susy, 2024).

Na percepção dos militantes, a cultura tem ocupado um lugar cada vez mais central nas estratégias do movimento. Susy ressalta: "a cultura é um ponto fortíssimo aqui no Sol Nascente" (Susy, 2024), destacando-a como uma das formas mais potentes de mobilização do MTD na região. Essa percepção encontra respaldo nas observações realizadas em campo, especialmente em áreas como o Trecho III, onde as opções de lazer e cultura são praticamente inexistentes — sendo um dos poucos espaços coletivos disponíveis um campinho de terra batida. Nesse contexto, a Cozinha Comunitária Mara tem se consolidado como principal ponto de encontro, expressão e articulação da comunidade.

O espaço, que inicialmente funcionava como cozinha popular, transformou-se também em lugar de cultura e convivência, abrigando festas, oficinas, saraus, encontros formativos e debates promovidos pelo movimento. Ao abrir-se à diversidade e às

linguagens populares, a Cozinha tornou-se uma base viva de resistência, fortalecendo os vínculos comunitários e ampliando as formas de participação política e de pertencimento. Assim, a cultura promovida pelo MTD deixa de ser um complemento e afirma-se como via concreta de produção de direitos no cotidiano do território.

Mais do que a realização de eventos, a presença cultural do MTD no território emerge como um processo formativo, enraizado na escuta cotidiana, na valorização dos saberes populares e na problematização da realidade concreta. O Polo de Cultura do MTD, estruturado a partir dessa concepção, desenvolve iniciativas como o teatro de mamulengo, o hip hop, os saraus e as oficinas formativas, promovendo espaços que articulam criação simbólica, formação crítica e resistência. Ao favorecer a expressão e a escuta, essas práticas conectam a experiência vivida à construção coletiva de sentidos de direito, configurando uma pedagogia popular comprometida com a transformação do território.

Esse tipo de prática articula-se com a proposta de O Direito Achado na Rua, que compreende a extensão universitária como parte essencial de sua práxis jurídica crítica. Como afirmam Escrivão Filho e Sousa Júnior (2016, p. 225), trata-se de “reconhecer e estabelecer comunicação entre a universidade e o espaço político no qual se desenvolvem as práticas sociais que enunciam direitos” (apud Gediel, 2014, p 88). Assim, não se trata apenas de levar conhecimento às margens, mas de deslocar o centro e reconhecer outras fontes legítimas de produção jurídica.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a concepção freiriana de educação popular, que compreende o ato educativo como processo dialógico, emancipador e vinculado à transformação social. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2005) destaca que o diálogo autêntico exige a unidade entre ação e reflexão — a práxis —, condição necessária para que os sujeitos possam nomear o mundo e transformá-lo coletivamente (p. 89–91).

Com base nessa concepção, as práticas culturais do MTD se afirmam como formas de práxis educativa insurgente, enraizadas na experiência concreta e voltadas à criação coletiva de conhecimento e pertencimento. O hip hop, o teatro de mamulengo, os saraus e as oficinas de escrita são compreendidos como linguagens que ensinam, comunicam e mobilizam. Ao incorporá-las às suas ações formativas, o movimento aproxima-se da juventude e transforma a arte em ferramenta política e pedagógica.

No hip hop, encontra-se um caminho de pertencimento e organização política. Como escreve Tarcísio Pinheiro (2021): “Transformo o ódio em versos, a raiva em

protesto e a fúria em rima. E assim nasce o Hip Hop em mim, que me trouxe ensinamentos, disciplina e conhecimento, enfim” (p. 8).

A consagração do hip hop como patrimônio cultural imaterial do Distrito Federal, por meio da Lei Distrital nº 7.274/2023, de autoria do deputado distrital Max Maciel, e do Decreto Federal nº 11.784/2023, que institui diretrizes nacionais para valorização e fomento da cultura hip hop como política de Estado, não inaugura um direito — apenas formaliza uma prática já consolidada nos territórios periféricos. Como lembra Nilson, liderança do MTD no Sol Nascente, “lá na Ceilândia, o menino se sente mais inteligente quando vê alguém rimando. Porque aquilo ali é o saber dele. Ele se identifica, entende o código. Ele se sente incluído.” O direito, nesse caso, não precede a prática: ele a segue, reconhecendo institucionalmente o que já se afirma nas ruas, nos versos e nos encontros comunitários.

Essa compreensão está em sintonia com a lente do Direito Achado na Rua, que entende o direito como produção histórica e social em disputa, e não como concessão estatal ou mera previsão normativa. A formalização do hip hop como patrimônio cultural, tal como o reconhecimento das cozinhas comunitárias como tecnologias sociais, é fruto de uma práxis coletiva e insurgente dos movimentos sociais, que constroem, na luta e na experiência vivida, sentidos novos de justiça, cultura e pertencimento.

O hip hop, portanto, não é apenas expressão cultural: é repertório político-pedagógico da organização popular. Antes de qualquer institucionalização, ele já era vivido como prática formativa nos territórios, especialmente na Ceilândia — espaço simbólico e concreto onde os jovens reconhecem sua inteligência, sua linguagem e sua existência política. O MTD, ao incorporar o hip hop como eixo central de sua atuação cultural no Sol Nascente, inscreve-se nesse mesmo percurso insurgente que transforma práticas de resistência em direitos enunciados pela experiência concreta da periferia.

Sob essa perspectiva, a cultura hip hop, assim como as cozinhas comunitárias, não nasce da legalidade, mas da vida vivida. Sua institucionalização não é um ponto de partida, mas um ponto de chegada — uma conquista coletiva que afirma o direito antes mesmo de seu reconhecimento oficial. Assim, o que o MTD realiza no Polo de Cultura é mais do que arte: é a afirmação do direito à cultura como linguagem de pertencimento, denúncia e criação de outros mundos possíveis.

Ao trazer essas referências para a análise da prática cultural do MTD no Sol Nascente, este trabalho propõe compreender o Polo de Cultura como um espaço de produção de direitos em sua forma mais concreta e cotidiana. Inspirado pelo Direito

Achado na Rua, esse espaço articula arte e educação popular como práticas jurídicas insurgentes, entendidas não como aplicação técnica da norma, mas como formas de reivindicar e construir sentidos de justiça a partir da vida vivida. Nesse processo, o direito se expressa também pela rima, pelo teatro popular, pela oralidade e pela memória. Linguagens que tornam visíveis experiências historicamente silenciadas.

Mais do que utilizar a arte como ferramenta de ensino, o MTD constrói uma pedagogia territorial que valoriza os saberes populares e fortalece a identidade coletiva da comunidade. Do ponto de vista analítico, essa prática pode ser interpretada como alinhada à Pedagogia do Oprimido, na medida em que parte da palavra e da escuta como elementos centrais do processo educativo, concebido como práxis, a unidade entre ação e reflexão, e como ato político de transformação do mundo (Freire, 2005, p. 89–91). O Polo de Cultura afirma-se, assim, como espaço onde o saber nasce da prática, e onde o dizer da comunidade carrega em si potência de denúncia e de criação. Nesse sentido, a memória, a linguagem e a criação coletiva podem ser compreendidas como formas de resistência e instrumentos de produção de sentidos de justiça vivida no território.

Esse processo formativo territorial se ancora nas vivências de quem, mesmo sob as marcas da exclusão, transforma sua trajetória em ferramenta de consciência coletiva. Como narra Tarcísio Pinheiro (2021): “Na mesma faculdade onde eu varria o chão e lavava banheiro, eu me graduei e arrumei outro emprego [...], porém ainda refém da segregação social, minha qualificação profissional de nada vale quando olham meu endereço” (p. 10).

A partir desse tipo de experiência concreta, o MTD constrói um processo educativo que reconhece o saber periférico como legítimo, e a desigualdade como ponto de partida para a construção de novos sentidos de justiça. A educação popular, nesse contexto, não atua sobre o território, mas com ele, abrindo espaço para que vozes silenciadas produzam reflexão crítica, denúncia e organização coletiva.

3.2.1 A periferia enuncia o direito: arte, memória e insurgência popular

A atuação cultural do MTD no Sol Nascente pode ser compreendida, sob a lente do Direito Achado na Rua, como uma forma concreta de produção social do direito. Essa abordagem desloca o foco do direito entendido exclusivamente como norma formal e reconhece sua construção a partir da experiência vivida, da resistência popular e das práticas coletivas que emergem nas margens do sistema jurídico tradicional. O Polo de

Cultura do MTD, nesse sentido, não apenas expressa a realidade da periferia: ele a organiza como luta e como enunciação jurídica popular.

Segundo José Geraldo de Sousa Júnior (2008), a produção do direito tem início quando uma carência social deixa de ser percebida apenas como ausência e passa a ser nomeada como negação de um direito. A partir desse reconhecimento, os sujeitos coletivos se organizam e formulam novas referências normativas, mesmo que estas ainda não estejam inscritas na legalidade estatal. No caso do Polo de Cultura, a ausência de políticas públicas voltadas à cultura no Sol Nascente é enfrentada não apenas como uma falta, mas como uma injustiça, e essa percepção impulsiona práticas que não se limitam à denúncia, mas constroem, de forma autônoma, alternativas comunitárias de acesso à arte, à memória e à educação popular.

A expressão artística, nesse contexto, torna-se uma linguagem de afirmação e reivindicação de direitos. Essa linguagem, enraizada na experiência coletiva, cumpre a função pedagógica de provocar consciência crítica e despertar o protagonismo popular. (Freire, 2005, p. 92). A rima e o boneco, nesse sentido, não são apenas expressão: são formas de enunciação política de quem reconhece a negação de seus direitos e organiza sua luta para transformá-la. Ela não só denuncia a violência estrutural, como também inaugura formas coletivas de existência. A rima, o boneco, o graffiti e o sarau são mais do que manifestações culturais: são formas de nomear o mundo desde as margens, produzindo sentidos de justiça que desafiam os limites das categorias jurídicas tradicionais. Como argumenta Sousa Júnior: “É o conflito, a resistência, a contestação que introduzem no processo social os elementos constitutivos do novo direito, elaborado nos marcos das lutas sociais.” (2008, p. 65)

Essa elaboração insurgente do direito pode ser observada nas ações do Polo de Cultura. O MTD usa oficinas, espetáculos e rodas de conversa para transformar a cultura em um espaço de resistência e politização. Segundo Nilson, militante do movimento e responsável pelas ações de teatro popular com mamulengos:

A cultura sempre foi muito presente nas lutas populares, mas muitas vezes ela é vista como algo separado da política. A gente entendeu que precisava organizar isso: criar um espaço em que a cultura fosse também ação política. Foi assim que nasceu o GT de Cultura no Sol Nascente.” (Nilson, 2024)

Essa fala revela que o Polo de Cultura se constitui como um espaço em que o direito é feito a partir das margens, por meio de gestos, memórias e linguagens que o Estado historicamente silenciou. Nesse processo, os sujeitos da periferia não se limitam

a reivindicar direitos: tornam-se autores de suas próprias normatividades, criando um saber jurídico enraizado na favela, na experiência da exclusão e na força da criação coletiva. Sob a ótica do Direito Achado na Rua, o direito não é uma estrutura acabada — ele está em constante disputa. E o que se disputa, no Polo de Cultura do MTD, é o reconhecimento de que a arte também pode ser uma linguagem jurídica, quando nasce do enfrentamento à injustiça e da organização popular. Nessa perspectiva, a produção cultural no Sol Nascente não se reduz a instrumento de denúncia: Ela se configura como presença política e como construção coletiva de novos sentidos de justiça, enunciados com o corpo, com a voz, com a memória e com a luta de quem sempre foi mantido à margem.

3.2.2 Cultura e pertencimento: vínculos formativos e práxis insurgente no território

A práxis cultural desenvolvida pelo MTD no Sol Nascente não se dá de forma abstrata. Ela se enraíza nas relações cotidianas, nos afetos e nas necessidades concretas do território. Ao articular oficinas, saraus, apresentações de mamulengos e encontros de hip hop, o Polo de Cultura transforma a vivência comunitária em campo de mobilização política e produção de linguagem jurídica popular, onde o vínculo se torna motor da resistência e a arte, instrumento de organização popular. Essa prática encarna o que Paulo Freire denomina como ação-reflexão — a práxis transformadora que emerge do contato com o mundo vivido e que, ao ser exercida de forma coletiva, tem o potencial de reinventá-lo. Nessa concepção, presente entre as páginas 89 e 91 de *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1987), o diálogo autêntico não se limita a um método pedagógico, mas constitui a própria ontologia da libertação: um encontro entre sujeitos mediados pelo mundo, no qual a palavra e a escuta se articulam à ação para possibilitar a transformação da realidade. A ausência desse diálogo representa uma forma de violência, pois nega aos sujeitos o direito de dizer sua própria palavra. No território, a práxis cultural do MTD atualiza essa perspectiva ao transformar a escuta em base de atuação e a criação coletiva em forma de produção de direitos.

O Direito Achado na Rua compreende esse movimento como via de mão dupla entre universidade e sociedade. Como destacam Costa e Sousa Júnior (2008, p. 23), “a sociedade ganha processos de autonomia na sua luta emancipatória, e a universidade ganha ao aprender com a comunidade formas de realização da justiça social” (apud Escrivão Filho; Sousa Júnior, 2016, p. 225). No caso do MTD, essa troca se materializa

em oficinas, rodas de conversa, mutirões culturais e ações de solidariedade que criam redes de pertencimento e reconhecimento.

Essa dimensão política da cultura como vínculo e pertencimento manifesta-se na forma como a vida nas periferias, apesar de marcada por ausências e violações, também gera laços de solidariedade e fortalece uma identidade coletiva. No Sol Nascente, a organização do GT de Cultura não nasce apenas de um planejamento político, mas da escuta dos afetos e da memória coletiva da comunidade — escuta que se concretiza na forma de diálogo transformador. Inspirado nos fundamentos freirianos, o GT de Cultura não impõe um projeto: ele escuta, constrói e age com o território, reconhecendo que o verdadeiro diálogo é aquele em que os sujeitos se encontram para juntos, nomear e transformar o mundo.

Essa experiência não é imposta ao território, mas construída a partir de suas próprias potências. Segundo Nilson, militante do MTD e responsável pelas atividades com o teatro de bonecos, a criação do GT de Cultura surgiu da necessidade de consolidar a dimensão cultural como parte da luta por direitos: “A gente entendeu que precisava organizar a cultura, porque ela sempre esteve presente nas nossas lutas, mas não podia continuar solta. O GT de Cultura surge para isso: para dar forma ao que já existia, e pra construir mais junto com o povo” (Nilson, 2024).

A atuação de figuras como Nilson, com os mamulengos, e Tarcísio, com as oficinas de hip hop e os saraus, revela como o Polo de Cultura se estrutura a partir do cotidiano e da potência criativa da comunidade. As práticas artísticas existentes foram potencializadas, e novos espaços foram criados com base nas escutas e vínculos que os militantes estabeleceram no território. Essa lógica traduz a educação libertadora de Freire: uma ação enraizada na realidade que se constrói no diálogo entre sujeitos. Como o próprio Freire assinala, “a educação não é um ato de depositar, [...], mas um ato de conhecimento, de criação” (Freire, 2005, p. 79). No Polo de Cultura, esse processo de criação compartilhada traduz, na prática, os fundamentos da educação popular freiriana, ao reconhecer o saber da quebrada não como carência, mas como potência formativa. “Quando a gente chegou com o hip hop, os moleques colaram. Era algo que já fazia parte da vida deles, da quebrada. A gente só organizou aquilo num espaço de formação, de conversa. E eles começaram a escrever, rimar, pensar o território de outro jeito.” (Tarcísio, 2024¹³)

¹³ Tarcísio Pinheiro é rapper, poeta, educador popular e militante do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) no Distrito Federal, com atuação também no Sol Nascente. Nascido em

Essa concepção está em sintonia com a proposta freireana que inspira os projetos de *O Direito Achado na Rua: uma educação como prática de liberdade*. Conforme observam Escrivão Filho e Sousa Júnior (2016, p. 226), ao se orientar por princípios de diálogo e emancipação dos oprimidos, esses processos de troca “fazem com que os sujeitos oprimidos passem a se reconhecer e a ser reconhecidos como sujeitos de direitos” (apud Freire, 1999).

A escuta e a criação coletiva transformam a arte em espaço de pertencimento e fortalecimento comunitário. Ao partir das linguagens do cotidiano, o movimento conecta experiência e política, dor e denúncia, criação e direito. Como destaca Tarcísio: “A cultura tem esse papel de reunir. Quando a gente faz um sarau ou uma oficina, a comunidade se reconhece naquele espaço, e aquilo vira ponto de partida para outras lutas.” (Tarcísio, 2024)

A criação desses vínculos parte do reconhecimento da potência já presente no território. Mais do que uma ferramenta de resistência, o Polo de Cultura se afirma como espaço de transformação coletiva, onde gestos, memórias e afetos da comunidade se organizam em práticas que desestabilizam silêncios e reconstróem sentidos de pertencimento. É possível perceber, nesse processo, o que Paulo Freire (2005) descreve como a tarefa histórica e humanista dos oprimidos: ao se libertarem, criam as condições para que também seus opressores possam se transformar (p. 89-91). Ao transformar exclusão em pertença, silêncio em palavra e carência em direito, o movimento reconhece que educar é também reinventar o mundo.

As práticas culturais desenvolvidas pelo MTD, como os saraus, oficinas de hip hop, apresentações de mamulengos e rodas de conversa, não apenas mobilizam a comunidade, mas cumprem uma função formativa essencial. Ao transformar linguagens populares em instrumentos de escuta, criação e reflexão, o movimento opera um processo de educação popular que fortalece a consciência crítica sobre os direitos e as injustiças vividas no território. Essa pedagogia territorial, inspirada na práxis freiriana, não impõe saberes prontos, mas parte da experiência concreta e da linguagem da quebrada para provocar um deslocamento no olhar: da carência à potência, da exclusão à enunciação

1980, vive em Samambaia desde 2009, onde desenvolve projetos culturais e sociais ligados à cultura hip hop. É autor do livro *Sou Hip Hop, Hip Hop Soul* (Edições Kisimbi, 2021), no qual entrelaça memórias, poesias e reflexões sobre arte, periferia e resistência. (Entrevista realizada pela autora com Tarcísio Pinheiro em 21 de agosto de 2024, online via Google Meet.

coletiva de direitos. Nesse sentido, a cultura deixa de ser mero acessório da luta e se consolida como campo formador de sujeitos políticos que passam a nomear o mundo a partir de sua própria realidade.

Essa percepção é compartilhada por André, militante que atua na articulação entre cultura e urbanismo popular: “A cultura aproxima. A gente começa a trabalhar com o pessoal no grafite e isso vai puxando outros temas. Quando vê, estamos debatendo regularização, direito à cidade, tudo junto” (André, 2024).

A mobilização cultural parte, portanto, da vivência da dor, mas não se encerra nela. Ao contrário, como enfatiza Tarcísio em sua trajetória, é da experiência dura que emerge a força para transformar descobri que o Hip Hop não era só música. Era meu espelho, meu grito e minha ferramenta. Era a chance de escrever uma história que me tiraram o direito de viver. (PINHEIRO, 2021, p. 32).

É nesse gesto de transformar a exclusão em pertencimento e o silêncio em palavra, que a cultura se afirmar como prática insurgente e organizadora da vida coletiva.

As ações culturais desenvolvidas pelo MTD criam vínculos afetivos e políticos que fortalecem o sentimento de pertencimento e impulsionam a organização coletiva. Os encontros tornam-se espaços de formação de militância, de compartilhamento de experiências e de fortalecimento da autoestima comunitária. Além disso, essas práticas se articulam com outras frentes de atuação do movimento como: a segurança alimentar, a educação popular e a mobilização por políticas públicas compondo uma estratégia de resistência integral.

Nesse sentido, o Polo de Cultura não é apenas um espaço artístico, mas um espaço formativo que integra disputa territorial, afirmação cultural e produção coletiva de direitos. A cultura, linguagem que comunica e convoca, torna-se instrumento de organização comunitária e consolidação de sujeitos coletivos que constroem suas próprias normatividades. Ao transformar carências em práticas de enunciação e afirmação coletiva, o MTD opera na fronteira entre arte e direito, mostrando que a cultura — quando vivida como práxis — constitui também uma linguagem jurídica insurgente, por meio da qual os sujeitos reivindicam, nomeiam e constroem sentidos de justiça a partir da experiência vivida.

Assim, o Polo de Cultura do MTD no Sol Nascente não apenas promove a arte como expressão, mas a organiza como força política capaz de articular vínculos, despertar consciência e impulsionar processos coletivos de transformação social. Vivida como

práxis, a cultura deixa de ser periférica e passa a ocupar o centro na produção de pertencimento, justiça e direito.

Ao refletir sobre a experiência do Polo de Cultura, observa-se que a cultura não apenas acompanha a luta por direitos, mas a constitui. A produção simbólica se entrelaça à produção política, e o território, frequentemente marcado por carências, se converte em espaço de criação coletiva e de enunciação de direitos a partir da prática popular. Nesse processo, o direito não nasce da norma estatal, mas da prática insurgente — da palavra que nasce do gesto criativo e convoca outro mundo.

Essa disputa simbólica e material está no cerne do que Boaventura de Sousa Santos (2013, p. 333) identifica como uma das tarefas de *O Direito Achado na Rua*: “recolher e valorizar todos os direitos comunitários, locais, populares, e mobilizá-los em favor das lutas das classes populares, confrontadas, tanto no meio rural como no meio urbano, com um direito oficial hostil ou ineficaz” (apud Escrivão Filho; Souza Júnior, 2016, p. 226).

É nesse horizonte de valorização das práticas populares de justiça que se inscreve a trajetória do MTD no Sol Nascente, não como exceção, mas como parte de um campo vivo de produção de direitos que emerge das margens do sistema jurídico formal.

A trajetória do MTD no Sol Nascente, ainda em processo, já revela impactos que transcendem as ações pontuais e apontam para transformações duradouras no território. A consolidação de espaços como a Cozinha Mara Maria de Jesus, o fortalecimento do Polo de Cultura e a formação de lideranças como Susy expressam não apenas a permanência do movimento, mas sua capacidade de reorganizar vínculos comunitários e inaugurar novas formas de mobilização. Essas experiências vêm mudando como os moradores percebem seus direitos e sua força coletiva. Para o movimento, esses vínculos representam não apenas conquistas locais, mas pontos de partida para a criação de normatividades populares que desafiam a centralidade do Estado na definição do que é ou não é direito. Apesar de inúmeros desafios — da precariedade estrutural aos limites institucionais, o MTD instaurou no território uma linguagem própria, fundada na escuta, no pertencimento e na práxis cotidiana.

Essas experiências mostram que a cultura, quando enraizada no cotidiano e articulada à luta por direitos, não apenas resiste à exclusão, mas inaugura novas formas de organização popular e de produção normativa. O Polo de Cultura do MTD no Sol Nascente, ao articular arte, escuta e práxis coletiva, oferece um modelo potente de resistência territorial, cuja metodologia — centrada na escuta, na criação compartilhada

e na pedagogia da presença — pode inspirar práticas semelhantes em outros contextos periféricos. Ao reconhecer e ativar as potências do território, o movimento transforma a realidade local e mostra que o direito pode ser recriado em cada esquina onde cultura e solidariedade se encontram como prática viva, coletiva e insurgente.

A trajetória do MTD no Sol Nascente, marcada pela solidariedade ativa, pela cultura popular e por práticas de autogestão, evidencia que a mobilização coletiva, enraizada na realidade concreta, é capaz de produzir novos sentidos de justiça.

Sob a lente do Direito Achado na Rua, essas experiências não apenas reivindicam direitos já estabelecidos, mas constroem — na prática — formas insurgentes de direito, criadas pelos sujeitos coletivos a partir da vida vivida e da resistência cotidiana. Assim, o que emerge no Sol Nascente não é apenas a atuação de um movimento, mas a formação de um campo político-jurídico popular, onde o direito se reinventa como prática coletiva e insurgente.

Nesse contexto, a trajetória do MTD no Sol Nascente permite reconhecer a mobilização popular não apenas como reivindicação por direitos previamente definidos, mas como espaço de produção de novas normatividades, enraizadas na experiência concreta da periferia. Sob a lente do Direito Achado na Rua, essas práticas evidenciam que o direito pode ser forjado na práxis coletiva, instaurando sentidos insurgentes de justiça. Conforme propõe José Geraldo de Sousa Júnior, esse processo envolve a delimitação do espaço político das práticas sociais que enunciam direitos, a definição da natureza jurídica dos sujeitos coletivos que protagonizam essas lutas e a formulação de novas categorias jurídicas capazes de dar conta dessas experiências instituintes (Sousa Júnior, 2008, p. 270–276).

O que se observa, portanto, é que o MTD no Sol Nascente, ao articular solidariedade, cultura e autogestão, constrói, na prática, um projeto de criação de direitos que emerge da luta cotidiana e da organização popular. O percurso apresentado ao longo deste capítulo confirma a potência do tripé teórico-metodológico que orientou a investigação: o território do Sol Nascente, com suas contradições estruturais e potências organizativas; os sujeitos coletivos, como as “estrelinhas” e as lideranças populares que formulam novos sentidos de justiça; e as práticas concretas, como a solidariedade ativa, as cozinhas comunitárias e o Polo de Cultura, que materializam uma práxis jurídica insurgente. Inspirada nos fundamentos do Direito Achado na Rua, essa leitura reconhece

que o direito se faz não apenas na norma, mas nas práticas enraizadas que emergem da experiência e da luta.

É justamente essa articulação entre solidariedade, cultura e autogestão que dá corpo, no Sol Nascente, a uma práxis jurídica insurgente — expressão concreta das formas de criação de direitos analisadas a seguir.

3.3 Práxis jurídica insurgente no Sol Nascente: quando solidariedade, cultura e autogestão se fazem direito

As experiências analisadas ao longo deste capítulo, da solidariedade ativa às práticas culturais revelam não frentes isoladas de atuação, mas expressões complementares de uma mesma práxis insurgente. Ao se entrelaçarem no cotidiano do território, essas ações indicam que a produção de direitos não ocorre apenas em momentos de reivindicação explícita, mas também nos gestos, vínculos e práticas que reconfiguram o modo de estar e lutar coletivamente. Ao conjugar cuidado, arte e organização popular, o movimento constrói, na prática, sentidos de justiça que escapam às categorias jurídicas tradicionais e se enraízam na vida cotidiana.

Sob essa perspectiva, a atuação do MTD no Sol Nascente pode ser compreendida como um processo de enunciação coletiva de direitos, no qual ações baseadas em solidariedade ativa, práticas culturais e experiências autogestionárias não apenas preenchem lacunas institucionais, mas instauram outras formas de regulação social. Escutando o território e organizando respostas às suas demandas, o movimento consolida práticas que ampliam o campo do direito e afirmam o protagonismo das periferias na formulação de novos referenciais normativos.

A práxis construída pelo MTD evidencia que o direito não é fruto exclusivo da norma estatal, mas da vida organizada coletivamente, da escuta ativa, da partilha e da mobilização diante da ausência. Nas rodas de conversa, nas cozinhas comunitárias e nas oficinas culturais, a experiência comum se converte em campo jurídico vivo, em que vínculos se tornam resistência e o cuidado mútuo se afirma como normatividade. Trata-se de um direito que não espera reconhecimento institucional para existir, pois já se afirma na prática concreta, no cuidado compartilhado e na invenção de caminhos possíveis onde antes havia apenas precariedade e silenciamento. É nesse processo que a vida social organizada se torna fonte de direito, e o cotidiano, espaço de criação jurídica insurgente.

A Cozinha Mara Maria de Jesus inscreve, já no nome, uma narrativa de memória, cuidado e força coletiva. Mara e Maria simbolizam continuidade, presença feminina e resistência cotidiana, nomes que alimentam, acolhem e organizam. Como canta Milton Nascimento¹⁴, "Maria, Maria é um dom, uma certa magia, uma força que nos alerta", é essa força silenciosa e firme que atravessa a práxis do MTD no território.

Essa força também se manifesta em outras dimensões do movimento e nas trajetórias que acompanham seu enraizamento no território. Foi preciso caminhar com as estrelinhas, andar com elas pelas ruas do Sol Nascente, como Susy, que começou ajudando na entrega das cestas e hoje coordena ações no território; participar das campanhas como a Periferia Viva; ouvir as perguntas feitas nas rodas de conversa e nas oficinas sobre a cidade que se quer. A partir dessas experiências, o direito apareceu como força concreta, vivido no cuidado, no encontro e na organização.

Compreender a experiência do MTD no Sol Nascente também implicou reconhecer que, naquele território, o direito não apenas resiste — ele se refaz. E esse refazer não acontece no plano das ideias abstratas, mas nas criações que brotam das ruas: das mãos que escrevem no muro, das vozes que rimam o cotidiano, dos encontros que mobilizam e das místicas que, a cada novo começo, reacendem o sentido coletivo da luta.

Foi no grafite que ocupou o muro, na rima que atravessou a sala de aula e na batida que reuniu a juventude que o hip hop se afirmou, em outros territórios periféricos, como linguagem de pertencimento e convocação. Como afirmou Tarcísio, militante do MTD e responsável pelas oficinas de cultura urbana, “quando você chega com o hip hop, com um DJ ou um grafiteiro, consegue prender mais a atenção da juventude do que com uma palestra tradicional”. Nesse gesto, o território se organiza e se reconhece. Como lembra Nilson, “o menino da Ceilândia se vê inteligente ao ouvir uma rima que fala a língua dele”. Essa imagem, que nasce da Ceilândia — território símbolo da cultura hip hop no Distrito Federal —, começa agora a chegar também ao Sol Nascente, como repertório vivo de afirmação periférica. A cultura, nesse caso, não é ornamento. É código, é escola, é direito que se anuncia com o corpo e com a voz.

Dar à cozinha o nome de Mara Maria de Jesus não foi apenas um gesto de homenagem, mas uma afirmação política de pertencimento. Primeira militante do MTD no Sol Nascente, Mara representava a força silenciosa e cotidiana que sustenta as lutas populares. Ao inscrever seu nome no espaço que hoje alimenta, organiza e acolhe a

¹⁴ MILTON NASCIMENTO. *Maria, Maria*. Letra de Fernando Brant. Álbum *Clube da Esquina 2*, 1978.

comunidade, o movimento também reconhece que os direitos não nascem de decretos, mas das mãos que preparam o alimento, das vozes que convocam, dos vínculos tecidos na prática. A cozinha popular tornou-se, assim, um campo político enraizado em afetos e memória, em que o alimento é também cuidado — e o cuidado, práxis jurídica insurgente.

Nesse sentido, o que se observa no Sol Nascente é a constituição de um campo político-jurídico popular, no qual o direito emerge das práticas organizativas que articulam solidariedade, cultura e autogestão. Longe de representar apenas respostas emergenciais ou ações complementares à ausência do Estado, essas experiências se afirmam como processos de criação normativa própria, por meio dos quais sujeitos coletivos formulam e exercem novas normatividades enraizadas na realidade concreta do território. Ao reconhecer essas formas de atuação como expressão de uma política do comum, compreende-se que o MTD não apenas reivindica direitos previamente estabelecidos, mas os reinventa cotidianamente, instaurando sentidos de justiça construídos nas margens, e sustentados pela prática compartilhada e enraizada no cotidiano.

Como se pôde observar ao longo deste capítulo, o acompanhamento próximo das práticas do MTD no Sol Nascente evidencia que o direito não se restringe às instituições formais; ele também se constrói nas vivências diárias de resistência e solidariedade, consolidando o que se compreende aqui como um campo político-jurídico popular, no qual o direito se refaz nas margens, entre vínculos, práticas e invenções compartilhadas. Reconhecer essas práticas como legítimas formas de produção jurídica é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, na qual o direito seja, de fato, expressão da vida e das lutas do povo.

Em diálogo com esse entendimento, destacam-se outras experiências de resistência territorial e produção normativa popular no Brasil, que seguem caminhos convergentes. O trabalho desenvolvido pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em Salvador, é um exemplo significativo. Conforme analisam Elen Catarina Santos Lopes, Manoel Maria do Nascimento Junior e Thaianna de Souza Valverde (2023, p. 310–312), ao longo de décadas de atuação junto a movimentos de luta por moradia e permanência nos territórios, o CEAS contribuiu para a construção de alternativas coletivas à lógica excludente da cidade capitalista, instituindo práticas de resistência e modelos próprios de apropriação do espaço urbano. Essas experiências, marcadas pela escuta, pela organização comunitária e pela mobilização política, evidenciam que a produção social do direito não se limita ao reconhecimento institucional, mas se

materializa na vida concreta como um processo constituinte, capaz de transformar carências em direitos e territórios vulnerabilizados em espaços de resistência, memória e pertença.

De modo semelhante, observa-se que o referencial do Direito Achado na Rua ultrapassa a experiência analisada nesta dissertação, sendo amplamente mobilizado em diversas frentes de resistência popular. Entre essas, destacam-se as experiências urbanas recentes no Rio de Janeiro, onde, conforme analisam Enzo Bello e Gladstone Leonel Júnior (2019, p. 248–251), movimentos sociais afirmam o direito à cidade a partir de uma práxis jurídica insurgente. Esse diálogo evidencia como diferentes coletivos, em múltiplos territórios, vêm tensionando a concepção tradicional de direito, reivindicando-o como criação enraizada nas lutas e práticas cotidianas. Conforme os autores, essa práxis expressa “a formação de sociabilidades reinventadas que permitem abrir a consciência de novos sujeitos para uma cultura de cidadania e participação democrática” (Souza Junior, 2015, apud Bello; Leonel Júnior, 2019, p. 251).

Esse horizonte não se limita à formulação teórica: ele se concretiza em práticas vivas e insurgentes que emergem do protagonismo popular na luta por justiça e por novos sentidos para o direito. Como enfatizam José Geraldo de Sousa Junior e Alexandre Bernardino Costa, é no campo das experiências coletivas de resistência e organização — fundadas na escuta do território e na construção de alternativas jurídicas próprias — que se revela a práxis do Direito Achado na Rua. No contexto das lutas por moradia e dignidade urbana, essas práticas afirmam que o direito, antes de ser norma estatal, é práxis organizada, e que o direito à cidade, antes de ser política pública, é luta cotidiana por justiça, pertencimento e transformação (Souza Junior; Costa, 2023, p. 66-74).

Nesse contexto, o MTD se insere como um movimento social popular que atua nas periferias urbanas, reivindicando e construindo, a partir de suas práticas solidárias, culturais e autogestionárias, o direito à cidade para aqueles e aquelas historicamente alijados dos processos formais de planejamento e decisão. Sua presença no Sol Nascente reforça que, nas bordas da cidade, se produzem formas potentes de organização comunitária e de reinvenção do direito, capazes de transformar precariedades em territórios de resistência, de memória e de esperança.

Assim, a trajetória do MTD demonstra que o direito, ao se enraizar nas experiências vividas e nos afetos partilhados, se reinventa como instrumento de resistência e emancipação. A práxis que emerge dessas vivências, marcada pela força coletiva e pelo compromisso com a justiça social, evidencia que as periferias não apenas

resistem, mas criam, cotidianamente, novos caminhos de justiça, desafiando as estruturas jurídicas tradicionais e ampliando as possibilidades de construção de cidades mais justas, plurais e solidárias.

Nas periferias, como o Sol Nascente, onde o Estado tantas vezes se ausenta, é possível reconhecer, na práxis do MTD, a afirmação de que o direito não se implora, se constrói — no compasso das lutas, no calor das cozinhas comunitárias, na chegada do Polo de Cultura com as rimas do hip hop, na poesia dos muros e na esperança que, todos os dias, se refaz no encontro, no cuidado, na solidariedade e na luta. É nessa semente ainda em germinação que esta pesquisa reconhece uma aposta viva e necessária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Direito que se acha na rua é o que emerge do conflito, da resistência, da práxis dos sujeitos que lutam para fazer valer seus próprios sentidos de justiça.”

— José Geraldo de Sousa Júnior, 2008, p. 65

Entre solidariedade, cultura e luta: O Direito Achado no Sol Nascente

Esta dissertação não se propõe a encerrar debates nem a oferecer respostas definitivas. Pelo contrário, ela assume o inacabamento como traço constitutivo de toda investigação comprometida com a realidade viva e complexa dos territórios populares. Ao acompanhar a trajetória do MTD no Sol Nascente, o que se buscou não foi concluir, mas compreender em processo, lançar perguntas e abrir caminhos.

O direito que nasce no Sol Nascente não é instituído por decreto, tampouco embalado por promessas institucionais. Ele brota do chão — das mãos que constroem, das vozes que denunciam, dos corpos que resistem. Vai se tecendo nas relações, nas práticas e nos vínculos que sustentam a vida onde o Estado muitas vezes se ausenta.

Ao acompanhar a trajetória do MTD no território, observa-se que o direito não se limita à sua forma escrita: ele se reinventa na prática cotidiana, na escuta, na solidariedade ativa e na cultura que educa, denuncia e convoca. Essa compreensão, em diálogo à proposta do Direito Achado na Rua, permitiu que a pesquisa se abrisse ao inacabado — às potências em disputa, às práticas insurgentes que emergem do território.

Como revelou esta pesquisa, as práticas do MTD no Sol Nascente não apenas resistem à exclusão, mas reconfiguram os limites do próprio direito, ampliando seus sentidos a partir da experiência coletiva vivida nas margens.

A centralidade dessa concepção reside no reconhecimento da legitimidade das experiências populares que reivindicam direitos a partir da luta — não apenas como destinatárias da ordem jurídica, mas como agentes ativos de sua transformação. Como afirma Sousa Júnior (2021), “as carências vivenciadas coletivamente se transformam em exigência de direitos e, a partir daí, possibilitam a construção de um sujeito coletivo de direito” (p. 93).

Nesse horizonte, o MTD não atua apenas por meio da contestação formal das normas jurídicas. Ele constrói sentidos próprios para o direito, enraizados na experiência

de resistência e nas transformações concretas do território. Suas estratégias — continuamente adaptadas às condições locais — enfrentam desigualdades históricas, reinventam formas de organização e produzem pertencimento. Como afirmou Nilson Alexandre da Silva, militante do MTD no DF: “não há transformação social sem o envolvimento das mãos, dos corações e das almas do povo que constrói essa realidade todos os dias” (Nilson, 2024).

Ao longo do percurso, foi possível perceber que essas práticas não apenas operam como resistência, mas como parte de um processo mais profundo de reinvenção jurídica. Ao articular os repertórios comunitários e culturais às disputas normativas, o MTD afirma sua capacidade de produzir um direito insurgente — aquele que não se esgota na forma, mas que se afirma como conteúdo concreto de justiça enraizado na vida popular. Essas formas de mobilização desafiam a lógica dominante ao propor alternativas jurídicas nascidas da escuta, da partilha e da práxis coletiva.

Nesse sentido, a perspectiva do Direito Achado na Rua revela-se fundamental para interpretar a dimensão jurídica dessas práticas coletivas. O direito, nesse contexto, não se limita a um conjunto estático de normas, mas emerge da vida vivida — como prática social insurgente, construída nas experiências de resistência e reinvenção popular. Em vez de apenas reivindicar direitos previamente instituídos, o movimento os constrói no cotidiano, disputando sentidos, reconfigurando normatividades e firmando sua legitimidade nos vínculos comunitários. Como alerta Lyra Filho (1984), confundir o Direito com a norma jurídica é o mesmo que “confundir a embalagem com o produto”, pois nem toda norma veicula um Direito legítimo — algumas podem ser, na verdade, “pacotes de veneno ditatorial” (p. 12).

Foi a partir dessas lentes teóricas — e da escuta atenta às práticas do MTD no Sol Nascente — que esta pesquisa buscou compreender a mobilização popular como um processo dinâmico, no qual o direito não é apenas reivindicado, mas produzido nos espaços deixados pelas ausências institucionais. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa e dialética, combinando observação direta, entrevistas e análise documental, o que possibilitou acompanhar de perto as estratégias de atuação do movimento no Trecho III do Sol Nascente.

Essa trajetória demonstrou que compreender o MTD requer mais do que observar suas ações isoladas: exige olhar com atenção para o território em que essa luta se desenrola. O Sol Nascente, nesse processo, não é apenas cenário — é sujeito. Um espaço vivo, marcado por disputas históricas, ausências institucionais e reinvenções cotidianas,

que influencia as formas de organização popular e, ao mesmo tempo, é transformado por elas. A práxis coletiva que ali se manifesta enfrenta o abandono com solidariedade e recria o direito a partir da experiência vivida nas periferias.

Por isso, este trabalho não analisou o direito apenas como norma posta, mas como expressão concreta de resistência: um fazer jurídico insurgente, que emerge das brechas da institucionalidade e se firma nas práticas compartilhadas de solidariedade, cultura e organização popular. O MTD, nesse contexto, não apenas reivindica direitos; ele os encarna e os transforma na experiência coletiva que sustenta a vida nas margens.

Trata-se de uma práxis que, nascida das margens, não apenas desafia a normatividade instituída, mas também inaugura outras linguagens de justiça — que nascem da partilha, da escuta e do compromisso coletivo com a transformação concreta.

Ao propor a pergunta sobre como o MTD mobiliza e adapta suas estratégias de luta por direitos no Sol Nascente, esta pesquisa partiu da hipótese de que as práticas do movimento não apenas reivindicam direitos formalmente reconhecidos, mas também criam normatividades próprias, enraizadas na realidade vivida da periferia.

Essa hipótese foi sendo tensionada, ampliada e vivida em campo. No Capítulo 1, a análise do Sol Nascente à luz da dialética do concreto revelou como a realidade imediata, marcada por desigualdades e invisibilidades, esconde potencialidades organizativas que só se tornam visíveis quando observadas a partir da práxis. No Capítulo 2, ao abordar o MTD em sua dimensão nacional, identificaram-se repertórios de ação e princípios estruturantes que orientam a atuação do movimento, com destaque para a pedagogia popular, a autogestão e a resistência ao neoliberalismo. Já no Capítulo 3, essas estratégias ganharam corpo e território: a atuação no Sol Nascente mostrou que, por meio da solidariedade ativa, da cultura popular e da escuta, o MTD constrói com a comunidade novas formas de produzir e dizer o direito.

Esse percurso não responde definitivamente à pergunta inicial, e talvez nem devesse. Mas indica que, sim, é possível reconhecer na práxis do MTD uma forma viva de mobilização que transforma a carência em vínculo, a exclusão em enraizamento, e o cotidiano em território de produção jurídica insurgente.

Em vez de tratar o Sol Nascente como objeto, este trabalho o reconheceu como sujeito: espaço de contradições, mas também de criação. Ao longo dos capítulos, foi possível acompanhar a atuação do MTD não como um projeto externo, mas como uma

presença que se constrói com o território, reorganizando saberes, afetos e práticas políticas.

No primeiro capítulo, a análise da formação social do Sol Nascente permitiu vislumbrar que, por trás da precariedade aparente, há histórias de luta, formas silenciosas de organização e dinâmicas complexas que produzem sentido e pertencimento. Com o auxílio da dialética do concreto, foi possível enxergar o território como campo de conflitos e possibilidades.

No segundo capítulo, a atenção voltou-se para o MTD em sua dimensão nacional. Ao explorar sua origem, estrutura e estratégias, evidenciou-se uma práxis que recusa a homogeneização e se constrói a partir da escuta dos territórios. Sua pedagogia popular e seu enfrentamento ao neoliberalismo revelam uma concepção de direito em constante disputa, gestado nas margens e movido pelo compromisso com a transformação concreta.

O terceiro capítulo foi o espaço de síntese entre teoria e empiria. A atuação do MTD no Sol Nascente mostrou que a solidariedade é, ao mesmo tempo, tática e linguagem política. A cozinha comunitária, os mutirões, os encontros formativos e o Polo de Cultura não apenas mobilizam, eles produzem um direito que nasce da escuta e se realiza na coletividade. O hip hop, os mamulengos, os saraus e as oficinas não são ornamentos, mas práticas jurídicas insurgentes. Como afirmou Nilson, liderança do movimento, “lá na Ceilândia, o menino se sente mais inteligente quando vê alguém rimando”. Porque a rima também é código, saber, reconhecimento. Porque a rua também é escola — e é nela que muitos aprendem a dizer o mundo.

Nesse contexto, a consagração do hip hop como patrimônio cultural e o reconhecimento das cozinhas como tecnologias sociais não inauguram direitos: apenas formalizam práticas já consolidadas. O MTD, ao fazer dessas experiências um eixo de sua atuação, inscreve-se em uma tradição de produção jurídica que não depende da legalidade para existir, porque encontra sua legitimidade na vida partilhada e na luta coletiva.

A pesquisa, mais do que concluir, convida a olhar o direito não como imposição estatal, mas como linguagem em disputa. Convida a perceber que o saber não está restrito aos gabinetes — ele também mora nas cozinhas, nos versos, nas assembleias de rua, nas mãos calejadas de quem organiza o cotidiano da resistência.

Talvez o maior aprendizado deste percurso tenha sido esse: o direito também se forma no chão — chão de escuta, de partilha, de invenção. Ao ouvir o professor José Geraldo falar sobre o Direito Achado na Rua, as palavras encantam. Mas foi no encontro

com o MTD, no Sol Nascente, que esse encantamento ganhou corpo — e me ensinou que, mais do que ouvir, é preciso ver e caminhar junto. Rer *O que é Direito*, de Lyra Filho, depois de tanto tempo, com os olhos abertos pelas práticas vividas, mostrou o quanto a leitura se transforma quando se encontra com a rua.

Ao acompanhar de perto as práticas do MTD no Sol Nascente, este trabalho evidencia que o direito não se restringe às instituições formais; ele também se constrói nas vivências diárias de resistência e solidariedade, consolidando o que esta dissertação compreendeu como um campo político-jurídico popular — em que o direito se refaz nas margens, entre vínculos, práticas e invenções compartilhadas. Reconhecer essas práticas como legítimas formas de produção jurídica é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde o direito seja, de fato, expressão da vida e das lutas do povo.

Que este trabalho, mesmo em sua limitação, possa abrir frestas para que mais pessoas se aproximem desse outro direito, que se acha nas margens, nos gestos e nos vínculos. Um direito que não vem de cima, mas brota da luta, da cultura e da solidariedade compartilhada.

Porque quando o direito emerge do povo como sujeito coletivo, ele não se limita à reivindicação; ele se torna criação, presença e reinvenção constante.

E quando se cria, como tem feito o MTD no Sol Nascente, nasce um direito comprometido com a vida real, com a escuta e com a transformação concreta. Um direito que nasce da rua, e sim, também do Sol.

REFERÊNCIAS

i. Fontes secundárias

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SOL NASCENTE/PÔR DO SOL. *Conheça a RA – Administração Regional do Sol Nascente/Pôr do Sol*. Distrito Federal: Governo do Distrito Federal, 2024. Disponível em: <https://www.solnascente.df.gov.br/conheca-a-ra>. Acesso em: 18 maio 2024.

ALONSO, Angela. *Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito*. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21–41, 2012.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed., 10. reimp. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. *A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra*. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, p. 19-40, 2015.

BELLO, Enzo; LEONEL JÚNIOR, Gladstone. *O direito achado nas ruas do Rio: uma nova agenda do direito à cidade*. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; HOLLANDA, Hédio Silva (org.). *O Direito Achado na Rua*, vol. 9: Introdução crítica ao Direito Urbanístico. Brasília: Editora UnB, 2023. p. 247-252.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, n. 1, p. 68-80, 2005.

BRASIL. Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007. *Dispõe sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 jan. 2007.
BRASIL. Decreto nº 77.570, de 11 de maio de 1976. *Dispõe sobre a criação da cidade-satélite Ceilândia*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 maio 1976.

BRASIL DE FATO. *MTD-DF inaugura cozinha popular no Sol Nascente com distribuição de mais de 200 marmitas*. 15 jul. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/15/mtd-df-inaugura-cozinha-popular-no-sol-nascente-com-distribuicao-de-mais-de-200-marmitas>. Acesso em: 20/07/2024.

BRASIL DE FATO. *MTD e MST participam do lançamento da campanha Periferia Viva; acompanhe ao vivo*. Redação. São Paulo, 18 abr. 2020a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/18/mtd-e-mst-participam-do-lancamento-da-campanha-periferia-viva-acompanhe-ao-vivo>. Acesso em: 4 dez. 2023.

BRASIL DE FATO. *Campanha Periferia Viva faz da solidariedade um meio para organização popular*. Lia Bianchini. Curitiba, 29 maio 2020b. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2020/05/29/campanha-periferia-viva-faz-da-solidariedade-um-meio-para-organizacao-popular>. Acesso em: 4 dez. 2023.

BRASIL DE FATO. Periferia Viva: campanha mobiliza organização popular em tempos de pandemia. Brasil de Fato, 21 ago. 2020c. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/21/periferia-viva-campanha-mobiliza-organizacao-popular-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 04 dez. 2023

BRASIL. Decreto nº 11.784, de 13 de novembro de 2023. Institui diretrizes para a valorização da cultura hip-hop no âmbito da Política Nacional das Culturas Periféricas – PNCP, dispõe sobre o Comitê Nacional de Cultura Hip-Hop e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, 14 nov. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 13 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 146, n. 129, p. 1, 8 jul. 2009.

BRASIL. Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. *Institui o Programa Cozinha Solidária*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 jul. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 785, de 28 de dezembro de 2008. *Cria a Região Administrativa de Regularização de Interesse Social do Sol Nascente*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A reforma da administração pública*. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Crise econômica e reforma do estado no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 269-294.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Tradução de Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BURITY, Valéria Torres Amaral. Conceito e base legal do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA). In: BURITY, Valéria Torres Amaral *et al.* (org.). *O direito humano à alimentação e à nutrição adequadas: enunciados jurídicos*. Brasília, DF: FIAN Brasil: O Direito Achado na Rua, 2021. p. 39–50.

CASTRO, Tarcísio Pinheiro. *Sou Hip Hop, Hip Hop Soul*. 1. ed. Samambaia, DF: Edições Kisimbi, 2021.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021*. Brasília – DF, 2022. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/pdad/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE. *Como é viver no Sol Nascente, considerado a maior favela do Brasil*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades->

df/2023/03/5081035-como-e-viver-no-sol-nascente-considerado-a-maior-favela-do-brasil.html. Acesso em: 16 out. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DISTRITO FEDERAL. *Lei nº 6.359, de 9 de setembro de 2019*. Cria a Região Administrativa Sol Nascente/Pôr do Sol – RA XXXII e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, DF, n. 173, p. 1, 10 set. 2019.

DISTRITO FEDERAL. *Lei nº 7.274, de 5 de julho de 2023*. Declara o hip-hop e todas as suas manifestações artísticas como patrimônio cultural imaterial do Distrito Federal e institui a Semana Distrital do Hip-Hop. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, DF, 6 jul. 2023.

DISTRITO FEDERAL. *Lei Complementar nº 785, de 31 de dezembro de 2008*. Dispõe sobre a regularização fundiária em áreas de interesse social no Distrito Federal. *Diário Oficial do Distrito Federal*: Brasília, DF, 2 jan. 2009.

DISTRITO FEDERAL. *Lei Complementar nº 935, de 7 de dezembro de 2017*. Dispõe sobre a criação da Região Administrativa Sol Nascente – RA XXXII. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, DF, n. 234, p. 1, 8 dez. 2017.

ESCRIVÃO FILHO, Antonio; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *Para um Debate Teórico-Conceitual e Político Sobre os Direitos Humanos*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

ESCRIVÃO FILHO, Antonio; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de; VIEIRA, Renata Carolina Corrêa. O direito humano à alimentação e à nutrição adequadas em tempos de expansão judicial. In: BURITY, Valéria Torres Amaral et al. (org.). *O direito humano à alimentação e à nutrição adequadas: enunciados jurídicos* [livro eletrônico]. Brasília, DF: FIAN Brasil: O Direito Achado na Rua, 2021. p. 71–82.

FERRAZ, Deise Luiza da Silva; MENNA-BARRETO, João Alberto. A organização dos trabalhadores desempregados como mediação para a consciência de classe. *Salvador: Organizações & Sociedade*, v. 19, n. 61, p. 187-207, abr./jun. 2012.

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 33).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

G1. *Sol Nascente no DF se torna a maior favela do Brasil, segundo prévia do Censo 2022*. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/03/17/sol-nascente-no-df-se-torna-a-maior-favela-do-brasil-segundo-previa-do-censo-2022.ghtml>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M. *Caught in a Winding, Snarling Vine: The Structural Bias of Political Process Theory*. Sociological Forum, v. 14, n. 1, p. 27-54, 1999.

GOULART, Patrícia Martins. *Sem medo do desemprego: o caso do movimento dos trabalhadores desempregados*. Psicologia & Sociedade, v. 15, n. 1, p. 137-160, jan./jun. 2003.

GUZELI, Taísa Scarpin. *Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas*. Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, v. 2, p. 1–20, 2021.

HOLSTON, J. *The modernist city: an anthropological critique of Brasília*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2022: resultados preliminares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/21867-censo-demografico-2022.html?edicao=43151&t=destaques>. Acesso em: 04 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2022: resultados do universo por setores censitários – atualização de novembro de 2024*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>, Acesso em: 20 dez 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL (IPEDF Codeplan). *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada – PDAD-A 2024*. Brasília: IPEDF Codeplan, 2025. Disponível em: <https://pdad.ipe.df.gov.br/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

JASPER, James. Tastes in Tactics. In: *The Art of Moral Protest: Culture, Biography, and Creativity in Social Movements*. Chicago: University of Chicago Press, 1997. p. 229–250.

KOSÍK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEAL, Giuliana Franco. *Trabalhadores desempregados e luta coletiva: dificuldades e possibilidades*. Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 63, p. 647-662, 2011.

LEONEL JÚNIOR, Gladstone; BRANDÃO, Pedro; MARQUES, Magnus Henry da Silva. *Constitucionalismo Achado na Rua: reflexões necessárias*. In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de (org.). *O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica ao Direito como Liberdade*. v. 10. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, 2021. p. 259-266.

LEFEBVRE, H. *O direito à Cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é Direito*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LYRA FILHO, Roberto. Filosofia geral e filosofia jurídica em perspectiva dialética. In: PALÁCIO, Carlos S. J. (Org.). *Cristianismo e história*. São Paulo: Loyola, 1982a. p. 147–169.

LYRA FILHO, Roberto. Normas jurídicas e outras normas sociais. *Direito e Avesso*, ano 1, n. 1, 1982b, p. 49-57, jan-jun.

LYRA FILHO, Roberto. *Pesquisa em que Direito?* Texto integral da conferência, lida, em parte, na sessão de encerramento do Seminário sobre Pesquisa em Direito do Departamento de Ciências Jurídicas da PUC–Rio. Brasília: Edições Nair Ltda, 1984.

LOPES, Elen Catarina Santos; NASCIMENTO JÚNIOR, Manoel Maria do; VALVERDE, Thaianna de Souza. *Práticas urbanas insurgentes, pluralismo jurídico e assessoria popular na construção do direito à cidade: o caso do Ceas*. In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de; HOLLANDA, Heloísa Cavalcanti (org.). *O Direito Achado na Rua: Introdução crítica ao Direito Urbanístico*. Brasília: UnB, 2023. p. 310-314. (Coleção O Direito Achado na Rua, v. 9).

MANZINI, E. A entrevista na pesquisa social. In: RICHARDSON, R. J. (Org.). *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.

MENEZES, Hilário José. *O processo de territorialização do movimento de trabalhadoras e trabalhadores por direitos na interface campo-cidade*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2019. 279 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

MONETA, Márcio de Aguiar Vasconcelos. *Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD) e economia solidária: a experiência do grupo de padaria comunitária de Gravataí - RS*. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MOTA, Juliana Cardoso. *A dimensão da saúde no direito fundamental ao trabalho digno: uma análise justrabalhista do trabalho na limpeza urbana do Distrito Federal*. 2020. 141 f. Dissertação (Mestrado em Direito) —Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39215>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MST. *Nossa história: 97-99*. [s.d.]. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/97-99/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

PINHEIRO, Tarcísio de Oliveira. *Sou Hip Hop, Hip Hop Soul*. Brasília: Edições Kisimba, 2021.

PODER360. *Sol Nascente no DF é a maior favela do país, diz Censo*. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/sol-nascente-no-df-e-a-maior-favela-do-pais-diz-censo>. Acesso em: 16 out. 2024.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

R7. *Sol Nascente no DF supera a Rocinha e se torna a maior favela do Brasil*. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/sol-nascente-no-df-supera-a-rocinha-e-se-torna-a-maior-favela-do-brasil-17032022>. Acesso em: 16 out. 2024.

ROSSI, Federico M. *The poor's struggle for political incorporation: the piquetero movement in Argentina*. New York: Cambridge University Press, 2017.

SINDSEP-PE. *Não há espaços para avanços em direitos sem que se toque nos grandes privilégios*. Disponível em: <https://www.sindsep-pe.com.br/noticias-detalle/nao-ha-espacos-para-avancos-em-direitos-sem-que-se-toque-nos-grandes-privilegios/5179>. Acesso em: 12 out. 2023.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. *Ideology, frame resonance, and participant mobilization*. *International Social Movement Research*, v. 1, p. 197–217, 1988.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. *O direito como liberdade: o Direito Achado na Rua*. 2008. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; COSTA, Alexandre Bernardino. Brasília, *urbs, civitas, polis*: moradia e dignidade humana. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de et al. (org.). *Introdução crítica ao direito urbanístico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. p. 66–74. (O Direito Achado na Rua; v. 9).

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. O Direito Achado na Rua: questões de teoria e práxis. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de et al. (org.). *O Direito Achado na Rua: introdução crítica ao direito como liberdade*. Brasília: OAB Editora; Editora UnB, 2021. v. 10, p. 71–101.

SOUSA, Natália Adrielle Pereira de. *A produção da cidade do Sol Nascente e do Pôr do Sol/DF: entre o tempo da autoconstrução e o tempo do planejamento urbano*. 2023. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *Sociologia jurídica: condições sociais e possibilidades teóricas*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009 [1998].

TILLY, Charles. “Claims as Performances”. In: *Contentious Performances*. New York: Cambridge University Press, 2008, Cap. 1, pages 1-30.

TOURAINÉ, Alain. *Na Fronteira dos Movimentos Sociais. Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

TV BRASIL. *Comunidade do Sol Nascente, no DF, se torna a maior favela do Brasil*. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-df/2023/03/comunidade-do-sol-nascente-no-df-se-torna-maior-favela-do-brasil>. Acesso em: 16 out. 2024.

ii Fontes primárias

ANDRÉ. (André Tavares Barbosa Júnio). *Entrevista concedida à autora*. Realizada via Microsoft Teams. Online, 07 ago. 2024.

ANDRÉ. (André Tavares Barbosa Júnio). *Texto em elaboração sobre a atuação do MTD no Sol Nascente*. Documento interno. Enviado à autora via WhatsApp em 07 ago. 2024a, durante entrevista concedida via Microsoft Teams.

MICHELLE, (Michelle Oliveira Ferreira). *Entrevista concedida à autora*. Sol Nascente, 24 jul. 2024.

MTD – Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direito. *Cartilha de apresentação MTD*. 1. ed. nacional. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://linktr.ee/MTDNacional>. Acesso em: 07 dez. 2023.

MTD – Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos; MOTU – Movimento Organizado de Trabalhadores Urbanos. *Carta do MTD e do MOTU produzida no Seminário Nacional do MTD em Guararema*. Guararema, abr. 2015. Disponível em: <https://camp.org.br/2015/04/23/carta-de-guararema-do-mtd-e-do-motu/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

NILSON, (Nilson Alexandre da Silva). *Entrevista concedida à autora*. Online, 12 ago. 2024.

OBSERVAÇÃO DE CAMPO, 2023a. *Caravana de Direitos Humanos do Distrito Federal e Entorno, Sol Nascente*. DF, 02 dez. Anotações pessoais.

OBSERVAÇÃO DE CAMPO, 2023b. Oficina “Que futuro queremos para o Sol Nascente?”, promovida pelo Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), Universidade de Brasília (UnB), Ceilândia, DF, 28 out. Anotações pessoais.

SUSY, (Suzana Rodrigues da Silva). *Entrevista concedida à autora*. Sol Nascente, 02 jul. 2024.

TARCÍSIO, Tarcísio Pinheiro Castro. *Entrevista concedida à autora*. Realizada via Google Meet, 21 ago. 2024.

TOBIAS, (Tobias Pereira Soares Filho). *Entrevista concedida à autora*. Realizada via Microsoft Teams. 17 jul. 2024.

APÊNDICES

Os apêndices a seguir integram o percurso metodológico desta dissertação, reunindo materiais produzidos ao longo do trabalho de campo. Esses documentos complementam a análise desenvolvida nos capítulos anteriores, reafirmando o compromisso com a escuta do território e com a transparência dos procedimentos adotados.

Estão incluídos: (i) registros de observação direta sistematizados a partir do caderno de campo; (ii) os roteiros utilizados nas entrevistas com militantes do MTD e moradores(as) do Sol Nascente; (iii) a transcrição parcial, apresentada como exemplo, de uma das entrevistas mais representativas da pesquisa — cuja versão completa excederia os limites deste trabalho, mas cuja seleção visa ilustrar a riqueza e a densidade dos relatos compartilhados; e (iv) um quadro-resumo com os dados sistematizados de todas as entrevistas realizadas, indicando perfil dos(as) participantes, data, duração, local e autorização para uso do nome.

APÊNDICE A: EXEMPLO DE REGISTRO DE CAMPO

Os registros apresentados a seguir são exemplos representativos sistematizados a partir das anotações feitas em caderno de campo entre 2023 e 2024. Foram selecionados por sua relevância para compreender as práticas, estratégias e articulações do Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD), tanto no território do Sol Nascente quanto em espaços institucionais externos.

Durante as atividades acompanhadas, adotou-se uma postura de escuta atenta e observação participante, evitando interferências nos debates e priorizando o registro fiel das interações e práticas coletivas. As anotações foram produzidas com base no que era compartilhado pelos participantes durante rodas de conversa, oficinas e encontros comunitários. Esses registros não têm a intenção de esgotar a complexidade do campo, mas sim oferecer recortes que contribuem para iluminar os processos analisados ao longo da dissertação.

O quadro a seguir sintetiza os principais eventos acompanhados durante o processo investigativo, destacando experiências de campo que colaboraram diretamente para a construção da análise desenvolvida nesta pesquisa.

Modelo de Registro de Observação de Campo

Mesa “Criminalização dos Movimentos Sociais” – Semana Universitária da UnB	26 de setembro de 2023 Auditório da UnB	Mesa de abertura organizada pela AJUP com representantes de movimentos populares para discutir criminalização de lideranças e estratégias de resistência.	Representantes do MTD, MST, Marcha das Margaridas e Casa Ieda relataram práticas de resistência diante da repressão estatal e das narrativas que criminalizam os movimentos sociais.	Primeira aproximação com o MTD; revelou o campo de alianças e a crítica política articulada pelos movimentos; evidenciou o papel da AJUP como ponte entre universidade e territórios.
Oficina sobre o Plano Diretor do DF	28 de outubro de 2023 NPJ/UnB – Ceilândia	Oficina promovida pelo MTD para discutir as demandas do Sol Nascente diante da revisão do Plano Diretor.	Participaram militantes, AJUP, defensor público, parlamentar e moradores do Sol Nascente. Demandas centrais: infraestrutura, lazer, educação, saneamento e mobilidade urbana.	Reforçou o papel do MTD na formação política e jurídica da comunidade e evidenciou a escuta como princípio organizativo; aproximou o debate institucional das vivências territoriais.
Caravana de Direitos Humanos – Rede de Proteção Popular	02 de dezembro de 2023 Cozinha Popular do MTD, Trecho III, Sol Nascente	Roda de conversa comunitária para debater o direito à cidade e as dificuldades estruturais enfrentadas pela comunidade.	Moradores do Trecho III, MTD, MST, AJUP, Coletivo Aroeira, SMDH e outras entidades. Falas enfatizaram a exclusão, a ausência de infraestrutura básica e a urgência de políticas públicas.	Contribuiu para aprofundar o diagnóstico territorial; mostrou a centralidade da Cozinha Popular como espaço político; consolidou a Rede de Proteção Popular como aliada do MTD.

APÊNDICE B: MODELO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO NA PESQUISA

Os roteiros a seguir foram utilizados como base para a realização das entrevistas semiestruturadas com militantes do Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD) e com moradoras e moradores da comunidade do Sol Nascente — especialmente do Trecho III, no Distrito Federal. Elaborados pela autora ao longo do processo de orientação acadêmica, os roteiros foram estruturados em blocos temáticos, com base na proposta metodológica de Guazi (2020), visando aprofundar a compreensão sobre as trajetórias pessoais, as estratégias do movimento e a relação com a produção de direitos no território. A organização das perguntas buscou respeitar o tempo e a forma de expressão de cada participante, favorecendo a escuta ativa, o acolhimento e a construção dialógica do conhecimento.

Roteiro utilizado nas entrevistas com militantes do MTD no território no Sol Nascente

Nº	Pergunta
Parte 1 – Trajetória pessoal e vivência comunitária	
1	Você pode compartilhar um pouco sobre sua trajetória pessoal na comunidade do Sol Nascente/Pôr do Sol? Quais foram os principais desafios e motivações que o(a) levaram a se engajar com as questões locais?
2	Como a vida na comunidade mudou ao longo dos anos? Quais eventos ou marcos mais impactaram o desenvolvimento local? Como esses acontecimentos moldaram a realidade atual?
3	Na sua opinião, quais são as demandas mais urgentes da comunidade? Poderia comentar sobre questões como infraestrutura, violência ou falta de oportunidades para jovens e crianças?
Parte 2 – Estrutura e estratégias do MTD/DF no território	
1	Como se deu seu envolvimento com o MTD? Há quanto tempo participa do movimento e quais atividades ou ações considera mais significativas?
2	Como e por que o MTD começou a atuar no Sol Nascente? Quais ações foram realizadas inicialmente, e que resultados foram alcançados?
3	Como o movimento organiza suas atividades e toma decisões no território? Pode comentar sobre a atuação dos grupos de base, os processos de identificação de pautas e as estratégias de ação?
4	Quais são as principais pautas do MTD no Sol Nascente e que tipos de repertórios de ação o movimento utiliza para reivindicar direitos? Existem parcerias com outros grupos ou organizações?
5	Existem projetos específicos voltados à produção de alimentos ou geração de renda na comunidade? Como esses projetos contribuem para os objetivos do movimento?

6	Houve programas de formação ou capacitação promovidos pelo MTD ou em parceria com o movimento? Quais foram os resultados dessas iniciativas?
Parte 3 – Produção de direitos e estratégias do MTD	
1	Como você percebe a relação entre as ações do MTD e o fortalecimento dos direitos no território? Pode dar exemplos de conquistas que não passaram pelo sistema judicial?
2	Você acredita que é possível construir direitos a partir das lutas do dia a dia, sem depender só da Justiça ou do Estado? Como o MTD faz isso na prática? Pode compartilhar alguma experiência concreta?
3	Quais são as principais estratégias utilizadas pelo MTD para enfrentar desafios e promover direitos no Sol Nascente, tanto em ações práticas quanto jurídicas?

Roteiro de entrevista com moradores do Sol Nascente – Trecho III

Nº	Pergunta
Parte 1 – Contexto histórico e socioeconômico do Sol Nascente.	
1	Como você descreveria a evolução histórica da comunidade do Sol Nascente/Pôr do Sol? Quais eventos ou fases você considera mais significativos nesse desenvolvimento?
2	Quais são os maiores desafios enfrentados pela comunidade do Sol Nascente atualmente? Quais são as principais mudanças socioeconômicas que ocorreram no Sol Nascente/Pôr do Sol ao longo dos anos? Como essas mudanças afetaram a vida diária na comunidade?
3	Na sua opinião, quais foram os impactos mais significativos dessas mudanças socioeconômicas na comunidade? Como essas transformações influenciaram você ou sua família diretamente?
Parte 2 – Impressões e participação nas ações do MTD	
1	Você já participou de alguma atividade ou evento organizado pelo MTD? Pode descrever essa experiência?
2	Quais tipos de atividades ou eventos do MTD você considera mais importantes ou úteis para a comunidade?
3	Você acha que o MTD representa e aborda as preocupações e necessidades da sua comunidade efetivamente? Existem áreas ou questões que você acha que o MTD deveria focar mais?
4	Se você pudesse sugerir melhorias nas atividades do MTD, quais seriam? Existem práticas ou suportes específicos que você gostaria que o MTD oferecesse ou expandisse?
Parte 3 – Percepções sobre os direitos e o impacto das ações do MTD	
1	De que maneira as estratégias e ações do MTD impactam sua vida, da sua família e da comunidade? Você acredita que essas ações realmente ajudam a resolver os problemas mais importantes do Sol Nascente?
2	Como você espera que a presença do MTD mude a comunidade do Sol Nascente no futuro? Que tipos de melhorias ou mudanças em direitos você gostaria de ver acontecendo nos próximos anos?
3	O MTD trabalha em conjunto com outras organizações ou grupos na sua área? Como você vê essas parcerias? Elas têm ajudado a comunidade a conquistar melhorias ou direitos importantes? Você considera essas ações bem-sucedidas em trazer mudanças visíveis para a comunidade?

APÊNDICE C: EXEMPLO DE TRANSCRIÇÃO E REGISTRO DE ENTREVISTAS

Este apêndice apresenta a metodologia adotada na realização das entrevistas com militantes do MTD e moradores(as) da comunidade do Sol Nascente/Pôr do Sol, conduzidas entre julho e dezembro de 2024. As entrevistas tiveram como objetivo compreender as vivências, lutas e práticas sociais relacionadas à atuação do Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD) no território.

As conversas seguiram um roteiro semiestruturado, aplicado com flexibilidade, e foram realizadas de forma presencial ou telepresencial, mediante autorização prévia para gravação e uso das informações. Com o intuito de assegurar a transparência do processo de coleta de dados, apresenta-se, ao final deste apêndice, a transcrição integral de uma das entrevistas, escolhida por sua abrangência e representatividade – a conversa com Tobias, militante do MTD, que autorizou expressamente a divulgação de seu nome e conteúdo.

A Tabela ao final apresentada sistematiza os dados básicos das demais entrevistas utilizadas diretamente na dissertação, como data, local, duração, perfil da pessoa entrevistada e a informação sobre o consentimento para uso do nome.

Uma das entrevistas foi realizada sob a condição de anonimato. Por respeito ao desejo da participante, seu conteúdo não foi transcrito nem citado diretamente ao longo da dissertação, sendo utilizado apenas como subsídio analítico no processo interpretativo e incorporado às anotações de campo.

Entrevista com Tobias – Militante do MTD

Entrevista com Tobias – Coordenador do MTD no Distrito Federal

Data da Entrevista: 17/07/24

Tipo de Entrevista: Tele Presencial / Teams

Gravação: Teams

Tempo de entrevista: 01h 14min

Autorização: O entrevistado autorizou a gravação e o uso de seu nome na pesquisa

Parte 1: Contexto Histórico e Socioeconômico do Sol Nascente/Pôr do Sol

Michele: Tobias, eu gostaria que você pudesse compartilhar um pouco sobre a sua trajetória pessoal na comunidade do Sol Nascente. E quais foram os principais desafios e motivações que levaram você a se engajar com as questões locais?

Tobias: Beleza. Minha relação com o Sol Nascente se dá pelo movimento social. A gente, continuamente dentro do movimento, faz uma análise da conjuntura do DF e isso vai ajustando quem te chama num plano estratégico do movimento. Qual o grande objetivo do movimento? É colaborar junto com o povo na construção da sua emancipação, na luta pelos seus direitos, na luta pelo aumento da consciência sobre esses direitos e sobre as ferramentas para exigir esses direitos.

Michele: Então, essa análise da conjuntura é algo que sempre guiou as ações do MTD?

Tobias: Exatamente. Minha aproximação com o MTD vem desde 2016, mas em 2016 eu militava em outro movimento de juventude. Aí, eu tive essa primeira aproximação com o MTD em 2016, mas fiz a transição de movimento em 2019. Saí do Levante Popular da Juventude e fui para o MTD. No Levante, eu já atuava nessa parte territorial que é atuação nas periferias.

Em 2019, estávamos num momento do MTD/DF em que baixamos bandeira de duas ocupações nossas ali para o lado de Sobradinho e Planaltina porque o tráfico de drogas tomou as ocupações e ficou inviável o trabalho ali. A nossa presença nas ocupações aumentava o risco das famílias, pois ficava um espaço de disputa e conflito. Então, as famílias que se colocavam de um lado ou de outro eram ameaçadas, então tomamos a decisão de baixar a bandeira e abrir mão de um trabalho que construíamos desde 2004 ali, enquanto movimento, por conta dessa situação.

Michele: Imagino que essa decisão não tenha sido fácil. Como vocês direcionaram os esforços do movimento após essa mudança?

Tobias: Foi difícil, mas olhando essa análise de conjuntura, pensamos: "O desafio da luta urbana continua. Onde poderíamos colaborar?" Sempre numa chave de que, quando o movimento chega, ele não inaugura algo, o caldo de luta dos territórios já existe. O que o movimento faz é somar a esse caldo. Começamos a fazer uma série de trabalhos em algumas cidades para ver onde seria melhor nosso trabalho. Fomos para Ceilândia, Águas Lindas, Sol Nascente, Santa Maria e Estrutural.

Michele: E como foi essa experiência de se conectar com essas comunidades?

Tobias: A gente diz que nunca vai só, sempre vai em boa companhia. Estávamos dentro de uma articulação chamada na época Brigada Nacional do Congresso do Povo, que no DF envolvia a CMP Central de Movimentos Populares, o Levante Popular da Juventude, o MST e o MTD. Esses eram os quatro coletivos coordenando esse trabalho. Em cada uma dessas cidades, existiam coletivos locais que se somavam também, como a Família Hip Hop lá em Santa Maria, o PT Regional de Santa Maria, na Estrutural a cooperativa de catadores, coletivos de cultura e socioambientais em Ceilândia, e no Sol Nascente,

fundamentalmente, a Casa da Natureza, construída por uma liderança comunitária chamada Ivanete, e pelo CPK.

Eu me aproximo do Sol Nascente a partir dessa brigada, dessa relação com a Casa da Natureza, ainda no trecho 2 do Sol Nascente, em 2019. O trabalho que desenvolvíamos ali era porque a Casa da Natureza tinha um fluxo grande de crianças, muitas com dificuldades educacionais. Sou professor de física e matemática, então fui fazer reforço escolar com a criançada. Então, duas vezes por semana a gente ia lá para fazer reforço com as crianças. Mais para frente, queríamos envolver não só as crianças, mas também os pais, e numa parceria com o Centro de Educação Paulo Freire, que faz um processo de alfabetização de jovens e adultos, idosos e trabalhadores, no método Paulo Freire, faz uma formação conosco da brigada.

Michele: Deve ter sido uma experiência enriquecedora. Como foi envolver tanto crianças quanto adultos nessa dinâmica?

Tobias: Foi muito massa. Nesse momento, eu já estava descendo com três pessoas. Eu, pelo MTD, e dois jovens pelo Levante, Jeremias e Rafael. Fizemos essa formação e começamos uma outra atuação, de educação de jovens e adultos na parte de alfabetização. Montamos uma turma com 22 pessoas e começamos no segundo semestre esse processo de alfabetização, que foi muito bacana. Fazíamos esse trabalho duplo com crianças e adultos. Tentávamos envolver as mães, que não se encaixavam em nenhum grupo, mas queríamos envolver a comunidade como um todo. Começamos no meio do segundo semestre, mas a turma não conseguiu ser concluída. Tentaríamos retornar em fevereiro de 2020, mas aí veio a pandemia e tudo fecha e aí entramos em um outro estágio.

Michele: Imagino que a pandemia tenha sido um grande desafio para vocês. Como foi esse período e o que mudou nas atividades do movimento?

Tobias: Quando a pandemia chegou, foi em março de 2020, e estávamos em pleno vapor nas construções. Estávamos construindo um curso de realidade brasileira periférica para lideranças nos territórios, abordando formação social brasileira, questão racial brasileira, lutas das mulheres no país, questão urbana, mineral e agrária, uma formação traduzida em uma relação de base, mas tudo foi suspenso em março. Ficamos uma semana desnorteados, pensando no que fazer. No final dessa semana, reunimos o grupo do Congresso do Povo da Brigada Nacional do DF e ajustamos todo o planejamento. Começamos a fazer a política de solidariedade, mobilizando recursos para doar cestas básicas.

Michele: Como foi essa transição para um trabalho mais voltado à doação de cestas?

Tobias: É engraçado, nunca tínhamos doado cestas na vida, até éramos contra. Não gostava de quem fazia. Cesta! Meu Deus do Céu! Uma coisa hierárquica de quem doa está acima de quem recebe, a caridade. A gente, com esse contato com as famílias do Sol Nascente, Santa Maria, Estrutural e Ceilândia, perguntamos para as famílias o que era mais urgente agora. As famílias responderam que comida era urgente. Então, quem determina para onde as organizações vão é a realidade concreta do nosso povo e não as cabeças das organizações. Se a demanda concreta é comida, a gente articula a doação de uma primeira cesta num dia, no outro dia a demanda aumentou para 50, depois 100. Organizamos esse povo e fazemos uma campanha de solidariedade chamada "Nós por Nós Contra o Coronavírus", que depois se alinhou com uma campanha nacional chamada "Periferia Viva".

Michele: E como vocês conseguiram coordenar as doações e ao mesmo tempo entender as necessidades específicas de cada localidade?

Tobias: Passamos umas duas semanas organizando doações, articulando voluntários e pensando em como girar, pois não queríamos apenas doar. Então, fizemos um mapa e, quando doávamos, perguntávamos: "Você poderia ser uma referência no seu território?"

para fazer o cadastro dessas famílias que também estão precisando e acompanhar as necessidades. E nós, por outro lado, tentaríamos articular as doações para suprir essas necessidades, mas a referência para nós era fundamental, pois não íamos entregar de casa em casa. Entregávamos na casa de uma referência, e íamos formando essas referências porque não podíamos ter todo mundo buscando junto, devido ao distanciamento. Assim, fomos entregando aos poucos e inserindo panfletos e coisas para fazer formação. Ou seja, organizamos referências locais para coordenar as doações e as famílias necessitadas. Essa abordagem nos permitiu compreender melhor as necessidades específicas de cada comunidade e agir de forma mais eficiente.

Michele: Tobias. E como essas ações impactaram a comunidade?

Tobias: O impacto foi significativo. Conseguimos não apenas fornecer ajuda imediata com alimentos, mas também criar uma rede de solidariedade e apoio mútuo. Isso fortaleceu a coesão social e aumentou a confiança da comunidade no movimento. Além disso, começamos a introduzir a discussão sobre soberania alimentar, entregando cestas agroecológicas em parceria com o MST que organizou a produção, então nós entregamos alimento mais trazendo uma nova perspectiva sobre alimentação saudável e sustentável. Que alimento colocamos no prato? Porque nas cestas básicas vem Ki' sucos uns negócios que a gente olha e diz isso aqui não é alimento. Então, nisso aí nosso número girou para todo lado, pois uma pessoa passa para outra, e no final estávamos acompanhando, enquanto campanha era cerca de 20 regiões administrativas. Com mais de 80 referências. Nisso tudo, o DCE da UnB também se engajou na campanha. Então, a gente também acompanhava os estudantes da UnB em situação de vulnerabilidade, além dos trabalhos mais consolidados. E aí fomos chamados para o Trecho 3 do Sol Nascente, e assim foi minha trajetória pessoal na questão do Sol Nascente e tal. E assim que eu vou me vinculando às demandas. Mais para frente, organizamos outras ações ainda em 2020, como a formação de agentes populares de saúde, que resultou na construção da Cozinha Popular ali no Trecho 3, embora antes fosse uma padaria popular. Enfim, no Trecho 2, o debate era sobre a creche. No Trecho 3, construímos uma padaria popular, e no Trecho 2 conseguimos uma creche popular. Então, seguimos nessa caminhada. O trabalho no Trecho 2 depois flutuou bastante, enquanto no Trecho 3 uma galera se juntou e disse: "Bora!" No Trecho 3, houve uma linha mais contínua. Mas essa é a trajetória.

Michele: Tobias, ao longo desse tempo que você me contou, quais foram os principais marcos ou eventos que influenciaram o desenvolvimento do Sol Nascente? Você pode descrever como esses eventos impactaram a vida das pessoas na comunidade e moldaram a situação atual?

Tobias: Tem alguns marcos dessa formação, e todos esses marcos têm a ver com a luta por moradia. O Sol Nascente nasce como área rural P Norte, esse é o nome antigo do Sol Nascente. Mas, no desenvolvimento da cidade, há alguns booms, e um desses booms ocorreu por volta dos anos 2000, quando, pelo menos para o governo, a mancha urbana se ampliou absurdamente. Tivemos uma trajetória muito peculiar no DF: as nossas demandas de moradia foram saciadas, e a formação de Samambaia pelo Roriz, que ganhou prêmio na ONU de programa habitacional, a questão da formação da QNR, a formação do Riacho Fundo e a criação de várias cidades foram respostas a esse problema habitacional.

Só que depois chegamos a um limite, onde essas demandas não conseguiam mais ser atendidas, e as pessoas foram ocupando os lugares que encontravam. Nesse período, o espaço urbano, que antes era simplesmente resolvido, passou a ser especulado. Resolver o problema da moradia envolvia agora uma outra dinâmica em outros locais. Por exemplo, o Sol Nascente. Se você pega um mapa da questão hídrica, verá que o Sol Nascente está localizado em uma área de nascentes de várias fontes. Ele é chamado de Sol nascente

porque é ali é nascente. Onde há nascentes, não se especula, e onde não há especulação, é onde o povo pode morar.

A dinâmica dos governos no Distrito Federal impulsiona ou recua a ocupação de moradias no Sol Nascente. Por exemplo, em 2014 saiu um PAC da Dilma, mas ele só se concretizou em 2019, com a divisão mais clara dos trechos 1, 2 e 3, o que foi bacana para a regularização fundiária e para as reformas habitacionais, caminhando para estruturas mais consolidadas. Mas foi só em 2019 que o asfalto do Trecho 2 saiu, transformando a vida das pessoas. E só saiu em 2019 depois de muita briga, não veio no vácuo, da vontade. No Trecho 3, havia muita briga, especialmente naquela época, com o Brunelli, durante o governo Arruda. O Brunelli, que era envolvido no escândalo da "oração da propina", foi um dos grandes responsáveis por cuidar do Trecho 3. E ele fez a via do trem bom, asfaltou contra todos os licenciamentos, tanto que asfaltou sem colocar esgoto embaixo. Isso é uma loucura. Aquela rua era uma antiga estrada rural, mas se você olha a curvas de nível, ela é um tobogã, percebe que ela não faz sentido nenhum do ponto de vista urbanístico, causando todos os tipos de problemas com a água.

Enfim, os nossos marcos ali são muito relacionados aos processos dos governos. Cada governo respondeu de forma diferente aos anseios de habitação daquele povo, ora validando a ocupação, ora removendo as pessoas. O governo Arruda, por exemplo, fazia isso: validava com uma mão e retirava com a outra. Foi uma história de remoções gigantescas, remoções violentas, de todas as formas. Então, os nossos marcos são muito influenciados pela política habitacional e pelas ações dos governos.

Outro marco, o sol Nascente é jovem. Ele é medianamente mais jovem do que o DF a gente estava tentando fazer análise das áreas censitárias menores dali para conseguir ver onde está cada coisa, mas ele é menor ainda é mais jovem e ele tem estruturas familiares muito diferenciadas também. Quando a gente chega lá na ponta do trecho 3 você olha e acha que cada família dali deve ter em média 3 crianças, mas isso não é a realidade do Sol nascente a maior parte são de pessoas solteiras sem filhos é isso é muito interessante para formação de quem é o sujeito ali. (...)

**Entrevista com Suzana (Suzi) – Moradora do Sol Nascente Trecho II e
Coordenadora do MTD no Sol Nascente**

Data da Entrevista: 02/07/24

Local: Sol Nascente

Tipo de Entrevista: Presencial

Gravação: Áudio gravado no celular

Autorização: A entrevistada autorizou a gravação e o uso de seu nome na pesquisa

Parte 1: Contexto Histórico e Socioeconômico do Sol Nascente/Pôr do Sol

Michele: Suzi, para começarmos, gostaria de entender mais sobre o histórico do Sol Nascente. Poderia me contar sobre sua trajetória pessoal na comunidade, os principais desafios que você encontrou aqui no Sol Nascente e o que motivou você a se engajar com as questões locais? Como você chegou ao Sol Nascente?

Suzi, Militante do MTD: Está bom. Na verdade, eu cheguei aqui no Sol Nascente pela oportunidade de ter uma casa própria, porque a gente morava de aluguel e, na época, a gente teve uma pessoa que nos ofereceu esse local onde eu moro hoje por um preço que foi viável para a gente pagar. Então, a gente deu de entrada uma Bros de um valor de R\$ 10.000,00 e parcelamos o restante por R\$ 500,00 mensais. Esse foi o nosso objetivo de estarmos aqui. Na época que a gente veio morar aqui, tinha poucas casas, não era tanto

quanto agora, evoluiu bastante, afinal de contas são 13 anos atrás, então já tem um tempinho bom. E foi essa a nossa questão. Na época que a gente comprou, ou a gente comprava o lote e continuava no aluguel para poder construir, morando de aluguel não tinha como construir porque o dinheiro do aluguel já ajudaria na construção. Então, já tinha um barraquinho aqui dentro de um cômodo. A gente simplesmente chegou à conclusão de que, para conseguir construir a casa do jeito que a gente pretendia, a gente tinha que vir morar nesse cômodo. Era uma cerca de arame na frente, a porta sem segurança nenhuma, a rua mais alta do que o barraco. Nesse caso, quando chovia, por várias vezes eu me lembro de ter chegado do serviço após um pé d'água, e quando eu abri a porta, a casa estava cheia de lama. Aí eu me sentava na cama, porque era um cômodo só, então era quarto e cozinha nesse cômodo, e aí eu me sentava em cima da cama e chorava porque eu estava tão cansada. Era um dia super cansativo, começando pelo trânsito, né, que eu trabalhava no Guará. Daqui no Guará já é puxado, e para voltar mais ainda, que eu pegava um engarrafamento de 1 hora, 1 hora e meia na EPTG. Então, quando eu chegava em casa, 8:30, 9h, extremamente cansada, e aí quando eu via essa situação de lama, lama mesmo, eu começava a chorar. Aí era meu marido na época chegava, via a situação, e só falava assim: "Um dia a gente consegue, vai dar tudo certo," e limpava a casa ou eu limpava a casa e ele fazia a janta ou vice-versa.

Michele: Então, Suzi, você mencionou que sua trajetória como moradora do Sol Nascente começou há 13 anos e enfrentou vários desafios, como morar longe do trabalho, que era no Guará, morar em um cômodo simples durante a construção da sua casa e lidar com problemas como a lama após as chuvas. Há outros detalhes ou desafios específicos dessa época que você gostaria de compartilhar?

Suzi: Tinha que me levantar às cinco horas da manhã para, no máximo, às cinco e quarenta no máximo, pegar uma condução no trem bom.

Michele: O "trem bom" é aquele mercado perto do balão da QNR?

Suzi: Isso, lá mesmo. Eu ia andando daqui até lá; não estava como está hoje. Hoje, o caminho está bem diferente do que era antes, há 13 anos. Isso porque agora temos um ônibus que vem até mais perto, quase metade do caminho daqui ao "trem bom". Mas, na época, não tínhamos essa facilidade e havia mais risco, porque tinha bem menos pessoas morando na cidade, havia mais riscos. Como você pode ver, eu falo do Sol Nascente como cidade.

Michele: Eu sei, no seminário da professora Lisa lá na UNB, o André mencionou, quando se referiu ao Sol Nascente, que você e as outras moradoras daqui não gostam que chamem o Sol Nascente de favela, e sim de comunidade.

Suzi: Exatamente, porque quando se fala em favela, Michele, eu já morei EM FAVELA no Rio de Janeiro e sei qual é a diferença entre o Sol Nascente e uma favela do Rio. Na favela onde eu estava, eu não morava, pois quando trabalhei lá, eu morava na casa da família onde era empregada doméstica e passava o fim de semana na casa da minha tia. Então, há uma diferença enorme. No Rio, as favelas são becos para você transitar, com bandidos armados passando por você tranquilamente. Por isso eu falo que aqui não é favela. Para quem nunca esteve, morou numa periferia, pode chamar aqui de favela, mas não tem noção do que é uma favela de verdade.

Michele: Entendi. Então você me falou as motivações que levaram você a vir como moradora para o Sol Nascente. Agora, como membro do MTD, quais foram os motivos que levaram você a se engajar no movimento e nas questões da sociedade da comunidade?

Suzi: De luta?

Michele: Sim, de luta. O que te trouxe até o MTD?

Suzi: Eu estou no MTD através de um nosso companheiro que, com muita insistência, é a primeira vez que eu falei com ele, eles de 15 em 15 dias, foi na pandemia, eles traziam

cesta para ser distribuída para a comunidade. Nesse tempo, eu olhava a criança para sobreviver com meu filho, pagar as contas, eu sou mãe solo, e aí eu liguei para ele, alguém me passou o número dele para falar diretamente com ele.

Michele: Ele, já atuava aqui no território como Membro do MTD? Onde ele atuava?

Suzi: Sim, eles atuavam aqui no território distribuindo cestas, aqui embaixo na Francisco.

Michele: É onde tinha a padaria do MTD?

Suzi: Exatamente, onde começou a padaria popular. Aí, o que aconteceu? Eu liguei para ele pedindo uma cesta básica, porque eu estava só. Na época, eu recebia o quê? Eu não tinha nem o auxílio do governo, que se chama Bolsa Família, né? Então, a minha renda vinha pelas crianças que eu olhava, que eram quatro crianças.

Michele: Você cuidava dessas crianças no seu trabalho lá no Guará?

Suzi: Aqui. Nesse espaço aqui. Eu já tinha voltado a morar aqui. Foi na época que eu me separei e fui embora para Goiás. Fiquei um ano em Goiás e voltei. Quando voltei, precisava de uma renda. Eu não tinha como sair para trabalhar fora porque eu já tinha alguém para me dar apoio em relação ao Elias. Então, comecei a olhar crianças aqui no meu espaço. Ele falou que, em tal dia, me daria as cestas que eu pedi e, logo de imediato, me fez um convite. Eu disse que iria pensar. Ele ficou quase um ano me convidando para entrar no movimento.

Michele: E durante esse período você participava?

Suzi: De vez em quando eu ia na reunião, que era aqui onde era a padaria, que mudou de local. Aí eu ia lá na frente, até que um belo dia, do nada, ele chegou e disse: "Você já é participante das reuniões, você é frequente e a gente está inserindo você no movimento. Você não tem como falar não." Eu falei "Tudo bem" e aí eu aceitei.

Michele: Como foi sua experiência ao começar a atuar no movimento? Quais foram as principais mudanças que você percebeu em você mesma e na comunidade?

Suzi: Quando comecei a atuar, vi coisas que antes não conseguia enxergar, como as dificuldades de cada um do local e suas exigências, e os direitos que tínhamos e não sabíamos. Aí o que houve? Eu comecei a lutar cada dia mais, comecei a gostar e a abraçar a causa dos meus vizinhos e dos meus colegas. Aquilo ali foi fundamental para mim, porque percebi que poderia somar dentro do movimento. E aqui estou eu, encantada e brigando que é uma beleza. Agora brigo mesmo, porque a luta é nossa, e cada vez mais temos a pretensão e a intuição de alcançar o que buscamos para a comunidade que é: o direito à saúde, o direito ao lazer, o direito à alimentação, tudo isso aqui no Sol Nascente.

Michele: Quais mudanças você observou no Sol Nascente desde que começou a participar do movimento até hoje?

Suzi: A cultura. Tudo mudou desde que comecei até hoje. A cultura é um ponto fortíssimo aqui no Sol Nascente. Nunca tivemos um espaço para cultura ao ar livre, principalmente à noite, pois as pessoas tinham medo por ser periferia. Elas pensavam que haveria brigas e problemas. Quando fizemos o nosso primeiro arraial na cozinha popular, foi de um êxito, algo que nos deixou abismados com a repercussão da situação.

Michele: Quando e como aconteceu o primeiro arraial na cozinha popular?

Suzi: Há três anos. E a gente tinha um receio muito grande. Eu, como moradora, vou te falar que estava com um friozinho no coração, aquele medo de que algo pudesse dar errado, sabe? Porque nunca tinha tido nada disso aqui. Até quando nos mobilizamos, ornamentamos tudo conforme a data, sabe, para a Festa Junina. Corremos atrás e conseguimos com uma pessoa que foi viável na época um trio de forrozeiros da Casa dos Cantadores. Eles vieram tocar aqui e, quando vimos a situação em si, falamos: "Poxa, estamos no caminho certo." Então, o ponto mais positivo é a cultura. A partir daí, estamos sempre procurando fazer algum evento. Não conseguimos fazer em todas as datas comemorativas como pretendíamos, porque o movimento sobrevive de recursos doados,

e às vezes é muito difícil conseguir os recursos para montar tudo o que temos para fazer. Mas, a partir daí, formamos uma cultura dentro do movimento e no Sol Nascente. Sempre temos cantores ao vivo, como você percebeu na última vez. Procuramos colocar um espaço bem aberto para todos, independente de quem seja, como seja, de onde venha. Não fazemos distinção, recebemos todo mundo de braços abertos. O espaço ali é nosso, não é meu, não é do pessoal que trouxe o projeto para o Sol Nascente, nem das pessoas que atuam na cozinha, mas de toda a comunidade.

Michele: Então, Suzi, quais são as demandas mais urgentes aqui na comunidade do Sol Nascente? Se você puder me descrever um problema que você enfrenta hoje, ou que a comunidade enfrenta, como falta de infraestrutura, esgoto, pavimentação, luz, transporte, a questão da violência doméstica, a criminalidade, se há abuso policial ou mesmo a falta de oportunidades para jovens e crianças, o que você acha que é a questão mais urgente hoje, na sua opinião, no Sol Nascente?

Suzi: A saúde. Estamos enfrentando um enorme descaso nessa área. O Sol Nascente é atendido por um postinho que fica no QNQ, mas politicamente usam esse postinho para frisar que é do Sol Nascente. Na verdade, ele não está inserido dentro do Sol Nascente, está no QNQ. A saúde está precária. Estamos sem médico há muito tempo e não sabemos por que estamos sem médico.

Michele: Então, o único posto de saúde disponível é o do QNQ, que na verdade faz parte de Ceilândia e não do Sol Nascente?

Suzi: Sim. Esse posto de saúde não é realmente do Sol Nascente e, para chegar lá, ele fica perto do Céu das Artes, no terminal. Eles colocam como se estivesse dentro do Sol Nascente, mas não está. Eles dizem que é um postinho do Sol Nascente, mas ele atende também QNQ e QNR. É uma demanda muito grande. Na nossa área, que é a Verde, não há médicos; nunca tem médico e não sabemos por quê. Não há médicos especificamente para atender o Sol Nascente, ou é algum problema de demanda interno do posto. Nunca nos explicaram. A única coisa que sabemos é que não tem um médico nem para medir a pressão. Para conseguir uma consulta, temos que implorar para sermos encaixados em outras áreas. Em casos de urgência, temos apenas um enfermeiro para atender toda a comunidade, o que não é suficiente devido à grande demanda. Um paciente chega ao posto, pega o resultado de um exame e a consulta para avaliar esses exames é marcada para dois meses depois. Não tem como funcionar assim.

Michele: E quando se trata de um caso de emergência?

Suzi: UPAs. Hospital da Ceilândia.

Michele: Existem UPAs próximas à comunidade do Sol Nascente?

Suzi: Não. A única UPA que temos próxima aqui é a 1, que fica ali na feira do produtor, a mais próxima.

Michele: Além da questão da saúde, quais outros problemas importantes vocês enfrentam na comunidade?

Suzi: Temos também a questão da poligonal. A parte da comunidade onde moramos não está inserida dentro da poligonal, então, para obter serviços públicos, enfrentamos dificuldades. Nossa área não está dentro dos limites da poligonal, apenas aquela parte onde você viu as pedras está. Além disso, temos problemas com a água e a luz, que não são legalizadas. Não temos rede de esgoto justamente por causa da poligonal. A partir do campinho, eles têm água e luz, mas daqui para cá não temos. Não temos esgoto, água ou luz legalizados, usamos gatos, infelizmente.

Michele: Tem outros problemas importantes vocês enfrentam devido à exclusão da poligonal?

Suzi: Temos também a questão da coleta de lixo. Com muita luta, conseguimos que o caminhão de lixo passasse duas a três vezes por semana, terça, quinta e sábado, nesta

mesma esquina onde passa a poligonal. A coleta acontece às terças, quintas e sábados. Estávamos lutando por um contêiner enterrado, mas recebemos um ofício dizendo que não pode ser instalado porque as ruas são estreitas para o caminhão e colocaram vários empecilhos. (...)

Entrevistas realizadas: perfil, data, local e consentimento

Nome do(a) Entrevistado(a)	Perfil	Data	Local/Meio	Duração	Autorização para uso do nome
Tobias Pereira	Militante (MTD)	17/07/2024	Teams	01h14min	Sim
Susana Rodrigues da Silva (Susi)	Moradora e Militante (MTD)	02/07/2024	Trecho III	01h12min	Sim
Nilson Alexandre da Silva	Militante (MTD)	12/08/2024	Google Meet	01h34min	Sim
André Tavares	Militante (MTD)	17/07/2024	Teams	01h07min	Sim
Michelle Oliveira Ferreira	Moradora	15/08/2024	Telefone	01h01min	Sim
Entrevistada Anônima	Moradora	22/07/2024	Trecho III	56min	Não
Tarcísio Pinheiro Ribeiro	Militante (MTD), rapper e autor	21/08/2024	Google Meet	45min	Sim

Observação: A entrevista realizada com uma participante anônima foi utilizada apenas como subsídio analítico e não teve trechos transcritos ou citados diretamente na dissertação.